

PUBLICAÇÃO MENSAL • CR\$ 4.000,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

CADERNOS
Anos
1974-1994

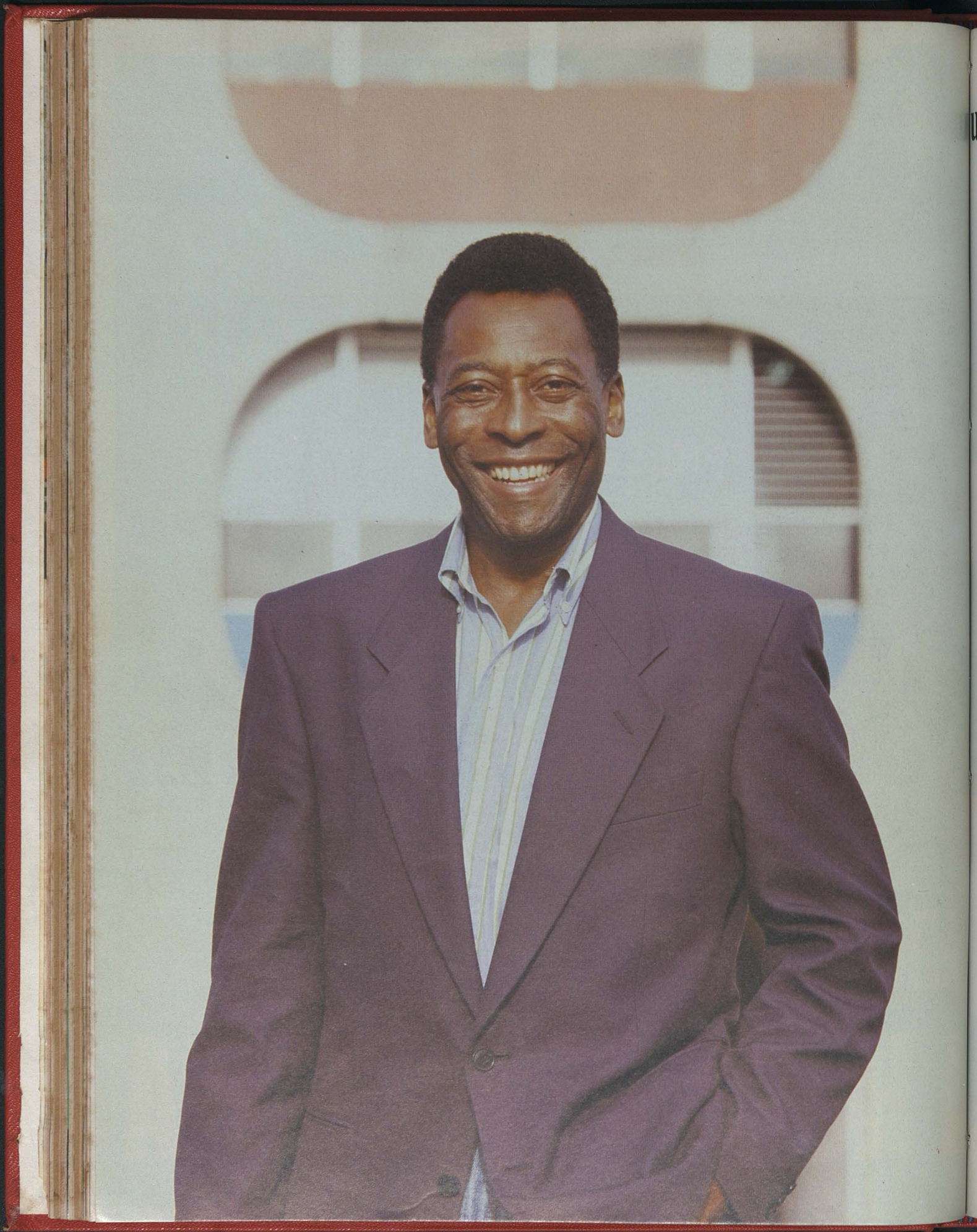
172

Foto: ANC/Andrew Mohamed




ÁFRICA DO SUL

A HORA DE MANDELA

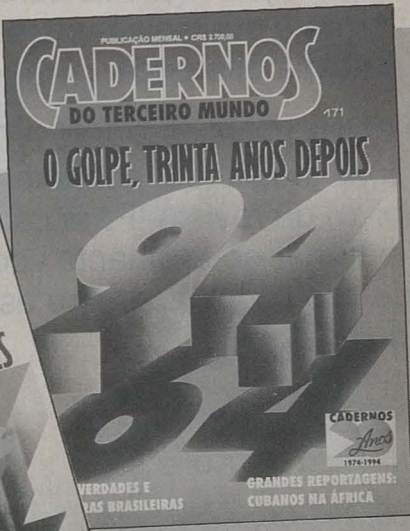


ENTENDER O MUNDO PARA ATENDER A VOCÊ




A revista bilíngüe
que acompanha a
construção da
integração econômica
latino-americana

Edição em língua
espanhola de Cadernos
do Terceiro Mundo,
contendo, ainda, um
suplemento ecológico



A revista que
reporta o
Terceiro Mundo
e o Brasil no
novo contexto
mundial



Uma publicação que
defende a natureza sem
esquecer o direito ao
desenvolvimento

LEIA E ASSINE NOSSAS REVISTAS

Editora Terceiro Mundo

Rua da Glória, 122 - Grupos 101/102, 105/106 - Glória - CEP 20241-180 - Rio de Janeiro - RJ
Tels.: (021) 252-1742/ 232-3372/242-1957 - Fax: (021) 252-8455

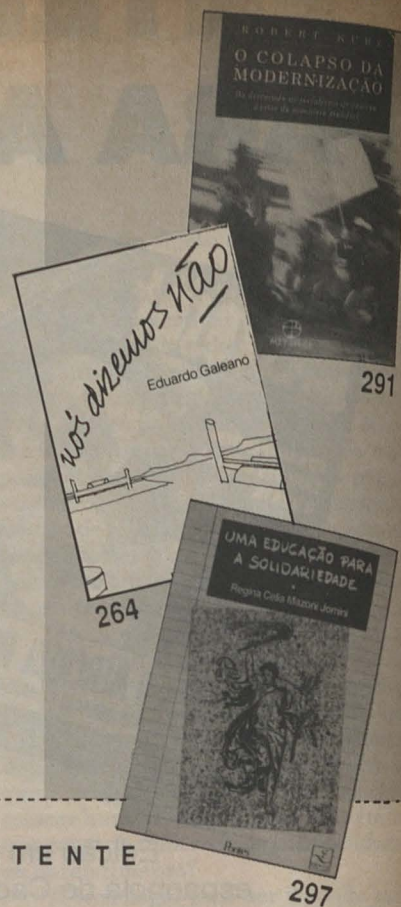
MONTE SUA BIBLIOTECA, INTEIRAMENTE GRÁTIS!

Apresente, todos os meses, 3 pessoas para conhecerem "cadernos". Podem ser seus amigos(as), alunos(as), professores(as), colegas de curso ou trabalho. O importante é que sejam pessoas que vão gostar de "ler a nossa diferença".

COMO FUNCIONA E COMO VOCÊ GANHA.

As pessoas indicadas receberão 1 exemplar (de arquivo) da revista. Para cada uma que tornar-se assinante você ganha 1 livro de sua escolha, dentre os livros brinde do mês.

BRINDES DO MÊS



INDICAÇÕES:

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:

Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:

Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
CEP: Tel.:

Em relação ao remetente o indicado é:
() amigo(a) () colega de trabalho () professor(a)
() aluno(a) () colega de curso

REMETENTE

Se dentro de até 2 meses algum indicado tornar-se assinante por intermédio de mala direta oriunda desta promoção, desejo como brinde, pela ordem:

Código do brinde

1º () 2º () 3º ()

Nome:
End:
Bairro:
Cidade: UF:
Cep: Tel.:
Profissão:

Sou assinante de cadernos

Data: ___/___/___

Assinatura do remetente

IMPORTANTE:

- 1- No caso de duplicidade de indicados prevalece a primeira. Após o prazo, será considerada como indicação, a do 2º remetente
- 2- Com a finalidade de aumentar a probabilidade de assinatura, o remetente pode mandar mais nomes em relação anexa.

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda. - Depto de assinaturas
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20241-180
Fax: (021) 252-8455

POSTAL NORTE SUL



SER COMO ELES

Eduardo Galeano

Nestes ensaios e artigos, o consagrado escritor uruguaio expõe uma visão crítica, realista e inconfirmada diante dos tempos em que vivemos. Sua grande preocupação é a América Latina e seu tema maior o ser humano em todas as suas dimensões.

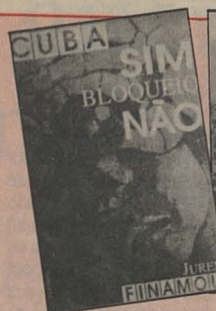
160pp E-306 CR\$ 13.500,00

O CÍRCULO E A ESPIRAL

Ruy Moreira

O autor, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense, faz uma nova leitura dos valores que sustentam a ciência ocidental. Ele analisa a natureza, o homem, o espaço (concebido como mercadoria) e propõe uma reinvenção do mundo moderno.

142 pp. E-321 CR\$ 9.800,00



CUBA SIM, BLOQUEIO NÃO

Jurema Finamour

Na série "Panfleto", a autora trata do bloqueio norte-americano imposto à ilha do Caribe, das relações comerciais internacionais que na prática foram este bloqueio e das perspectivas do regime cubano, que tem recebido solidariedade de muitos países.

66 pp

E-314 CR\$ 3.000,00

A NOVA CALIFÓRNIA

e outros contos

Lima Barreto

Um dos escritores brasileiros mais expressivos do início do século, mulato, apreciador da cachaça e hóspede acidental de hospício, retrata, em seus contos, uma face mais verdadeira do país. Sua atualidade chega a ser constrangedora, pois denuncia a corrupção e a hipocrisia, males ainda não-erradicados entre nós.

197 pp

E-322 CR\$ 17.500,00

A INSÂNIA – DA RADIOATIVIDADE À AIDS

Jurema Finamour

A autora examina a possibilidade de a Aids ter sido fabricada no laboratório e informa sobre os sistemas de prevenir e tratar a doença de vários países, entre eles Cuba e Suíça. Trata também dos desastres nucleares e do perigo que representam as usinas.

62 pp

E-315 CR\$ 3.000,00

CUBA EXPORTA SAÚDE, NÃO ARMAS

Jurema Finamour

O tema é o sistema de saúde cubano e os avanços da medicina na ilha, tratando também da solidariedade e do tratamento que o regime de Fidel Castro tem dado às vítimas soviéticas da catástrofe de Chernobyl.

74 pp

E-316 CR\$ 3.000,00

OBS: Após a validade cobraremos preços atualizados

Nome

Endereço

Bairro Cidade

Estado CEP Tel

Profissão

Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s).

() Cheque(s) nominal(is) em anexo à Editora Terceiro Mundo Ltda.

() Vale Postal - Agência Lapa () Assinante () Não-assinante

() Pagarei por Reembolso Postal

() Autorizo débito no meu cartão

Que tem validade até ____ / ____ No valor de CR\$

Cartão Nº

.....

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

Data:/...../.....

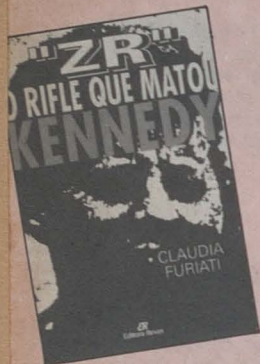
Assinatura do comprador

Preços válidos até: 05.05.94

CÓD.	QUANT.

Cadernos nº 170

POSTAL NORTE SUL



GIOCONDO DIAS - A VIDA DE UM REVOLUCIONÁRIO
João Falcão

Um mergulho na história política do país e sobretudo na trajetória do Partido Comunista Brasileiro desde a revolução de 1935 até a redemocratização de 1986. A vida do dirigente Giocondo Dias, que começou como cabo do Exército em 35 e chegou a secretário geral do PC, pp 412 E-324 CR\$ 13.000,00

O CORONEL TEM UM SEGREDO: PAULO WRIGHT NÃO ESTÁ EM CUBA
Debora Jan Wright

A história dramática de Paulo Stuart Wright, filho de missionários, ex-deputado estadual e dirigente de uma organização clandestina de 1964 a 1973, contada por sua sobrinha. Ele é um dos desaparecidos durante a ditadura militar brasileira.

132 pp
E-331
CR\$ 13.600,00

ALMANAQUE BRASIL 1993/94

Editora Terceiro Mundo/Ivan Alves
Publicação voltada para a discussão de um projeto nacional.

Formação da nacionalidade brasileira, conjuntura atual, povo e instituições, atividades produtivas, roteiro da cidadania e suporte estatístico com 60 quadro e tabelas atualizadas. Complementa o Guia do Terceiro Mundo, cuja nova edição está sendo preparada. 327pp E-318 CR\$ 25.000,00

DOMINAÇÃO PELA FOME - ECONOMIA POLÍTICA DO ABASTECIMENTO
Miranda Neto

A persistência da fome nas sociedades subdesenvolvidas não é consequência da incapacidade produtiva. Ela resulta da intermediação sobre a produção e da deficiência de comercialização

135 pp
193 CR\$ 8.700,00

ECONOMIA MUNDIAL

Integração regional e desenvolvimento sustentável
Theotonio dos Santos

A formação de blocos como o Mercado Europeu, os Tigres Asiáticos e a possível criação do bloco latino-americano revela novas tendências. O autor analisa a globalização e a regionalização econômicas, o papel do Estado e das empresas
144 pp
E-319
CR\$ 7.500,00

A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Moniz Bandeira
Do ideal socialista ao socialismo real. Ensaio de história política que começa com a derrota alemã na guerra de 1914/18, passa pela criação das duas Alemanhas depois da Segunda Guerra e analisa a reunificação. 182 pp E-286 CR\$ 9.800,00

O PILÃO DA MADRUGADA
Neiva Moreira

O jornalismo enquanto instrumento de solidariedade humana através das transformações sociais. A trajetória de Neiva Moreira no Brasil da época do golpe de 64 e, depois de exilado, no mundo. Seus encontros e entrevistas com líderes como Abdel Nasser, Fidel Castro, Agostinho Neto, Yasser Arafat, Robert Mugabe, Samora Machel. Cobertura de fatos que marcaram o século XX, como a descolonização africana e a luta contra as ditaduras na América Latina nos anos 70.

464 pp
E-208 CR\$ 7.000,00

VISÃO DO FUTURO

Genival Rabelo
O autor, jornalista consagrado do Rio Grande do Norte e profundo conhecedor da União Soviética e do Leste europeu, analisa a região, suas contradições e os conflitos que redundariam na queda do socialismo real

208 pp 330
CR\$ 13.500,00

O ESTADO QUE NÓS QUEREMOS
Vários autores

Ação estatal em discussão: Antonio Salgado e Argemiro Pertence Neto (petróleo), Armando Ferreira Vidigal (militares), Berta Becker (Amazônia), César Guimarães e Roberto Amaral (TV), Fábio Erber (cooperação), Fernando Cotrim (siderurgia), Luiz Alfredo Salomão, Fernando Peregrino e Inês Patrício (tecnologia), Luiz Pinguelli Rosa (eletricidade) e Maria da Conceição Tavares (globalização)
230 pp E-323
CR\$ 12.500,00

ALLENDE E AS ARMAS DA OLÍMPICA

João Garcés

O autor estava no palácio de La Moneda quando Salvador Allende foi morto em 73. O presidente ordenou que saísse para que pudesse analisar mais tarde aqueles anos. O livro é um testemunho único dos acertos e erros da experiência socialista chilena
35 pp
79 CR\$ 24.000,00

POLÍTICA LINGÜÍSTICA NA AMÉRICA LATINA

Vários autores

Reflexões sobre a política da linguagem no continente, num volume organizado por Eni Pulcinelli Orlandi e que reúne, entre outros, Alberto Escobar, Tania de Souza, Xavier Albó, Bartolomeu Meliá, Carlos Vogt, Peter Fry e Sergio Valdés Bernal.
191 pp
E-295 CR\$ 12.700,00

SEM FÉ, LEI OU REI - BRASIL 1500-1532

Guilherme Giucci

A descoberta do Brasil dentro do contexto do expansionismo da Renascença europeia. As motivações e contradições que moveram os personagens históricos nas três primeiras décadas, dentro de uma visão crítica e estilo refinado

239 pp
328
CR\$ 18.000,00

ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.



SUPLEMENTO

ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE TEMAS ALTERNATIVOS

ENSINO

A LIGAÇÃO ENTRE O SABER E A VIDA

Página 2

SAÚDE

Programa gratuito
livra da catarata
milhares de brasileiros

Página 8

MULHER

O eterno bode
expiatório

Página 9



Desafios do saber ambiental

“Recentemente fizeram a autópsia de um trabalhador que assaltou um banco numa cidade do Nordeste. Ele morrerá fuzilado. Tinha apenas um pouco de farinha no estômago, pois há três dias não comia. O estômago deste homem, durante a autópsia, talvez fosse apenas uma peça anatômica sendo analisada; no entanto, ele revelava uma história de vida, o drama do Nordeste e os dilemas do Terceiro Mundo”

Sandra Almada

Este episódio é contado pela professora Nilda Teves, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Física e doutora em Educação Brasileira, Nilda fala sobre as relações entre educação ambiental e o ensino de ciências no Brasil seguindo um caminho que, para muitos, é inusitado.

“O ensino de ciências no Brasil funciona como uma veia de alienação”, dispara. “Não se pode ensinar Biologia como se estivéssemos dissecando peças. Um órgão humano se desenvolve, se adapta, se expande ou se atrofia no corpo de um homem concreto, que pode morar no Nordeste ou na Grande São Paulo. E o estômago deste homem, com toda a certeza, terá as marcas da fome ou da superalimentação”, conclui a professora.

A tese que Nilda Teves defende, neste campo específico do conhecimento, é a de que existe um “componente natural que se desenvolve socialmente”. Ela afirma ainda que fenômenos ligados à Biologia, se não forem abordados também numa pers-

pectiva social, serão vítimas de uma análise reducionista e “ideologicamente comprometida”.

Ao defender uma abordagem interdisciplinar no ensino de ciências, que atenda à natureza holística das descobertas da ecologia, a professora dirige às velhas práticas pedagógicas, ainda tão vivas em nossas escolas, uma crítica arguta. De acordo com ela, a mesma leitura cientificista, que reduz o corpo humano a um conjunto de órgãos e aparelhos, está presente no ensino tradicional de várias disciplinas.

Para exemplificar, ela recorre a um conteúdo clássico das aulas de Geografia. “Não é natural morrerem pessoas no Nordeste por causa da seca, como se ensina. A fome do Nordeste é um problema produzido socialmente, porque se houvesse distribuição de renda, políticas públicas de irrigação e destinação de verbas para treinamento de grupo para melhor aproveitar a terra, não existira a fome”, enfatiza, lembrando que “herdamos do positivismo a tendência de “naturalizar” fenômenos sociais.

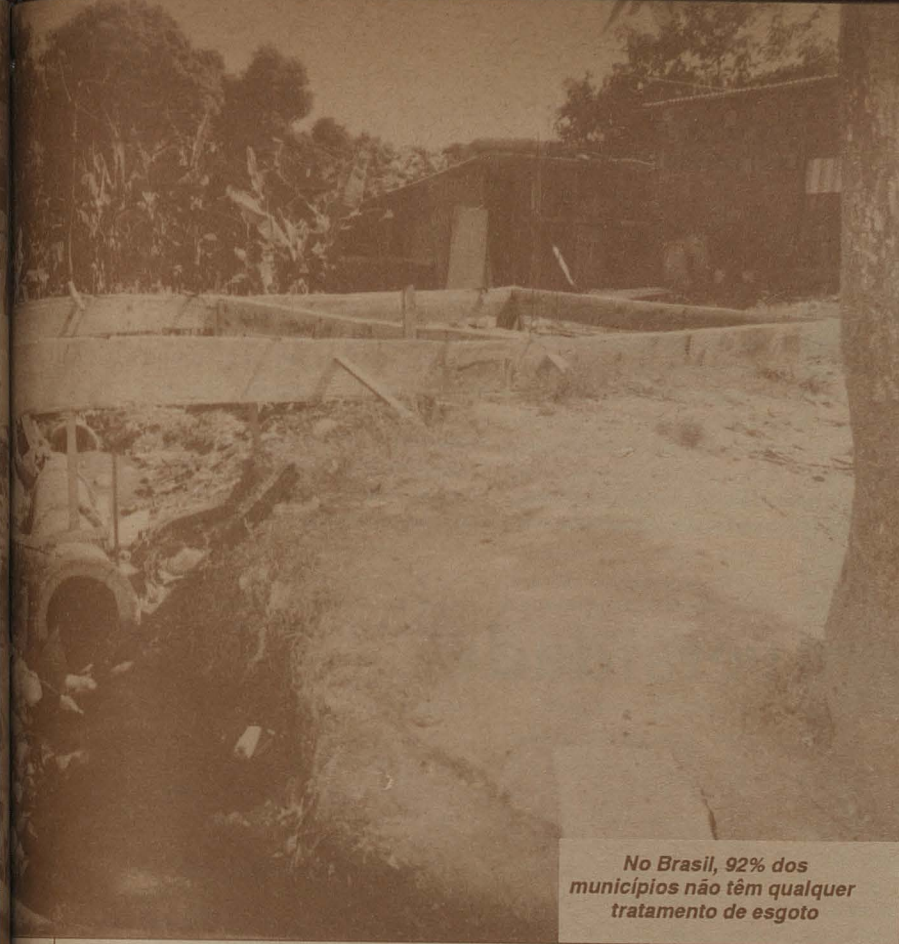
Crise na ciência – A escola brasileira deverá reconsiderar o ensino

na área das Ciências Físicas e Biológicas. Neste final de século, a Mecânica Quântica e a Teoria do Caos apareceram como exemplos de linhas de investigação científica que fazem caducar antigos paradigmas da Física clássica. Além de abrirem a possibilidade de invenção de novas tecnologias, trazem consigo novas perspectivas de análise dos fenômenos ligados à vida. No campo da Biologia, as equações que a ecologia matemática formula para o estudo do comportamento e sobrevivência das espécies terá que sofrer alterações, se quiser acompanhar os novos conceitos e técnicas da ciência contemporânea.

Esta ciência, que começa a eclodir às vésperas de um novo século, ao contribuir para a crise que abala antigas metodologias e sistemas de idéias, deixa evidente uma tendência a “compor” o conhecimento através da interligação e cruzamento de vários campos do saber humano. Pode-se dizer que a natureza destas novas descobertas é interdisciplinar.

O saber ecológico – Sob a responsabilidade do ensino brasileiro e daqueles de todos os países do mundo,





No Brasil, 92% dos municípios não têm qualquer tratamento de esgoto

está se abrindo uma área do conhecimento humano que nasceu recentemente, no calor de um debate de dimensão planetária: a educação ambiental. Nela se coloca uma expectativa não menos grandiosa: reduzir os seres humanos do planeta, tendo em vista os riscos e desafios que vieram à tona com o desenvolvimento da ecologia.

A educação ambiental em nosso país ainda é tão-somente um conjunto de idéias e práticas em busca de definições. É quase consensual que, embora este novo saber venha se disseminando dentro e fora dos muros da escola (em comunidades, indústrias, órgãos do governo e Ongs ambientalistas), os caminhos trilhados não apresentam nitidez de conceitos nem de metodologias. Segundo especialistas no assunto, a educação ambiental não passa de um “mero relato de experiências” levadas a cabo por educadores ou instituições isoladamente.

São dramas e vicissitudes de uma “ciência” que nem bem se constituiu como tal e já carrega sobre os ombros pesos consideráveis. Nos países do Terceiro Mundo, a educação ambiental deveria refletir um tipo de saber

que permitisse às populações construir um novo modelo de sociedade, diferente do padrão imposto pelos países do Primeiro Mundo, que as coloca em risco biológico e existencial.

A resistência da escola – A escola brasileira, responsável pela educação e pelo desenvolvimento da consciência crítica de milhares de cidadãos, vem sendo acusada de ainda não ter absorvido completamente as preocupações de natureza ecológica, nem de ter atentado, devidamente, para a importância do tema para as gerações futuras. Uma tendência que, se não for revertida, confirmará a regra de que, de modo geral, a instituição não se abre a novos desafios.

Segundo Alexandre de Gusmão Pedrinni, biólogo e professor do departamento de Biologia Animal e Vegetal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a educação ambiental foi legalmente criada no Brasil, como um dos princípios da Lei 6.938, de 1981, que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente. Esta legislação, segundo o biólogo, não resultou em nenhuma ação concreta de âmbito nacional, com exceção de repasse de

dotação orçamentária e incumbências para alguns órgãos estaduais.

“Os governos têm realizado tímidos programas na área. Como a educação ambiental é uma das formas de combate preventivo, nossos educadores vêm, intuitivamente, realizando ações independentes”, diz Pedrinni.

Em Tbilisi, 1977, e Moscou, dez anos depois, Pedrinni lembra que foram realizadas as conferências na antiga União Soviética. Nos dois eventos, centenas de educadores do mundo inteiro reuniram-se e formularam objetivos, estratégias e metodologias em educação ambiental, sob os auspícios da Unesco e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

“Essa codificação”, explica o biólogo, “visou a formação do cidadão holístico e estabeleceu pressupostos para o educador realizá-la, através do planejamento participativo; atividades interdisciplinares; e avaliação de rendimento por simulação de problemas ambientais. No entanto, os educadores têm confundido aulas de ecologia com educação ambiental”.

O que a crítica de Pedrinni traz é a constatação de que, no Brasil, seja através da via formal ou informal, a abordagem das questões ambientais é marcadamente diversificada. Elas vão do enfoque conservacionista – que ensina a importância de se preservar o mico-leão –, passando pela prática da coleta seletiva de lixo, até a abordagem mais complexa formulada pela ecologia social.

Esta vertente da ecologia, além de mostrar a rede de interdependência que todos os seres têm entre si, analisa os modelos de desenvolvimento e de consumo. Estes dois modelos seriam, segundo a perspectiva da ecologia social, os principais causadores da crise ecológica mundial.

Os males que o modelo econômico vem produzindo atingem, principalmente, milhões de seres da espécie humana, que sobrevivem nos limites degradantes da pobreza, com a saúde comprometida pela fome e pela ausência de condições de saneamento básico. Em suma, populações alheias, conceitual e concretamente, ao que seja qualidade de vida. Nelas estão inclui-

dos milhões de trabalhadores das indústrias de todo o mundo, expostos cotidianamente ao contato forçoso com substâncias de alto teor tóxico. As empresas que os empregam apresentam, no entanto, cifras consideráveis aplicadas em programas e tecnologias específicos, em atendimento às exigências da legislação ambiental e às rei-

vindicações de segmentos sociais. Apesar dos cuidados técnico-ambientalistas, essa indústria, de modo geral, parece pouco atenta aos apelos da ecologia humana, que reivindica maiores atenções com a saúde do trabalhador.

O professor Paulo Cezar Arantes, do departamento de Genética da

UFRJ, explica que neste conjunto tão diversificado de questões relativas à educação ambiental, ora o ambiente é apenas um tema neutro de estudo na antiga tradição naturalística, ora são incluídos o elemento humano e os fatores que interferem em suas relações com o meio ambiente. "Essa análise envolve, necessariamente, fatores po-

A universidade

Ronaldo Souza de Castro, biólogo e coordenador do Grupo de Estudos em Educação Ambiental da Faculdade de Educação (GEA) da UFRJ, informa que, no curso de Pedagogia da UFRJ, foi incluída a disciplina Educação Ambiental na Escola, atualmente sob sua coordenação.

O objetivo dessa cadeira é capacitar professores a implementar a educação ambiental no sistema de ensino, atendendo às intenções do Conselho Federal de Educação. Os alunos, alguns oriundos também dos cursos de Biologia e Educação Física, além dos da Faculdade de Educação, são futuros professores que vão atuar ou nas escolas normais ou nas escolas das redes pública e privada. O curso tem suas aulas ministradas por profissionais de diferentes áreas – nutricionistas, biólogos, pedagogos e técnicos ligados à área de saúde pública. Ronaldo Castro assegura, porém, que esta configuração não faz da disciplina um mero conjunto de palestras proferidas por diferentes profissionais. "O curso

está estruturado a partir de uma abordagem histórica dos fenômenos ecológicos. Uma abordagem que facilite o entendimento de que a degradação ambiental se dá a partir de fatores sócio-econômicos e ocorre desde a ocupação do planeta pelo homem", observa.

A despeito de iniciativas isoladas e sem aporte financeiro como as do GEA – que também produz pesquisas, cursos de extensão e eventos na área de Educação Ambiental – a universidade, de um modo geral, vem integrando os estudos relacionados à questão do meio ambiente e às grandes descobertas da ecologia de forma ainda deficiente.

"A universidade, da forma como está estruturada, em departamentos e estudos isolados, oferecendo um ensino fragmentado, dificulta a abordagem interdisciplinar dos fenômenos ecológicos", diz Nilda Teves, da UFRJ. Para a professora, estes fenômenos não são apenas de natureza física, química ou biológica. Eles devem ser entendidos como a síntese das disciplinas que concorrem para explicá-los. "Mais do que nunca, a vocação da universidade futura será a de centros de altos estudos em Ciências", defende Nilda, ao lembrar que os professores formados pelo sistema universitário devem ser capazes não somente de ministrar o conteúdo de suas disciplinas, mas de fazerem entre si leituras diferenciadas e integradas dos fenômenos da natureza.

O engenheiro ambiental Carlos Pena, do Instituto Brasil-Pnuma, mostra um exemplo concreto da prática interdisciplinar absorvida pelo sistema de ensino de 3º grau nos Estados Unidos. "Há uma universidade em Boston onde as faculdades são voltadas para o meio ambiente, mostrando as relações que ele tem com todas as atividades profissionais e todos os campos do conhecimento. Nesta universidade, todos os cursos, aulas e matérias dão ênfase ao tema", diz.



Estruturada em departamentos, a universidade dificulta uma abordagem interdisciplinar. Acima, a Universidade Federal Rural (RJ)

ENSINO

líticos, sociais, econômicos e culturais, bem como a necessidade de tomada de posição ante problemas controvertidos", diz Paulo Arantes.

Vícios da educação – Danielle Gryspan, do laboratório de Educação Ambiental e em Saúde, da Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), afirma que, seja nas noções transmitidas pelos professores ou nos livros didáticos, o tema saúde continua a ser abordado, em larga escala, com ênfase exclusiva no corpo humano, como se as condições ambientais não favorecessem de forma contundente o aparecimento de doenças.

"Numa pesquisa desenvolvida com professores municipais do Rio de Janeiro, entre 1991 e 1992, procuramos detectar seus conceitos de saúde mais comuns. O mais freqüente entre eles é relacionar doença a algo que é transmitido por vírus, bactérias ou insetos", analisa. Danielle sinaliza ainda que a visão que exclui dos estudos sobre saúde qualquer componente ambiental ou social é proveniente do século XIX, e apóia-se na crença de que só faz jus à saúde aquele que segue determinados conceitos e normas higiênicas.

Os resultados da pesquisa realizada pela Fiocruz apontam também uma nítida tendência entre os professores a agrupar os seres vivos de acordo com o que consideravam ser utilidade para o homem, classificando como nocivos aqueles relacionados à transmissão de doenças. "E a maioria dos livros didáticos de ciências enfatiza a periculosidade de certos animais, sem ter sequer a preocupação com o seu papel nos ecossistemas. Isto acaba reforçando a concepção de que não haveria mal algum se estas fossem extintas", acrescenta Danielle.

Para a professora Eli Vasconcelos da PUC-RJ, "o que acontece na escola é que atacamos os problemas de forma imediatista. Se o problema é a Aids, cria-se a educação sexual; se é o meio ambiente, cria-se a educação ambiental". A professora frisa que essa política atabalhoada faz com que, na grande maioria dos casos, os programas de educação ambiental adotados pelas escolas pertençam a instituições

que trabalham como o meio ambiente. "São programas úteis às necessidades destas instituições, mas não especificamente às da escola. Isto ocorre quando, na verdade, todas as disciplinas são capazes de 'ensinar' educação ambiental através de uma abordagem interdisciplinar", assegura a professora.

Dramas ambientais – No Brasil, 92% dos municípios não realizam qualquer tratamento de esgoto; 40% deles não possuem tratamento de água e a metade não adota qualquer cuidado especial com o lixo hospitalar. Grande parcela da população vive no seu cotidiano dramas ambientais específicos do Terceiro Mundo. Embora a sociedade civil organizada e os órgãos do governo que traçam políticas públicas "ensaíem", de forma descentralizada e tímida, providências no sentido de conscientização da população através da educação ambiental, os resultados, mesmo que ainda não aferidos, parecem não ter produzido mudanças substanciais. Se, a princípio, o discurso ambientalista e conservacionista dos países do Primeiro Mundo aqui fizeram eco despertando a consciência ecológica, é necessário uma avaliação dos procedimentos que devemos tomar com relação à educação ambiental.

"Responsáveis por 80% da população do planeta, foi entre os ricos que surgiu a consciência ecológica, pois eles sentiram os malefícios do tipo de sociedade e desenvolvimento que projetaram", argumenta o teólogo Leonardo Boff, que lançou recentemente o livro *Ecologia, mundialização e espiritualidade*. "Devemos assumir a questão suscitada na consciência dos ricos e dar-lhe outra versão", diz o teólogo, para quem a ótica ecológica do Primeiro Mundo é míope. "Eles só pensam em si mesmos, e não mantêm uma

perspectiva holística, englobando a tudo e a todos. Nas reservas, vale o comportamento ecológico; fora delas, continua a selvageria do homem moderno rapinador", afirma Boff.

A análise do teólogo vai ao encontro de dados inquestionáveis. Sem minimizar a dimensão das demais ameaças ambientais, mundialmente divulgadas, Leonardo Boff lembra que o desmatamento da Floresta Amazônica, de 1970 a 1988, foi de 20 milhões de hectares. "A área atingida corresponde a toda a área plantada de soja, milho, trigo juntas no Brasil", compara ele.

Dados como este, que aponta para um tipo de morte acelerada dos recursos do planeta, sensibilizam e assustam. Para aqueles que estão à frente de processos educacionais, sobretudo na área do meio ambiente, é imprescindível que se canalizem esforços para que a educação ambiental seja corretamente absorvida pelo sistema de ensino. Esse compromisso implica em revisões de metodologias e objetivos, principalmente na área de Ciências Biológicas e Humanas. Um desafio para os países que desejam viabilizar seu desenvolvimento de forma sustentada e assegurar a qualidade de vida de seu povo. ■



O sistema de ensino deve absorver a educação ambiental de forma correta

Escola Verde: hortas alimentam o espírito

*Projeto educacional
leva às escolas
fluminenses
orientação e
insumos necessários
ao cultivo de
hortigranjeiros
consumidos na
merenda escolar e
de plantas
medicinais*



Paulo Marinho

O projeto Escola Verde, da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro já envolveu 600 escolas públicas em todo o estado, incentivando o cultivo de hortigranjeiros e de plantas medicinais. Parte integrante do programa Saúde e Meio Ambiente da secretaria, a iniciativa foi implantada com base numa experiência vitoriosa levada a cabo no município de Resende, no Médio Paraíba, onde um mercado público comercializa os excedentes da produção. O trabalho tem amplitude pedagógica e permite a participação de pais de alunos.

Com previsão inicial de levar seus canteiros a pelo menos uma escola em cada um dos 72 municípios do estado do Rio de Janeiro, o projeto Escola Verde superou as expectativas. Regiões como

a de Campos, no Norte Fluminense, já contabilizam 14 grupos escolares participando do programa. As adesões se multiplicam desde maio de 1993, quando as áreas ociosas das escolas passaram a ser aproveitadas para o plantio de hortigranjeiros.

"Além de suprir parte da merenda, a produção dos canteiros dedicados às culturas de subsistência enriquece a nutrição dos alunos e induz à saudável mudança de hábitos alimentares", diz uma das coordenadoras do programa de Saúde e Meio Ambiente, Dalma Ferreira, observando que as crianças estão normalmente acostumadas a uma alimentação pouco variada.

A coordenadora conta que, numa idade propícia à assimilação de novos costumes, as crianças participam do plantio, regam, tratam dos canteiros e colhem as cenouras, berinjelas, alfaces, couve e outras hortaliças que

vão compor as refeições servidas na escola.

O Escola Verde cumpre ainda a função de elevar a auto-estima do estudante. Também voltado para o cultivo de plantas medicinais, o projeto incentiva a participação de pais e familiares. "Em nossas viagens pelo estado, aconselhamos que o acompanhamento do projeto seja transformado em trabalhos escolares, nos quais os alunos entrevistam os membros mais antigos da comunidade sobre a tradição dos chás caseiros e suas aplicações", relata Dalma Ferreira, para concluir: "Ao ver a cultura popular receber a importância que merece, os pais acabam participando das atividades, como aconteceu nas últimas férias escolares."

Horta pedagógica – Desenvolvido pela Coordenadoria de Programas

de Apoio ao Aluno; o projeto Escola Verde foi trazido para a administração estadual pelo atual secretário de Educação, Noel Carvalho, um ex-prefeito de Resende. "Aqui, como lá em Resende, conduzimos o trabalho com uma ótica contextualizada", explica o coordenador-geral da secretaria, Rui Saldanha, "desenvolvendo ações práticas e entrosadas com as atividades curriculares".

Ampliada com a crescente adesão de escolas da rede pública estadual, o projeto já conseguiu fazer com que as crianças observem e reflitam sobre o meio ambiente, sugerindo a melhor utilização dos espaços ociosos no núcleo escolar. Segundo Saldanha, as equipes que percorrem os municípios do estado encontram, freqüentemente, jardins cultivados com espécies existentes na região. "Com a finalidade de enfeitar o lugar onde estudam, esses arranjos são idealizados pelos alunos a partir de sementes levadas à escola por seus pais. As crianças acabam atuando como o paisagista que escolhe o melhor lugar do pátio e o adorno adequado", compara.

Contando com a doação de sementes e a orientação da Empresa Brasileira de Agropecuária, Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a Escola Verde, embora atenda principalmente os estabelecimentos de ensino localizados no campo, oferece às escolas urbanas uma alternativa: "Como os colégios da cidade não possuem o espaço necessário à instalação de grandes hortas, incentivamos a adoção de pequenos canteiros em algum cantinho do colégio, onde as crianças podem observar o ciclo produtivo de condimentos como a salsa, a cebolinha ou o cheiro verde", diz Dalma Ferreira. Ela adianta que a idéia de levar o projeto para as poucas escolas de deficientes do estado está sendo estudada, e diz que o sonho com a criação de cordões entre as crianças do jardim de infância e do período de alfabetização vem sendo embalado com carinho.

Dalma Ferreira acrescenta que o projeto está sendo usado na recuperação das antigas escolas agrícolas estaduais, que são de nível técnico, possuem áreas extensas e até tratores, mas estavam abandonadas. Além dos

efeitos pedagógicos, os canteiros escolares, que já começam a ser procurados por colégios particulares, também vêm sendo utilizados em áreas do Norte Fluminense onde estão acontecendo programas de assentamento: "As prefeituras de Italva e Itaocara nos procuraram, aderiram ao projeto e passaram a receber a orientação agrícola, ferramentas e insumos que, em sua grande maioria, são doados à secretaria pela Emater e por nossos fornecedores tradicionais."

Elo aglutinador – Desde o início de março, uma das equipes da Secretaria Estadual de Educação vem percorrendo os municípios fluminenses, levando informações sobre os programas ora desenvolvidos para melhorar a qualidade de vida do estudante e da comunidade. Com um leque de projetos que passa pela educação em saneamento básico, prevenção de doenças infecto-contagiosas, conscientização comunitária e educação sexual, o programa Saúde e Meio Ambiente tem no projeto Escola Verde o elo aglutinador das demais atividades.

Localizada no bairro de Jurujuba, em Niterói, a Escola Estadual Fernando Magalhães reflete bem os efeitos do projeto. Com 1.500 alunos, ela foi escolhida para inaugurar o Escola Verde, em maio de 1993. "Nós já cultivávamos nossas hortas e jardins desde o início de 1992, mas a extensão da idéia para todo o estado funcionou junto à comunidade como um reconhecimento à importância do trabalho", reconhece a diretora-adjunta Magda Teixeira. Ela lembra que o projeto mexeu com a cabeça dos alunos: "Desde

então, a produção aumentou com a criação de novos canteiros. Fizemos visitas a outras escolas e o tema das hortas passou a ocupar um espaço maior na Feira Multidisciplinar que realizamos uma vez por ano."

Já o colégio estadual Joaquim Távora, que tem 2.600 alunos, enfrentou algumas resistências para cultivar em seu terreno. Mas hoje, um ano depois, produz beterraba, cenoura, couve, berinjela, tomate, salsa, cebolinha e outras folhas: "Como a escola funciona no Campo de São Bento, no bairro litorâneo de Icaraí, em Niterói, muita gente argumentou que a terra tinha em sua composição muita areia e não era produtiva", assinala a diretora Florinda Pedrosa. O colégio aumentou de dois para cinco o número de canteiros. Muitos pais de alunos encaminham sementes para o plantio, e 200 estudantes freqüentaram a escola durante as férias para regar as plantas na forte seca que marcou o mês de fevereiro. A diretora destaca ainda que nos trabalhos escolares pedidos sobre o assunto, os estudantes ressaltaram a importância da produção de alimentos e o receio de que as hortas pudessem ser destruídas por invasores no recesso escolar.

Para facilitar o trabalho e levar o Escola Verde e outros projetos a todos os municípios, a Secretaria de Educação dividiu o estado em oito regiões – que serão visitadas até o final do próximo mês de junho. Os oito pólos, que atenderão às regiões próximas, estão divididos da seguinte maneira: I – Região Metropolitana (Rio de Janeiro); II – Noroeste (Itaperuna); III – Norte (Campos); IV – Serrana (Cantagalo); V – Centro Sul (Paraíba do Sul); VI – Médio Paraíba (Valença); VII – Baixa da Litorânea (Silva Jardim); VIII – Baía de Ilha Grande (Parati).

Durante o encontro com os diretores das escolas é feito o acompanhamento dos trabalhos em curso e a secretaria recebe novas adesões. As escolas que aderem ao projeto Escola Verde passam a receber orientação, material, insumos e informes periódicos – que tratam da preparação do solo, sementeira e plantio, estoqueamento, transplante de mudas, combate às pragas e outras instruções. ■

Nos colégios da área urbana, o projeto Escola Verde incentiva a instalação de hortas em pequenos canteiros

Luz no fim do túnel

Programa gratuito da Universidade Estadual de Campinas recupera a visão de 4 mil atingidos pela catarata em 64 municípios brasileiros

Marcelo Monteiro

Em todo o mundo, 43 milhões de pessoas são cegas. Desse total, 22 milhões deixaram de enxergar devido à catarata, enfermidade que afeta normalmente pessoas com mais de 50 anos. Os países do Terceiro Mundo respondem por 68% dos atingidos, que poderiam voltar a ver o que se passa ao seu redor com a remoção cirúrgica do cristalino natural defeituoso.

Procurando reduzir o número de deficientes visuais no país e incorporá-los, sem qualquer limitação, à sociedade e ao mercado de trabalho, o departamento de oftalmologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) criou o programa Zona Livre de Catarata. O projeto já operou gratuitamente 4,1 mil pessoas em 64 municípios, espalhados pelos estados de São Paulo, Piauí, Mato Grosso, Santa Catarina e Goiás.

O programa Zona Livre de Catarata está sendo implantado no estado do Rio de Janeiro, nos municípios próximos ao Parque do Desengano – Campos, São Fidélis, Santa Maria Madalena e Conceição de Macabu –, no Norte Fluminense. Até o final de abril, os médicos, enfermeiros e técnicos voluntários do programa deverão realizar um total de 2 mil atendimentos gratuitos a pessoas que apresentaram deficiência visual comprovada por um autoteste. Após o atendimento individual, os médicos atestam a necessidade de operação da catarata ou de uso de óculos, em casos de problemas visuais menos graves, como miopia e astigmatismo. Para estes últimos, as armações normalmente são doadas pelas prefeituras locais e pelo Lyons Club.

Dos 2 mil casos registrados, 800, em média, exigem cuidados clínicos ou cirúrgicos. Os atendimentos serão realizados em hospitais particulares

ou em ambulatórios públicos, dependendo dos acordos entre os representantes do projeto, secretários municipais de saúde e donos de hospitais.

Causas econômicas – Nos países do Terceiro Mundo, o alto índice de cegueira causada pela catarata está diretamente ligado aos custos das intervenções cirúrgicas e a não realização de exames regulares de vista por parte da grande maioria da população. No Brasil, uma cirurgia de catarata em



A catarata faz vítimas em todo o mundo

hospital particular custa entre US\$ 3 mil e US\$ 4 mil, com internação de até três dias. Nos hospitais públicos de São Paulo há filas médias de mil pessoas aguardando uma cirurgia de catarata.

Quase 90% dos atingidos pela doença no Brasil não conseguem se submeter a cirurgias. Em Campinas, o índice baixou para 50% graças ao trabalho dos professores da Unicamp. Vale lembrar que, na Inglaterra, apenas 12% dos doentes não têm acesso à operação. Depois da experiência da Unicamp e de projeto semelhante implantado na cidade peruana de Chim-

bote pelo instituto peruano de oftalmologia, o programa está sendo implementado em nove países latino-americanos.

Segundo o autor do projeto Zona Livre de Catarata, Newton Kara José, o aumento da produtividade de uma pessoa após a recuperação da visão faz com que o custo da cirurgia se pague dez vezes em um ano. “As dificuldades de um cego para ingressar ou se manter no mercado de trabalho são bem maiores do que as de um deficiente físico que consegue trabalhar com as mãos.”

Para Alzira Delgado, diretora do projeto, a perda ou deficiência de visão tem efeitos físicos e emocionais “devastadores para a pessoa, porque a visão é o sentido mais desenvolvido pelo ser humano”. Segundo a médica oftalmologista, o problema é mais evidente nas nações em desenvolvimento, “onde vivem nove entre dez pessoas que não enxergam e onde a cegueira traz consigo uma taxa de mortalidade quatro vezes superior a de uma pessoa com visão normal”.

Newton José, professor titular do departamento de Oftalmologia da Unicamp, garante que quando o problema dos atendidos pelo projeto se resume à catarata, “95% das operações alcançam bons resultados, com recuperação total da visão”.

A catarata é uma doença evolutiva causada pela opacidade do cristalino, que impede a entrada de luz e atrapalha a visão. A enfermidade pode ser causada pelo envelhecimento e por fatores congênitos ou provocada por ferimentos no olho, radiação ou pelo uso de determinadas drogas. A cirurgia é o único método eficiente de cura e consiste na retirada do cristalino opaco e a substituição por um artificial, normalmente óculos. A operação realizada pelo programa Zona Livre de Catarata dura apenas 40 minutos, sem a necessidade de internação. ■

O eterno bode expiatório

O olhar feminino sobre a influência dos processos políticos na vida e nos direitos das mulheres da Colômbia, Rússia e Argélia

Renata Bernardes

A psicóloga colombiana Olga Amparo Sánchez, a economista russa Anastasia Posadskaya e a ambientalista argelina Rabia Abdelkrim- Chikh têm em comum, além de pertencerem a organizações que trabalham com problemas da mulher, o fato de viverem em sociedades onde os processos políticos têm impedido à mulher o exercício pleno e às vezes mesmo básico de seus direitos.

Na Casa de la Mujer, em Bogotá, Olga dedica-se à assistência às vítimas da violência cotidiana, um dos aspectos da violência política presente em todos os níveis da vida na Colômbia.

Em Moscou, Anastasia dirige o Centro de Estudos de Gênero, do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos de População, e analisa as consequências da crise política e econômica russa sobre a situação da mulher dentro do mercado de trabalho.

Na Argélia, a disputa pelo poder entre o governo e os fundamentalistas transformou o país num campo de guerra e faz das mulheres um de seus principais alvos. A situação é tão grave que Rabia precisou deixar o país para viver temporariamente na Tunísia, onde coordena o Enda Inter-Arabe, uma ONG sócio-ambiental.



Foto: Paulo Rodrigues

"Num país onde a violência permeia todos os aspectos da vida, a violência contra a mulher acaba sendo vista como natural", lamenta a psicóloga Olga Sánchez (acima)

Colômbia: reflexos da violência na vida privada – Olga Sánchez conta que na Colômbia, como em muitos outros países da América Latina, as mulheres são vítimas da violência física, sexual e psicológica dentro de suas próprias casas.

Ela afirma que, em seu país, esta forma de violência nada mais é do que um aspecto da violência política. "Apenas situa-se em um outro terreno, outro espaço, com outros atores, mas é tão política como a violência dos organismos do Estado, dos paramilitares, das guerrilhas e toda a gama de atores da violência que existe na Colômbia."

A diferença, segundo ela, é que as outras formas se dão num espaço público, e a violência contra a mulher, num espaço privado, considerado pelo Estado como de não-intervenção.

Outra característica importante da violência no cotidiano é o fato dela ser permeada por relações afetivas. Os atores são o pai, o marido, o amante, o companheiro, o filho, quase sempre os homens que exercem a autoridade no interior da família, o que não exclui outros atores, entre eles as próprias mulheres, que reproduzem a violência sobre membros mais fracos do grupo, como as crianças. Forma-se, então, um ciclo difícil de romper.

Além da dependência afetiva, outros aspectos marcam, na opinião da psicóloga, este tipo de violência: a dependência econômica e o fato de permanecer invisível. Segundo ela, existe uma aceitação social para o conceito de que "se a mulher é minha, posso bater, porque tenho propriedade sobre ela".

Olga sabe que não há uma fórmula única para se resolver o problema. O que se procura, quando se lida com estas situações, é valorizar a mulher. "Num país onde a violência mistura-se a todos os aspectos da vida, a vio-



lência no cotidiano acaba sendo considerada natural e é contra isto que temos que trabalhar.”

Para a psicóloga colombiana, esse quadro só tem chance de ser mudado quando a vítima se propõe e tem condições de ajudar. Ela sabe que é preciso educar as mulheres para que conheçam seus direitos e exerçam sua cidadania. “Sem cidadania, não há democracia e sem democracia não se acaba com a violência.”

A situação de violência que vive o país, sobretudo a partir do final dos anos 80, fez com que os colombianos começassem nos últimos anos a se questionar se podem continuar vivendo assim. “Isto gerou uma pressão, uma necessidade de se começar a buscar outras formas de solucionar os conflitos.”

Os movimentos de mulheres, segundo Olga, foram dos primeiros na Colômbia a procurar saídas, o que é atribuído ao fato de historicamente as mulheres terem sempre sido as vítimas maiores da violência: “Talvez por isso – diz – as mulheres tenham maior visão do significado político do exercício da violência num país onde a solução de todos os conflitos passa por aí.”

Rússia: mercado exclui a mulher – “A situação na Rússia hoje é de

retrocesso dos direitos adquiridos pelas mulheres anteriormente, embora muitos deles tenham existido apenas nos documentos oficiais durante o regime socialista.”

A opinião de Anastasia Posadskaya baseia-se nos dados que o Centro de Estudos de Gênero – pertencente à Academia de Ciências de Moscou – levanta e analisa sobre a situação da mulher na nova ordem política e econômica em seu país.

Anastasia diz que o conceito de vida nos ex-países socialistas está sendo reinterpretado apenas sob a ótica masculina e que, com isto, as mulheres estão perdendo inclusive os direitos que tinham no socialismo, como por exemplo o direito à educação de nível superior.



Foto: Paulo Rodrigues



“Para as mulheres russas com alto nível de especialização, a única saída hoje é se empregar como faxineiras”, denuncia a economista Anastasia Posadskaya

“Este direito está sendo questionado atualmente, porque as mulheres estão perdendo outro direito: o de trabalhar fora de casa. Hoje mais de 75% dos desempregados na Rússia são mulheres. E a especificidade do desemprego feminino em nosso país é que, em sua maioria, é constituído por mulheres com nível superior, altamente qualificadas, a quem as atuais mudanças estão punindo pela educação que receberam no passado”, garante a economista.

Anastasia diz também que, para estas mulheres, não há qualquer perspectiva no novo mercado que está se formando: nada leva a crer que serão absorvidas ou reaproveitadas mediante treinamento para outras funções de nível superior. “A única saída para elas é se empregar como faxineiras”, acrescenta.

Estatisticamente está também comprovado que a média de salários das mulheres, que correspondia a 70% dos salários masculinos até 1992, representa agora menos de 40% deste valor nas áreas onde a mão-de-obra feminina predomina.

“A situação é séria e tende a se tornar ainda pior, porque o governo até agora não alocou fundos adequados para a recapitação feminina. Esta recapitação, na verdade, deveria deixar de significar uma degradação da mão-de-obra da mulher, lhe oferecendo posições inferiores, mas recolocá-la nos mesmos patamares de antes”, opina Anastasia.

Existem na Rússia, segundo a economista, muitos cursos de capacitação para novos setores da economia. Ela denuncia, entretanto, que não são admitidas mulheres com mais de 35 anos, porque, se uma mulher quiser trabalhar ali, tem que oferecer não só sua capacidade profissional, mas também favores sexuais. “Centenas de jovens mulheres têm declarado que preferem não trabalhar no novo mercado a ter que aceitar essa situação, explícita inclusive nos anúncios de oferta de emprego.”

No que se refere à questão de direitos da mulher em face à maternidade, Anastasia diz que na Rússia, até os anos 70, os demógrafos apontavam um declínio da população e ha-

via claramente uma política pública pró-natal.

"Hoje, embora após a licença maternidade as mulheres tenham legalmente o direito de retornar aos seus empregos, na prática isto não ocorre. A licença tornou-se uma armadilha, embora oficialmente a política não tenha mudado. Num país em crise política, social e econômica as mulheres não querem e nem podem ter muitos filhos, pois com uma vida cercada de tantas dificuldades, não estão certas de poder sustentá-los."

Argélia: mulher é alvo do fundamentalismo – "A vida na Argélia hoje está insuportável", queixa-se Rabia Abdelkrim Chikh referindo-se à guerra não-declarada entre a junta militar que dirige a Argélia desde 1991 e os fundamentalistas da Frente Islâmica de Salvação (FIS).

Ela revela que o terrorismo tem sido a face mais visível dessa guerra: 3.500 pessoas já foram mortas desde que um golpe de estado bloqueou o caminho ao poder dos integristas da FIS, que havia despontado nas eleições municipais de 1990, vencendo um ano depois o primeiro turno das eleições parlamentares com 47% dos votos. O golpe anulou as eleições e atirou a FIS na clandestinidade.

"Nesses últimos dois anos, os conflitos entre o governo e os fundamentalistas baniram do vocabulário nacional palavras como diálogo e paz", denuncia.

Ela reconhece, entretanto, a complexidade da situação: "O fundamentalismo na Argélia, assim como no Egito, nasceu de movimentos assistencialistas e comunitários que reivindicavam alternativas contra a corrupção no governo. E o que é pior: para muitos, se apresenta como um movimento 'revolucionário', que defende uma ruptura radical", acrescenta.

Além de corresponder à demanda da maioria das pessoas, o fundamentalismo, segundo Rabia, se utiliza do

discurso religioso "pervertendo-o", o que lhes rende um grande apoio, fora de suas fileiras. "Isto faz com que os agentes do movimento democrático e as mulheres fiquem praticamente isolados", explica.

Ela diz que, antes do surgimento do fundamentalismo, já havia uma situação adversa às mulheres no plano legal: o único domínio comum entre o Estado argelino socialista e moderno e a religião diz respeito à mulher e à família. "O movimento de mulheres já tinha que lutar contra uma lei muito rigorosa – o Código da Família, baseado na tradição muçulmana – e contra o fato de que apenas neste campo o Estado não se modernizasse", lembra.

Rabia define como paradoxal o rumo que os fatos tomaram a partir de 1985. Naquele ano, conta, o governo pela primeira vez havia decidido promover uma política de planejamento familiar, obtendo inclusive o aval de líderes religiosos de que o Islã não proíbe práticas contraceptivas.

"Nesse exato momento, surge o fundamentalismo, que vai explodir em 1988. Do ponto de vista do planejamento familiar, isso representou um retrocesso enorme. As mulheres, mesmo as muçulmanas, que já vinham aceitando a idéia da planificação familiar, retomam o discurso dos homens, que têm a cabeça feita nas mesquitas."

Na opinião de Rabia, a Argélia vive uma profunda crise de identidade, que levou o país à beira de uma guerra civil. Mas, segundo ela, o primeiro alvo dos fundamentalistas foram as mulheres.

"Antes, havia a possibilidade das mulheres responderem, promoverem debates, encontros, utilizando os jornais para tentar reagir ao discurso islâmico. Hoje, sob o clima de terror que se instaurou, isto tornou-se quase impossível", garante.

Curiosamente, atualmente a polícia protege as reuniões do movimento de mulheres. "Mas não porque estejam do nosso lado. Apenas continuam a usar as mulheres, como fizeram anteriormente na guerra de libertação", queixa-se Rabia. ■



Foto: Paulo Rodrigues

"As mulheres foram o primeiro alvo dos fundamentalistas, que semanalmente estabeleciam nas mesquitas como elas deviam se vestir, se comportar etc", afirma Rabia Abdelkrim



MÉXICO

Assassinado o candidato do PRI

Na noite de 23 de março, num fato sem precedentes na história recente do México, o candidato presidencial do Partido Revolucionário Institucional (PRI), Luis Donaldo Colosio, foi mortalmente ferido na cidade de Tijuana, próxima à fronteira com o estado norte-americano da Califórnia, durante um comício.

As balas disparadas na cabeça e no peito de Colosio estremeceram as bases da sociedade mexicana e as mais altas estruturas do PRI, partido que está no poder há 64 anos. Colosio, um economista de 43 anos e candidato à presidência nas eleições de agosto deste ano, representava a continuidade da política de Carlos Salinas de Gortari, de quem era um dos amigos mais próximos.

Membro do chamado "círculo íntimo do presidente", tinha ocupado diversos importantes cargos. Ex-sena-



Colosio: assassinato comoveu o país

dor pelo estado de Sonora e responsável pela campanha que culminou nas controvertidas eleições de 1988, Colosio foi presidente do PRI desde 1989 até 1992, etapa em que obteve questionáveis vitórias eleitorais em bastiões

da oposição como Michoacán, Guerrero, Guanajuato e San Luis Potosí.

"É um ladrão eleitoral", disse na época Porfirio Muñoz Ledo, presidente do Partido da Revolução Democrática (PRD), de esquerda e principal força opositora, a qual – segundo analistas nacionais e estrangeiros – foi a autêntica vencedora no pleito de 1988.

Ex-presidente da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina e Caribe (Coppal), ex-responsável pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedesol) e ex-diretor do Programa Nacional de Solidariedade (Pronasol), Colosio movimentou nesses dois últimos órgãos fundos superiores a dois bilhões de dólares, que seus críticos garantiam ser utilizados para assegurar os triunfos eleitorais do PRI em regiões consideradas conflitivas.

Proclamado candidato em 28 de novembro passado, Colosio tomou distância da atual administração do PRI em seus discursos. No caso de ganhar as eleições e governar até o ano 2000, garantiu que seguiria um programa nacionalista, popular e revolucionário.

BOLÍVIA

A captura de García Meza

Depois de passar mais de cinco anos foragido, o ex-general e ex-ditador boliviano Luis García Meza foi capturado em meados de março em São Paulo e, após sua extradição, deverá passar os próximos 30 anos em uma prisão de máxima segurança, sem direito a indulto.

Sua prisão foi produto de longas investigações, que chegaram ao fim em fevereiro, graças à ação da Polícia Federal. O ex-mandatário foi visto por agentes paulistas enquanto passeava acompanhado de "ele-

mentos da sua segurança". A embaixada dos Estados Unidos na Bolívia confirmou a presença do ex-ditador em São Paulo e cinco dias mais tarde a polícia brasileira localizou seu domicílio, em torno do qual estabeleceu uma vigilância permanente até que foi detido a pedido do Ministério de Governo boliviano.

García Meza, de 65 anos, apareceu na vida política no dia 17 de julho de 1980, quando liderou o mais sangrento golpe de estado da história contemporânea boliviana

contra o governo de Lúcia Gueiler.

De julho de 1980 até agosto de 1981, García Meza implantou um regime de terror, violência e intolerância, suprimiu as liberdades civis e estabeleceu um sistema de controle da população através de grupos parapolicias assessorados por militares argentinos. O toque de recolher, a censura da imprensa, a intervenção das universidades, junto com um número nunca estabelecido de torturados e desaparecidos são apenas uma parte do seu triste governo.

Associado ao narcotráfico, García Meza foi cúmplice e protetor de organizações latino-americanas e grupos fascistas europeus que traficavam drogas, a

ponto de que um de seus ministros, o general Luis Arce Gómez, ficou mundialmente conhecido como o "ministro da cocaína".

Em 21 de abril de 1993, após sete anos de julgamento, a Corte Suprema de Justiça boliviana o declarou culpado de 45 delitos – que incluem danos econômicos ao Estado, violação aos direitos humanos, assassinatos e genocídio, crimes contra a Constituição – e o condenou a 30 anos de prisão, a máxima pena que prevêem as leis do país.



García Meza

CUBA

Apoio do México e Canadá

México e Canadá, os dois sócios dos Estados Unidos no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), decidiram no início de março exortar Washington a suspender o bloqueio econômico, político e diplomático que mantém há 32 anos contra Cuba.

O chanceler mexicano Manuel Tello e seu colega canadense, André Ouellet, declararam ao final de uma reunião ministerial realizada no Distrito Federal mexicano que "poderia se iniciar o processo para influir na decisão norte-americana de suspender o bloqueio". Os dois diplomatas lembraram que os representantes de seus governos na Organização das Nações Unidas votaram contra o cerco à ilha caribenha e asseguraram que manteriam essa posição.

Tello e Ouellet acrescentaram que seus países não condicionarão suas relações políticas e econômicas com Havana a avaliações acerca de um suposto processo de

democratização por parte do governo cubano. Também conclamaram a "suspender o bloqueio norte-americano a Cuba sem nenhum tipo de condicionamento político".

México, Canadá e Estados Unidos constituíram a partir de 1º de janeiro deste ano a maior zona de comércio do mundo, através do Nafta, que engloba uma região com 375 milhões de habitantes e um produto bruto anual de sete bilhões de dólares.



Cuba: há 32 anos sofrendo as consequências do bloqueio

EL SALVADOR

Segundo turno

Somente depois do segundo turno, neste mês de abril, os salvadorenhos conhecerão o seu futuro presidente. Como nenhum dos candidatos superou 50% dos votos na eleição de 21 de março, os dois mais votados vão disputar o segundo turno. São eles: Armando Calderón Sol, da Aliança Republicana Nacionalista (Arena, de direita) e Rubén Zamora, da coalizão formada pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e os social-democratas da Convergência Democrática.

Apesar da presença de dois mil observadores internacionais, Zamora e a FMLN denunciaram irregularidades durante a votação, a primeira desde o acordo de paz de 1992 que pôs fim a 12 anos de guerra civil.

Calderón pediu, em vão, que Zamora renunciasse ao 2º turno



CHILE

Homenagem a Quilapayún

A Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Conselho Interamericano de Música outorgaram em Washington ao já quase legendário conjunto chileno Quilapayún o Diploma de Honra com a Máxima Distinção pela sua contribuição ao canto popular da América Latina.

O título foi entregue pelo secretário geral da OEA, João Baena Soares, que destacou em seu discurso "a força, paixão e qualidade musical que marcaram o grupo, que em suas turnês sempre fizeram brilhar a música chilena e latino-americana".

Quilapayún foi criado em 1965 e desde então revolucionou a música latino-americana com sua fusão de folclore, música acadêmica, canto popular e interpretação experimental.

Por sua identificação com o movimento popular do Chile, o conjunto foi obrigado a se exilar depois do golpe de estado de setembro de 1973, tendo se radicado na França. Em 1990, com o retorno à democracia, seus integrantes regressaram ao país.

NAMÍBIA

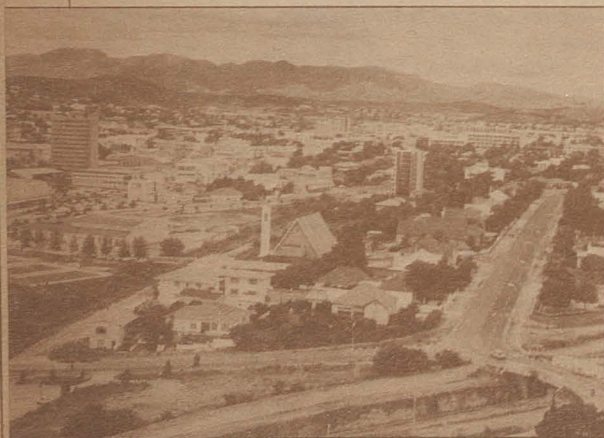
Devolvido o porto de Walvis Bay

A promulgação da Constituição de transição na África do Sul, em janeiro desse ano, permitiu cumprir um compromisso do regime de minoria branca com o governo da Namíbia, que tinha sido relegado ao esquecimento: a devolução de Walvis Bay. Além de ser o mais importante porto de águas profundas da África Austral, ali existem instalações militares de grande valor estratégico.

Quando, em março de 1990, foi proclamada a independência da Namíbia, os acordos que levaram à retirada das tropas sul-africanas não incluíam a devolução de Walvis Bay, que ficava como um ponto a ser discutido em negociações futuras.

O regime de minoria branca não aceitava entregar à Swapo, o movimento guerrilheiro ao qual tanto havia combatido, um porto estratégico. O presidente da Namíbia Sam Nujoma, por sua vez, não queria pôr a perder toda a negociação que permitiu declarar a independência por causa de um território que — embora importante — não justificava arriscar o fruto de anos de luta.

O início da democratização na África do Sul mudou o panorama. O Congresso Nacional Africano (CNA) exigiu que na Constituição de transição constasse a imediata devolução de Walvis Bay à Namíbia, o que aconteceu em fevereiro. Não foi divulgado se o governo sul-africano recebeu alguma indenização pelas bases militares instaladas em torno do porto.



A democratização em curso na África do Sul permitiu que a Namíbia recuperasse seu porto

LIBÉRIA

Novos obstáculos à paz

A recusa das facções em luta na Libéria em depor armas tem bloqueado os esforços das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana (OUA) para pôr fim à guerra civil.

Na região sudeste do país os combates continuam entre o Movimento de Libertação Unido da Libéria (MLUL) e a Frente Patriótica Nacional da Libéria (FPNL), apesar do acordo de paz assinado por ambos os grupos em julho passado em Cotonou, Benin, do qual também participaram as Forças Armadas liberianas.

Esse acordo estabelecia que cada facção deveria apresentar suas listas de combatentes e entregar seu armamento à Força de Paz Internacional (Ecomog) estacionada no país. Mas só poucos soldados leais ao governo cumpriram esse compromisso.

Essa atitude põe por terra as expectativas criadas com a instalação de um Conselho de Estado de quatro pessoas, no dia 7 de março passado. O estabelecimento desse governo provisório — encabeçado por Amos Sawyer, que está à frente do Executivo desde novembro de 1991 — foi anunciada como “o fim da guerra civil de quatro anos”, mas tudo indica que essa meta será difícil de alcançar. As facções em luta tinham concordado em realizar eleições no dia 7 de setembro passado.



Um soldado da força de paz enterra um colega morto

Camarões/Nigéria

O governo de Camarões apresentou um protesto junto ao Conselho de Segurança da ONU e à Corte Internacional de Justiça pelo confronto ocorrido na península de Bakassi com forças nigerianas. Essa disputada fronteira foi atacada por forças da Nigéria no que o chanceler desse país, Baba Gana Kingibe, qualificou como um “lamentável incidente”.

Em 21 de dezembro passado, 500 soldados da Marinha da

Nigéria ocuparam duas ilhas de Camarões, Jabane e Diamonds, alegando que a população local, de origem nigeriana, é maltratada pelas forças do país vizinho. O governo de Yaundé reafirmou sua soberania sobre as ilhas e insistiu em seu objetivo de buscar uma solução duradoura para os permanentes problemas com a Nigéria ao longo dos 1.600 quilômetros de fronteira comum.

SENEGAL

Democracia ameaçada

A decisão do governo de Abdou Diouf de tornar ilegal o movimento islâmico Moustarchidia Wal Mostarchidati demonstra a deterioração do regime senegalês. Considerado um país multipartidário modelo, o Senegal passa agora por um período de violentos confrontos que ameaçam seu equilíbrio político.

A ilegalização do Moustarchidia – uma dissidência radical dos grandes clãs senegaleses – foi conseqüência dos confrontos entre seus seguidores e as forças de segurança de Dakar, em fevereiro. Seis pessoas morreram na ocasião, no pior distúrbio desde os protestos que em 1993 provocou a reeleição de Diouf e um pleito que muitos denunciaram como “pouco transparente”.

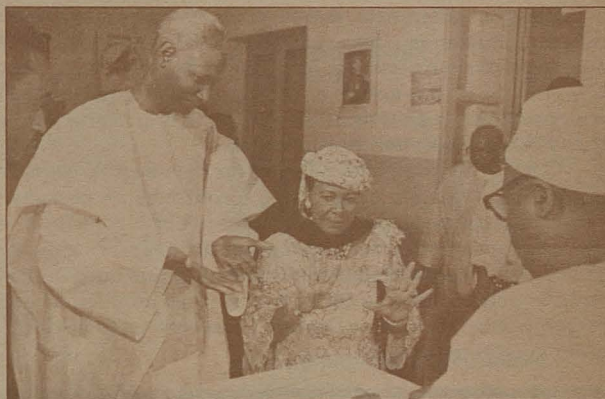
Em janeiro, Mostafá Sy, líder do Moustarchidia, foi preso, provocando a fúria de seus seguidores, em geral jovens frustrados pela pobreza e desemprego. Sy pertence à família Tidiana, que junto com os Mouridos constituem os dois grandes clãs muçulmanos senegaleses (90% da população do Senegal pratica a religião islâmica).

O governo conta com o apoio dos muçulmanos conservadores, mas os radicais estão se aliando ao Partido De-

mocrático do Senegal (PDS), o mais importante da oposição.

O líder do PDS, Abdulaye Wade (68 anos) – que disputou várias vezes a presidência e denunciou ter perdido por fraudes montadas pelo Partido Socialista de Diouf – encabeça uma coalizão de 16 partidos que formam a minoria na Assembléia Nacional de 120 membros.

Um ano depois de ter sido reeleito, Diouf só consegue governar por decreto, usando os novos poderes que por seis meses lhe concedeu a Assembléia Nacional, em fevereiro.



Desde a reeleição de Diouf os protestos se sucedem

Tibete

Pelo menos cinco mil tibetanos foram expulsos de suas casas em Lhasa, a capital, desde 1989, provocando um aumento constante dos “sem-teto”. A denúncia, feita pelo Centro de Direitos Humanos da Holanda, responsabiliza o governo de Beijing pelo incentivo à emigração chinesa rumo ao Tibete.

“As expulsões são um claro exemplo de que a China está tentando provocar

uma mudança na estrutura demográfica de nosso país”, assinalou Gyaltzen Gyaltzen, assessor do Dalai Lama.

Uma missão da Comunidade Européia calcula que os chineses já representam 70% da população de Lhasa. A China luta para desestruturar a oposição tibetana desde que, em 1950, anexou a região do Himalaia, declarando-a parte integral e indivisível de seu território.



Burundi

Um comitê internacional que investiga as violações aos direitos humanos ocorridas no Burundi após o fracassado golpe de estado de outubro de 1993 responsabilizou o Exército pela morte de 25 a 50 mil pessoas.

A violência étnica desencadeada em função da tentativa golpista foi em grande medida tolerada pelas Forças Armadas, que segundo os especialistas permitiram os massacres de civis da etnia *hutu*, a qual pertence a maioria dos seis milhões de habitantes do país. Em muitas regiões, o Exército teria participado, ao lado de civis e policiais militares, de massacres de *hutus*.



Uma mulher *hutu*, ferida durante um massacre tribal

KUAIT

Direitos humanos violados

Três anos depois de terminada a Guerra do Golfo, as violações aos direitos humanos continuam sendo uma triste rotina no Kuwait, denuncia a Anistia Internacional (AI). Segundo a organização, após a retirada do Iraque se desencadeou uma brutal "caça às bruxas" de todas as pessoas consideradas suspeitas de colaboração com o inimigo.

Segundo a denúncia, desde então, cerca de 1000 pessoas – a maioria não kuaitianas – foram detidas e pelo menos 62 "desapareceram" após a retirada iraquiana. Muitos dos detidos foram torturados e não tiveram um rápido acesso a um juiz. Outros nunca puderam conhecer a identidade das testemunhas que depuseram contra eles. Além disso, todas as apelações foram rejeitadas.

"O governo kuaitiano não seguiu nem sequer os padrões internacionais mínimos em suas cortes e centenas de pessoas qualificadas como 'colaboracionistas', detidas desde 1991, continuam sendo enviadas na prisão mediante julgamentos arbitrários", garante a organização. A organização humanitária garantiu que mais de 120 pessoas, incluindo prisioneiros de consciência, estão cumprindo sentenças após julgamentos arbitrários. Destas, 19 receberam pena de morte e um iraquiano já foi executado.



Os julgamentos no Kuwait têm sido denunciados como arbitrários

SUIÇA

Prisão para imigrantes ilegais

Manter uma pessoa presa, sem que ela tenha cometido nenhum delito, já não é uma prática apenas dos regimes ditatoriais. No início do mês de março, o Parlamento suíço aprovou uma lei mediante a qual todo imigrante em situação irregular pode ser encarcerado por um período de até seis meses.

A detenção não poderá durar mais de seis meses e deverá ser ordenada por um juiz e não como propunha o projeto original, por um período mais extenso e por decisão policial.

"Foi necessário limitar ao máximo o tempo que uma pessoa pode ficar presa sem ter cometido nenhum delito, não apenas por razões humanitárias, mas para resguardar a dignidade de nosso país", disse o parlamentar liberal Jean-François Leuba.

Segundo a atual legislação, a permanência de um estrangeiro em situação irregular era uma contravenção e quem estivesse nessa situação poderia ser deportado, mas não preso.

Desde o final dos anos 60, a Suíça é um país onde a maior parte dos trabalhos não-qualificados são realizados por imigrantes, pois o próprio governo estimulou o ingresso e o estabelecimento de estrangeiros com esse objetivo.

Peru e Bolívia serão os dois países que receberão mais recursos econômicos dos Estados Unidos durante o ano fiscal de 1995, que serão destinados na sua maior parte ao combate do narcotráfico, segundo dados da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID).

O Peru, que estava com a ajuda suspensa desde o autogolpe de estado do presidente Alberto Fujimori em 1992, será o maior receptor da assistência norte-americana, com 150,5 milhões de dólares. Para atividades antidrogas foram destinados

Drogas

42 milhões, enquanto que o restante estará dirigido a projetos de desenvolvimento sustentável e questões humanitárias.

A Bolívia receberá mais de 134 milhões de dólares, dos quais 68 milhões serão para a luta antinarcóticos e o restante para promoção da democracia, desenvolvimento sustentável e tarefas humanitárias.

Os outros maiores receptores de

ajuda financeira serão Haiti (88 milhões de dólares), El Salvador (69 milhões), Colômbia (46 milhões), Guatemala (42 milhões) e Honduras (39 milhões).

A assistência para toda a região totalizará 828 milhões de dólares, 100 milhões a mais que o ano anterior, mas longe dos 1,9 bilhão de dólares investidos até 1990 pelos Estados Unidos nas nações do Sul do continente. Os fundos de ajuda aos países latino-americanos deverão ser aprovados por vários comitês do Congresso.

“Em poucos lugares do mundo, eu vi uma escola pública tão boa quanto os CIEPs.”

(Pelé)

O talento natural pode produzir craques. Mas qualquer conjunto que pretenda ser o melhor, não tem outro caminho, senão o de investir na formação de talentos em qualquer aspecto da vida. Os países mais desenvolvidos do mundo se tornaram realmente independentes porque investiram naquilo que tinham de melhor: sua gente.

Desenvolveram métodos de ensino tão eficientes que, praticamente, nada mudou ao longo dos anos: as crianças estudam em turno único – de manhã até a tarde – orientadas por professoras que não têm outra atividade senão a de se dedicarem aos seus alunos.

O Brasil já tem um exemplo

Aqui, no Rio de Janeiro, o Governo do Estado implantou um sistema de ensino tão bom quanto aqueles que já existem no primeiro mundo. Os Centros Integrados de Educação Pública – os CIEPs – são o que de mais avançado se faz em educação em toda a América Latina. Os CIEPs garantem às nossas crianças ensino de primeiro nível, gratuito – numa experiência cujos resultados podem ser comprovados por qualquer pessoa de boa vontade.

CIEP. O melhor ensino da América Latina

Cada um dos 500 CIEPs administrados pelo Governo do Estado funciona exatamente como as escolas do primeiro mundo: instalações modernas, para 1.000 crianças, com todos os recursos pedagógicos necessários. Ali, o aluno entra de manhã, toma seu café, estuda, almoça, pratica esportes, toma seu banho, lancha, prepara suas lições, janta e, quando volta para casa, já cumpriu todas as suas tarefas escolares.

Alimentação, saúde e educação

Os CIEPs, além do melhor ensino, cuidam também da saúde dos alunos. Todos os CIEPs

mantêm atendimento médico, dentário e a alimentação é orientada por nutricionistas.

À noite, o CIEP não pára. Os cursos de Educação Juvenil recebem os adolescentes que trabalham e que, mesmo assim, continuam seus estudos.

Para casos especiais, os CIEPs mantêm o programa de Alunos Residentes, atendendo crianças de 6 a 14 anos, que permanecem na escola durante a semana, cuidados por casais previamente selecionados que moram nos próprios CIEPs.

Ensino de alto nível

Para manter a alta qualidade de ensino, os professores dos CIEPs participam de cursos regulares de treinamento, além de se submeterem a um rigoroso processo de seleção.

Recentemente, os CIEPs do Governo do Estado foram dotados de um canal exclusivo de TV – a TV CIEP – onde são exibidas aulas e programas educativos.

CIEP. Uma escola de futuro

Oferecendo um ensino de primeiro mundo, os CIEPs, pela modernidade, pelo seu método educacional único na América Latina é mais que uma escola: é uma fábrica de formar cidadãos.

Sua qualidade de ensino está plenamente reconhecida e iguala-se no mesmo nível das melhores escolas particulares. Para o Governo do Estado, esta é uma responsabilidade social que faz com que todos fiquem cada vez mais empenhados em contribuir com o melhor em favor de nossas crianças.

Por tudo isso, os CIEPs são a garantia de oportunidades iguais para todos e a certeza de um futuro melhor para nossos filhos e para o nosso país.

CIEP. Uma escola completa. Uma escola de 1º mundo.



BANERJ

A educação é o melhor investimento de um país.

CAPA

Depois de quase um século de luta contra a segregação racial, o povo sul-africano conquista o direito de construir uma nação democrática e confia no líder do CNA, Nelson Mandela, a responsabilidade de conduzi-los neste momento histórico

2 CARTAS

ECONOMIA

4 Plano FHC: um equilíbrio instável

ENTREVISTA

6 Oscar Niemeyer: 'Arquitetura é invenção'

COMPORTAMENTO

11 Funk: cultural e marginal

JUSTIÇA

13 A vez do autor

TERCEIRA IDADE

15 De volta às aulas

AGRICULTURA

17 Parceria contra a pobreza

COMUNICAÇÃO

20 Cremilda Medina: 'A informação é a arma da cidadania'

AMÉRICA LATINA

23 México: A guerra dos maias

CAPA

26 África do Sul: A hora de Mandela

ANÁLISE

34 O Estado-nação em xeque

GRANDES REPORTAGENS

36 Palestinos: A luta por um Estado

PÁGINA ABERTA

44 Na contramão dos interesses do país

☐ SUPLEMENTO

ENSINO

2 Desafios do saber ambiental

6 Escola Verde: hortas alimentam o espírito

SAÚDE

8 Catarata: Luz no fim do túnel

9 Mulher: O eterno bode expiatório

12 PANORAMA INTERNACIONAL

SUMÁRIO

➤
A desintegração da União Soviética e da Iugoslávia e a tendência à formação de blocos supranacionais, como a Comunidade Européia, põem em xeque o tradicional conceito do Estado-nação

➤
A irrupção do Exército Zapatista deixa em escombros o mito da paz social e obriga o governo de Salinas de Gortari a fazer concessões às populações indígenas

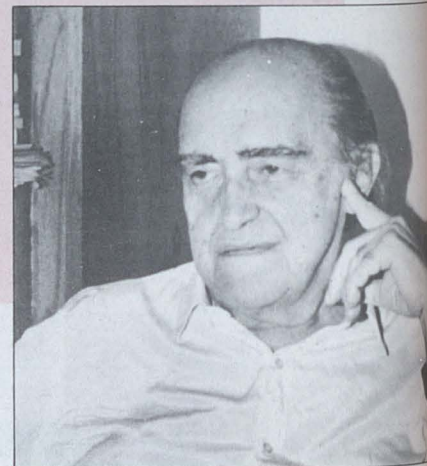
➤
Reconhecido internacionalmente como um dos arquitetos mais criativos deste século, Oscar Niemeyer fala de sua obra, mas lembra que o mais importante é estar bem consigo mesmo, denunciar as injustiças sociais e permanecer em cena até o último minuto



34



23



6

Publicação com informação e análise
das realidades e aspirações dos
países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Cláudia Guimarães, Elias Fa-
jardo. CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribe-
iro (Brasil), Henry Pease García (Peru), Eduardo
Galeano (Urugua) e Juan Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa, Carlos Lopes (Bra-
sil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto San-
tos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

REVISÃO: Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto
DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor
e capa) e Roberto S. Lourenço

FOTOS: A. C. Júnior

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V.
de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Sílvia Arruda,
Mônica Pérez, Marcus Sanches, Luciane Reis e
Rosângela Vicente Ferreira

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa
(chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes

PUBLICIDADE: Ari J. Silva

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes – Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 – Rio de Janeiro – Brasil

☎ (021) 252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Ira-
que), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El
Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Pales-
tina), e o pool de agências das Países Não-Ali-
nhados. Intercâmbio com as revistas: *Africa News*
(EUA), *Altercom* (Ilet-México-Chile), *Third World*
Network (Malásia), *Israel and Palestine Political*
Report (Paris) e *Against the Current* (EUA)

Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro
101º andar. Lisboa, 1.200 – Tel.: 32-0650.

Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241-180 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

☎ (021) 242-1957/222-1370 – Redação

☎ 232-1759 / 232-3372 – Administração

☎ (021) 507-2203 – Publicidade e Marketing

Fax: 55 21 252-8455 – Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Correio Eletrônico – Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: Caderno

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS ☎

Maringá – (0442) 224182, Recife – (081) 224-4486

/224-1421, BH – (031) 271-3757, Brasília – (061)

226-6644 e 225-0683, Aracaju – (079) 211-1912,

Rio – (021) 252-7440 / 232-3372, SP – (011)

573-8562/571-9871, Porto Alegre – (051) 227-4772,

Fortaleza – (085) 252-4858, Curitiba – (041)

264-9969, Belém – (091) 235-2146, Uberaba – (034)

333-1635, Campina Grande – (083) 322-7536,

Macapá – (096) 222-0855, Maceió – (082) 326-4922,

Salvador – (071) 242-2077

CARTAS

Movimento esperancista

A primeira reportagem que des-
pertou minha atenção no nº 168, de
dezembro do ano passado, foi “Viva
a latinidade”, pois trata-se de um
assunto que me agrada muito: lín-
guas. Mas confesso que fiquei decep-
cionado, já que não vejo soluções a
curto prazo para o problema da lín-
gua internacional, a não ser o que
todos temem: a massificação da lín-
gua inglesa em detrimento das lín-
guas nacionais.

O debate deveria ter questionado
também o imperialismo das línguas
latinas, pois a América Latina tem
seus povos indígenas, cujas línguas
estão em vias de extinção. Deveria,
também, ser voltado para a busca
de uma língua internacional que
preservasse as culturas dos povos,
que colocasse todos no mesmo nível.
Quanto ao ensino da língua portu-
guesa, por que não se torna mais
simples? É preciso ter livros mais
simplificados, como os manuais de
redação dos jornais e revistas recen-
tamente publicados.

Não sou favorável a que o inglês
venha dominar o mundo, mas sou
contra o uso das mesmas ideologias
imperialistas para lamentar esse
domínio, sem atacar o problema de
frente. O idioma esperanto é uma
alternativa viável para um mundo
que pretende ser mais justo em to-
dos os sentidos. Colocá-lo como lín-
gua morta é usar os mesmos precon-
ceitos que se quer combater e esque-
cer que ele já é usado há mais de 100
anos por povos de diferentes cultu-
ras. O esperanto tem como objetivo,
entre outros, atenuar o colonialismo
lingüístico. O movimento esperan-
cista sempre teve como tema de de-
bate a defesa da diversidade de lín-
guas.

Rui Ramos Moura de Andrade

Trav. das Flores, 385/E4/207
Mangueira – São Gonçalo – RJ
24435-410

Mais latinidade

Gostaria que vocês publicassem
o endereço da União Latina, entida-
de intergovernamental com sede em
Santo Domingo, na República Do-

minicana, citada na reportagem
“Viva a latinidade”, publicada no nº
168, de dezembro do ano passado.
Essa entidade promove a difusão da
língua espanhola e, como estudo
esta língua, gostaria de entrar em
contato com seus membros.

Virgínia Helena de Sousa
Uberlândia – MG

O endereço da União Latina é
Apartado Postal 2.482, Santo Do-
mingo, República Dominicana. Es-
creva para Lil Despradei, relações
públicas da entidade, que promove
a difusão não só da língua espanho-
la como também de todas as lín-
guas latinas.

Educação

Permitam-me, em primeiro lu-
gar, dar-lhes parabéns pelo nível da
revista. Excelentes debates e repor-
tagens. Sou leitor assíduo desde os
primeiros anos de **cadernos do
terceiro mundo**, e uso o *Almana-
que Brasil 1993-94*, publicado pela
Editora Terceiro Mundo, nas aulas
que dou. Sou professor e coordena-
dor do programa de qualidade da
Escola Técnica Federal de Pernam-
buco, e é a respeito da reportagem “A
educação para o Terceiro Milênio”,
publicada no nº 169, de janeiro, que
lhes escrevo.

Estou lançando um experimento
de Qualidade na Educação, onde
proponho, entre outras coisas, apro-
vação de 100% da turma com 100%
do conhecimento (todos com nota
máxima); eliminação do sistema de
provas com auto-avaliação conti-
nua durante as aulas e garantia de
ensino útil.

Desejo boa sorte a todos vocês.

Graccho M. Maciel
Imbiribeira – Recife – PE

O relato da sua experiência de
trabalho será avaliado para um fu-
turo aproveitamento.

Plano FHC: um equilíbrio instável

A dolarização da economia, uma das possíveis conseqüências do novo plano econômico, põe em risco a soberania nacional

Luciano Frucht

Oitavo aniversário do Plano Cruzado – aquele da inflação zero – foi brindado com o lançamento de mais um conjunto de medidas visando a estabilização econômica: o Plano FHC. Inúmeras coincidências, além da data comum, foram apontadas, como o núcleo idêntico de economistas, a tentativa de desindexação da economia e a conversão salarial pela média. Mas a mais terrível de todas é a de que ambos foram lançados em anos de grande atividade eleitoral.

O Plano FHC, assim como os anteriores, é um elenco de medidas conjunturais que procura em uma segunda fase realizar uma superindexação da economia sobre uma moeda-índice – a Unidade Real de Valor (URV) –, para que, numa terceira etapa, entre em cena uma nova moeda: o Real. Para tanto, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, levou dez meses no cargo e deixou a inflação pular de 20 para 40% mensais, para acumular reservas cambiais superiores a US\$ 30 bilhões, que darão lastro para a implantação da nova moeda.

O grande problema é que o plano não passa pelas causas estruturais da inflação, que resulta dos enormes desequilíbrios da economia brasileira. O Plano FHC ataca simplesmente o componente inercial da inflação, esquecendo as causas. Mesmo assim, o ministro da Fazenda afirmou, no lançamento do plano, que “a inflação será vencida quando o governo puser em circulação a nova moeda”. Na realidade, esse momento poderá trazer apenas

uma estabilização temporária, pois o verdadeiro combate à inflação implica questões fundamentais como a reordenação do crescimento econômico, novos padrões de financiamento, redistribuição de renda e uma política de ciência e tecnologia que possa elevar os setores produtivos a patamares de competitividade internacional.

Enfim, um programa macroeconômico que altere as próprias bases do atual modelo, que chegou a um beco sem saída.

A afirmação do ministro, que no dia seguinte recebeu a imprensa enquanto cortava o cabelo num salão de Brasília, deixou no ar a sensação, logo captada por economistas e outros setores, de que não se tratava apenas do lançamento de um plano de estabilização,

mas sim de uma candidatura à Presidência da República.

A passagem da segunda fase do plano para a implantação do Real, que já não vem sendo administrada com a facilidade que a equipe esperava, ganha então um novo componente: a candidatura do próprio ministro ou de qualquer outro cujo nome esteja vinculado ao sucesso do plano. Mais do que qualquer índice, os agentes econômicos passariam a se fixar nas pesquisas eleitorais dos diversos institutos. Seria algo como a indexação da economia ao Ibope. Aliás, não é à toa que não se tem notícia, em qualquer parte do mundo, de um plano de estabilização implantado no último ano de governo.

História inesquecível – Em 1986, quatro dias antes do anúncio do Plano Cruzado, mantido até então sob o mais absoluto sigilo pela equipe do ministro da Fazenda, Dílson Funaro, o *Jornal do Brasil* publicava longa entrevista na qual o então senador Fernando Henrique Cardoso criticava duramente o governo Sarney. Manifestava, como outros, sua preocupação com os estragos eleitorais que a crise poderia causar nas lides de seu partido na época, o PMDB, nas eleições daquele ano para os governos estaduais e o Congresso que formaria a Assembléia Nacional Constituinte.

Veio, então, o Cruzado. Preços e salários estavam congelados. Os primeiros no pico. Os salários, na média dos últimos 12 meses, acrescidos de um abono. Contratos que embutiam projeções do índice inflacionário seriam convertidos com a utilização da tablita



Fernando Henrique: a economia indexada ao Ibope

deflacionária. Foi anunciado o fim da correção monetária.

O resto da história é inesquecível. Listas e mais listas da Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) disputadas nas bancas de jornais. Furor consumista. Gerentes de padaria e mercadinhos presos. Desabastecimento. A equipe econômica de Funaro – André Lara Resende, Edmar Bacha, Pêrsio Arida e Francisco Lopes – era festejada e cultuada. O presidente da República, tido até então como o “patinho feio” do PMDB, passou a ser figura de destaque nos programas eleitorais do partido. Fizeram 22 governadores e a maior bancada do país na Constituinte.

Aquela aventura política, trouxe resultados desastrosos para o país. Seis outros planos de estabilização – Cruzadinho, Cruzado II, Bresser, Verão, Colôr I e II – se seguiram, até agora, com o lançamento do FHC. Como os demais, um elenco de medidas conjunturais passando ao largo das questões estruturais que causam o desequilíbrio da economia brasileira e representam as verdadeiras causas da inflação.

Vontade política – Não há dúvidas, porém, de que o Plano FHC conta com algumas pré-condições para uma certa estabilização que lhe são extremamente vantajosas. O próprio ministro enumerou-as, mostrando que “temos um orçamento equilibrado, reservas cambiais de US\$ 34 bilhões, negociação praticamente concluída com os bancos credores privados e acordo fechado com governos estaduais e municipais em torno de suas dívidas com o governo federal”.

Esse volumoso estoque de divisas favorece também qualquer queda-de-braço com os setores oligopolizados diante de uma economia mais aberta que permite importações a qualquer momento, desde que haja vontade política para isso, o que parece não existir.

Podem ser apontados também como positivos os fatos de que a sociedade está farta da inflação. Mesmo os agentes econômicos que sempre se beneficiaram dela já procuram se adaptar à nova ordem que poderá surgir e o mercado externo também dá sinais de que pode investir mais no país.

Mas essa sintonia é muito fina. Mesmo com o ajuste atual das contas públi-



O governo acumulou reservas cambiais e deixou a inflação explodir

cas, essas finanças continuam desequilibradas e, na hora em que o Real entrar em vigor, o governo corre o sério risco de ter que emitir moeda. Seria a inflação em Real.

Mesmo os adversários de Fernando Henrique Cardoso, de Aloísio Merca-

que Simonsen, que não sabe “como será feito o lastreamento do Real e garantida, assim, a credibilidade da moeda”.

Outro fator multiplicador é o próprio lastreamento da nova moeda. A criação de um conselho de estabilização, prevista no plano, formado pelo presidente e diretores do Banco Central e por pessoas de notório saber em política monetária, foge dos moldes do seu principal idealizador, André Lara Resende, que imaginava um conselho independente do governo e do Banco Central.

Ao que tudo indica, a nova moeda ficará com uma regra de lastro vinculada às reservas internacionais, o que traz forte influência externa para a política monetária. A dolarização da economia coloca em risco a soberania do país, que passa a contar com flutuações de sua moeda dependentes de acontecimentos externos. Mesmos países com economias mais equilibradas, como a França e a Inglaterra, sofreram recentemente crises por terem suas moedas atreladas ao marco alemão. O economista Paulo Nogueira Batista Júnior lembra que essas crises foram ainda mais fortes em países subdesenvolvidos (a Argentina é um claro exemplo), que dolarizaram suas economias e agora acumulam déficits no balanço de pagamentos da ordem de US\$ 35 bilhões, ou seja, do tamanho do estoque de divisas brasileiras que o ministro diz ter para servir como lastro da nova moeda. E o preço da queda da inflação foi uma profunda recessão. ■

A nova moeda deve ficar com uma regra de lastro vinculada às reservas internacionais, o que traz forte influência externa para a política monetária

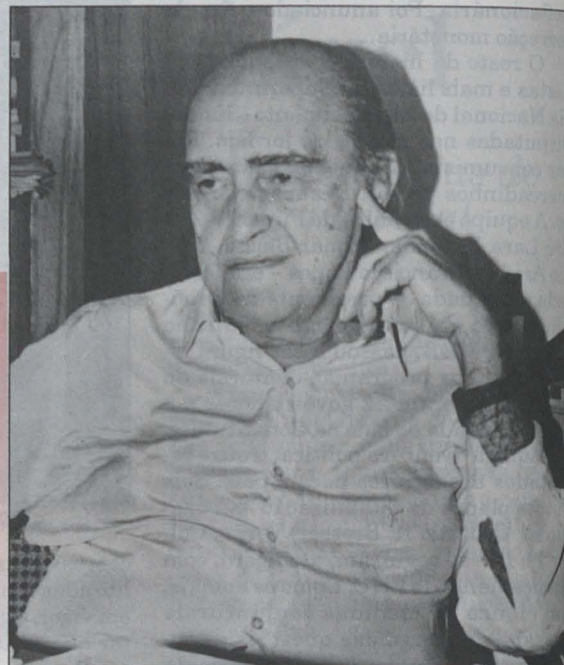
dante a Delfim Netto, apostam na queda da inflação a curto prazo com resultado das medidas adotadas. Mas persiste entre eles a opinião de que a estabilidade não será mantida por muito tempo. Para empresários no Rio, o economista Paulo Rabelo de Castro, da Fundação Getúlio Vargas, exclamou que não há garantias de que o Real será uma moeda forte. A mesma dúvida é levantada pelo ex-ministro Mário Henri-

EXCLUSIVO

OSCAR NIEMEYER

'Arquitetura é invenção'

Reconhecido internacionalmente como um dos arquitetos mais criativos deste século, Oscar Niemeyer fala de sua obra, mas lembra que o mais importante é estar bem consigo mesmo, denunciar as injustiças sociais e permanecer em cena até o último minuto



Aos 86 anos, o arquiteto Oscar Niemeyer vai diariamente ao seu ateliê, em Copacabana, no Rio, onde trabalha das nove da manhã às sete da noite. Atualmente, desenvolve três projetos que completarão seu trabalho no plano-diretor do urbanista Lúcio Costa para Brasília: o museu da cidade, a Biblioteca Nacional e os arquivos históricos. Além disso tem outros projetos já aprovados, como o monumento em homenagem ao líder comunista Luís Carlos Prestes, a ser erguido no Rio de Janeiro, o Museu de Niterói, também no estado do Rio, e a Casa Brasil-Portugal, em Lisboa. "Não posso ficar numa poltrona sem fazer nada ou ruminando as misérias da existência", diz Niemeyer.

Seu escritório recebe encomendas de todas as partes do mundo, mas ele se diz particularmente interessado no da ilha de Gorée, ao largo de Dakar, que lhe permitiria denunciar a deportação maciça de negros para o trabalho escravo em nosso continente entre os séculos XVI e XIX. O texto que **cadernos do terceiro mundo** publica com exclusividade no Brasil é parte do livro Niemeyer par lui-même - L'architecte de Brasília parle à Edouard Bailby, lançado na França pela editora Balland, de Paris.

Edouard Bailby

■ Ao observar suas obras mais memoráveis, tem-se a impressão de que elas exigiram do senhor um longo trabalho de pesquisa, uma grande meticulosidade.

ON - A arquitetura, como a escultura, exige uma certa sensibilidade, um poder de evasão. Assim que um projeto me é apresentado, reflito sobre ele sempre sozinho, sentado em meu escritório, estirado em um sofá ou caminhando pela rua. Em geral, capto rapidamente a imagem de meu projeto em sua totalidade, não me perco em detalhes. Por vezes meu trabalho de criação se processa como em um sonho.

A mesquita de Argel, que não foi construída devido à falta de dinheiro ou por uma razão qualquer que ignoro, eu a imaginei durante meu sono, no meio do mar, cintilante de beleza. Quando acordei comecei a desenhá-la imediatamente. Concebi o Teatro de Brasília ao longo de três dias de carnaval. No quarto dia, na alvorada da quarta-feira de cinzas, depois de ter esboçado alguns croquis, o projeto estava pronto.

Tenho o costume de desenhar em uma escala muito pequena, o que sempre surpreende meus colegas, e depois redigir um texto explicativo tão sóbrio e claro quanto possível. Não gosto de procurar palavras nos dicionários. Na época em que

construímos Brasília, a cada vez que o presidente Juscelino Kubitschek lia meus textos percebia de imediato o sentido de meus projetos.

Consulto meu engenheiro para saber se meu projeto se adapta ao terreno, ao clima, se o orçamento previsto é suficiente, de forma a executar as modificações necessárias. Mas esta não é uma questão técnica. Não sendo engenheiro especialista em cimento armado, não cabe a mim resolver os problemas de resistência dos materiais. O essencial é que a idéia esteja lá.

Atualmente, talvez as novas técnicas permitissem que se fizessem as estruturas da praça dos Três Poderes, em Brasília, de maneira diferente. Mas isso não é tão certo; as modificações que traria não seriam forçosamente substanciais. No caso do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, cuja inspiração devemos ao gênio de Le Corbusier, o grande mestre de minha geração, dois pilares seriam sem dúvida suficientes para sustentar o edifício, que ganharia em leveza.

Eu me lembro que logo que construí Pampulha, no começo dos anos 40, bem antes de Brasília, portanto, eu dizia que a arquitetura deveria ser antes de tudo uma surpresa, um espetáculo para os olhos. Replicavam-me que o essencial era a técnica. Não estou de acordo. Baudelaire disse mais ou menos o seguinte: o inesperado, a variedade, a surpresa são uma parte essencial e uma característica da beleza. Le Corbusier encontrou uma fórmula percuciente que resume completamente o que eu penso: a arquitetura é invenção. Não se deve deixar aprisionar por regras preestabelecidas, ficar submetido a restrições inexoráveis que diminuem ou limitam a capacidade de criação.

Quando Heidegger afirma que a razão é a inimiga do pensamento, acho que ele está certo. A razão é inimiga de toda inovação. Se você quer realizar um projeto diferente de tudo o que já foi visto, você se baseia antes em conhecimentos técnicos. Mas deve ter um espaço para criar a surpresa, ao jogar com o cimento. O importante no arquiteto é a imaginação.

■ *Dito de outra forma, a arquitetura não pode ser bela senão fruto de uma invenção pura, de uma ruptura inédita.*

ON - Não tenho nenhum entusiasmo pela arquitetura racionalista com seus limites funcionais, sua rigidez estrutural, seus dogmas e teorias. O cimento armado permite que se expresse

"A arquitetura é feita de sonho e de fantasia, de curvas e de grandes espaços livres"

a arquitetura que tem o sentido da poesia. A arquitetura é feita de sonho e de fantasia, de curvas e de grandes espaços livres. Deve-se saber inventar, apelando para todas as técnicas que estão à nossa disposição. Por que se submeter a regras, a princípios intangíveis?

Quando concebi os monumentos públicos de Brasília, não tinha lido uma só revista de arquitetura a fim de não me deixar influenciar. Eu fiz isso conscientemente. O que mais admiro em um arquiteto é a liberdade. Gaudi, cuja obra mais célebre é a igreja inacabada da Sagrada Família, em Barcelona, é um arquiteto confuso. Mas ele teve a coragem de transgredir as regras estabelecidas e realizar desta forma a união de uma técnica audaciosa e de um lirismo memorável. Neste aspecto, ele ocupa um lugar particular na arquitetura moderna, ainda que Le Corbusier tenha desempenhado um papel bem mais importante.

Na época em que fiz o Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, não me lancei em uma nova forma de arquitetura, como escreveram alguns. Eu simplesmente quis provar que era fácil fazer algo que agrade a todos, uma arquitetura tecnicamente correta mas generosa, que não exija sensibilidade particular.

Não é o palácio que corresponde melhor ao meu temperamento, mas é verdade que muitos o preferem. Ele é bem construído, moderno, rodeado de jardins e de planos d'água que o tornam atraente.

Eu não deveria fazer esta declaração, pois alguns podem pensar que zombo de minha própria arquitetura. De maneira nenhuma. Picasso não fez telas clássicas que são testemunho de sua maestria na pintura?

Sempre reagi contra esta arquitetura que deve ser tecnicamente bem-feita, dentro das regras. Não é nada disso. A obra arquitetônica deve ser bela, leve, diferente. Como acreditar que erigimos um monumento ou palácio esteticamente notável se, ao olhar para trás, constatamos que não fizemos nada de novo, que nos contentamos em imitar o passado? Quando Le Corbusier subiu a rampa do prédio do Congresso, em Brasília, ele disse estas palavras que não esqueci: "Aqui há invenção."

Pode não se gostar dos monumentos e dos prédios que construí para a nova capital do Brasil. Mas ninguém negará que nunca se viu nada parecido. Faço sempre esta pergunta a todos que vieram Brasília e que retornam com um espírito crítico: "Você não gosta do prédio do Congresso, você



acha sua arquitetura delirante, desinteressante?" Depois digo: "Mas você já viu algo parecido?" Este é o ponto de partida da arquitetura, a verdadeira. Ela não deve ser um exercício de imitação, salvo quando se trata de construções imobiliárias. Deve-se saber superar a si mesmo, mostrar imaginação.

Depois da construção de Pampulha, na periferia de Belo Horizonte, quis fazer algo diferente. Tive a sorte de encontrar um homem excepcional, prefeito da cidade na época, que transbordava de entusiasmo. Tornamo-nos amigos rapidamente, apesar de nossas divergências políticas. Ao me dar uma liberdade total de criação, ele permitiu que eu me expressasse. É raro que uma chance como essa apareça na vida de um arquiteto. Eu a aproveitei. Fui muito atacado porque recolocava em questão os dogmas tradicionais do classicismo e do racionalismo. Mas fiquei indiferente às críticas. Se tivesse hesitado ou cedido, talvez não me tornasse o arquiteto que sou hoje.

■ *Se o senhor tivesse agora que dar cursos de arquitetura para estudantes, o que diria a eles?*

ON - Pediram-me recentemente que registrasse em videocassete uma série de 12 cursos para a nova Universidade de Campos, uma cidade de 400 mil habitantes, a 280 quilômetros do Rio. Foi meu amigo Darcy Ribeiro, um homem de uma cultura e de uma inteligência excepcionais, que teve a idéia de criar nesta região açucareira uma universidade moderna, aproveitando velhas construções.

Creio que a coisa primordial, antes mesmo que o estudante siga cursos de arquitetura, é saber se ele tem talento para esta profissão.

É preciso que os professores o conheçam, o auscultem, descubram suas inclinações artísti-

cas, seus dons para o desenho, seus conhecimentos gerais, estimulem um diálogo para informá-lo das eventualidades da profissão. É indispensável, por outro lado, que ele saiba desenhar. É a base da arquitetura. Ele passará seis meses em uma escola para aprender a fazer desenhos, técnicos e decorativos, e aperfeiçoará desta forma seu sentido da beleza.

Uma vez terminado este período, entrará em um grande ateliê ou aprenderá a estudar uma cidade tão bem no plano arquitetônico quanto no urbanístico. Ele terá a seu lado muitos assistentes: o homem do cimento, o homem do ar-condicionado, o homem da água, em suma, o homem dos detalhes técnicos. Depois, durante três anos, acompanhará no terreno a construção de um bairro ou de uma cidade do começo até o fim. Não restará nada para ele aprender, a não ser a escrever de uma maneira sóbria e concisa para explicar seu projeto.

Eu assinalei que, na minha vida profissional, foram os textos que, com frequência, fizeram com que meus trabalhos fossem aprovados. Raros são os neófitos que compreendem o desenho de um arquiteto. Ou seja, estou convencido de que um arquiteto não deve limitar-se à aprendizagem de sua profissão. Ele deve ter cultura geral, ler os clássicos, os escritores contemporâneos, para melhor conhecer seu ambiente cultural.

Desde minha juventude, assim que terminei meus estudos na Escola de Belas Artes, no Rio de Janeiro, li muito graças ao incentivo de um amigo muito próximo, Rodrigo de Mello Franco, diretor do Patrimônio Histórico e Cultural. Como a maioria de meus colegas, eu não conhecia praticamente nada de literatura ao fim de meus estudos. Foi ele que me incitou a ler. Eu diria mesmo que ele teve uma influência determinante na minha formação humanista e na minha carreira.

"O arquiteto deve ler os clássicos, os escritores contemporâneos, para melhor conhecer seu ambiente cultural"

ra de arquiteto. Frequentemente encontrei nos romances a justificação de meu trabalho, uma razão a mais para prosseguir no caminho que me foi traçado. De sorte que não existe arquitetura sem cultura.

■ *É atribuída ao senhor a idéia de que o arquiteto deve trabalhar sozinho, sem apelar para colaborações externas. Suas obras demonstram, entretanto, o contrário, a começar pela Pampulha, onde o senhor trabalhou com Cândido Portinari.*

ON – Sempre disse que é o arquiteto que deve escolher os pintores ou escultores que embelezarão sua obra. Foi o que fiz. Quando concebo um espaço vazio, uma sala, um anfiteatro, sei de antemão se colocarei uma parede de granito, tapeçarias ou quadros. A arquitetura é um todo que exige uma simbiose entre a estrutura e a decoração. Assim que construí a sede do Partido Comunista em Paris, uma de minhas obras prediletas, Jacques Duclos, o secretário-geral, me perguntou: “Oscar, será que eu poderia colocar na minha sala uma velha escrivaninha? É um móvel histórico que me segue por todo lugar.”

Eu apreciei seu respeito por meu trabalho de arquiteto. Não é sempre assim. Colocaram na nave da catedral de Brasília cadeiras que eu acho horríveis; têm-se a impressão de que foram retiradas do terraço de um bistrô. A última vez que encontrei Jack Lang, então ministro francês da Cultura, a quem as tinha mostrado, ele me perguntou: “Aqueles cadeiras continuam lá?” Ah! sim...

Na Pampulha não tive problemas para encontrar um artista que pudesse decorar com azulejos a fachada exterior da capela. Portinari era um amigo por quem eu tinha muita admiração, um pintor talentoso que sabia desenhar. Ele não se aprisionava no abstrato, toda sua obra é feita de personagens humanos, de figuras históricas. Eu já tinha tido oportunidade de recorrer a ele pelo colégio de Cataguazes, em Minas Gerais. Ele fez seu afresco *Tiradentes*, o mais célebre, que se encontra hoje em dia no Memorial da América Latina, em São Paulo. A pintura tem 18 x 3 metros.

O espaço vazio também faz parte da decoração. Se você tem uma sala a decorar, você não pode encher de móveis de qualquer maneira. Você cria uma impressão de desordem, dá a sensação a quem entra de que está visitando uma galeria. O que é importante é a repartição do mobiliário, sua disposição no espaço que lhe é concedido. Já que os espaços vazios são essenciais, é preciso que eles sejam bem definidos. Há então uma pesquisa mental a empreender para manter um equilíbrio harmonioso entre a arquitetura e a decoração. Minha filha Anna Maria, que trabalha com o interior de apartamentos, tem muito gosto nesta área, faz isto muito bem. Eu mesmo estou sempre preocupado com estes problemas. É como esta história da pintura que eu lhe contei. É preciso prever o que não pode vir depois.

Quando um arquiteto faz seu projeto e conhece todas as possibilidades que as artes plásticas lhe oferecem, ele pensa se deve recorrer ou renunciar a elas já no momento de desenhar um muro: se este será em pedra, se será pintado, se será deste modo ou daquele outro. Antigamente havia um certo exagero na decoração interior e exterior, mas era belo. Veja a Renascença. Em seguida, a vida se tornou mais difícil, a mão-de-obra encareceu. Daí esta idéia de uma arquitetura mais simples, mas sóbria. Antes de pendurar um quadro em uma parede, pensava-se duas vezes, pois sabia-se que uma bela obra de arte, assinada por um pintor célebre e talentoso, custava caro. Mas em nenhum caso este gesto deveria vir depois. É precisamente aí que o arquiteto intervém; cabe a ele prever as possibilidades da decoração em função do seu projeto. Em suma, a ligação entre as artes plásticas e a arquitetura é fundamental.

■ *O senhor não pode negar que está mais interessado na arquitetura monumental ou mesmo em residências individuais luxuosas do que em habitações sociais. Não há uma contradição entre o seu engajamento político ao lado dos comunistas e sua obra na arquitetura?*

ON – Eu poderia ter ganho muito dinheiro ao me deixar tentar pelas operações de cunho paternalista ou pela especulação imobiliária. Não está no meu temperamento, eu não me sinto atraído pelo lucro. Construí os monumentos de Brasília com meu salário de funcionário público, sem propinas ou comissões. Isto me permitiu ser livre e que me sentisse à vontade para trabalhar. Fiz, contudo, um hotel que tem uma forma circular e algumas outras obras residenciais na Barra da Tijuca, à beira do mar, no Rio de Janeiro.

Realizei projetos da mesma natureza no exterior. Não são muito numerosos. Ultimamente, fiz também escolas, os Cieps, cuja concepção se generaliza. Ainda que eles sejam construídos

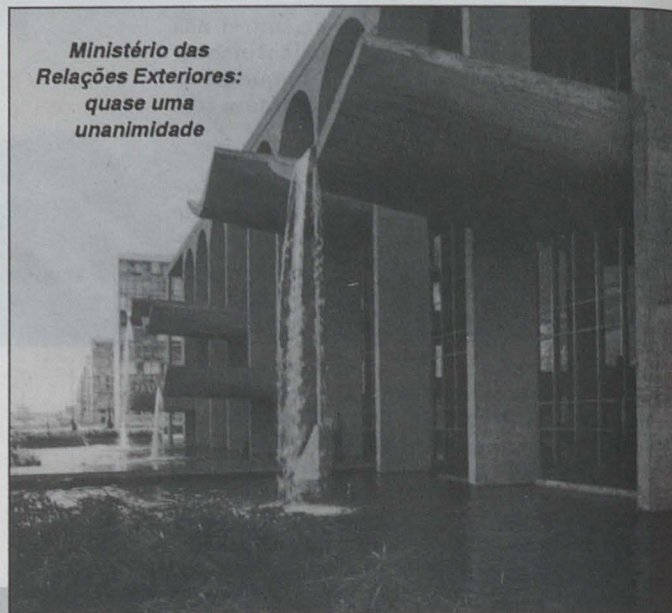
“Construí os monumentos de Brasília com meu salário de funcionário público, sem propinas ou comissões”

em cimento pré-fabricado, tentei tirar o melhor partido das restrições orçamentárias para torná-los tão atraentes e funcionais quanto possível. Cada uma destas 500 escolas, fabricadas industrialmente, pode acolher diariamente cerca de mil crianças que, além do ensino, recebem alimentação gratuita. Elas são situadas nos bairros mais pobres. Ao contrário do que afirmam aqui e ali, o custo de construção de uma escola deste porte pode ser reduzido em um terço.

Voltemos às habitações sociais. O arquiteto deve contribuir, como todo cidadão, para o futuro de uma sociedade nova, mais justa, generosa, sem discriminação de nenhum tipo, na qual todas as camadas da população tenham uma vida decente, a saúde garantida, um ensino gratuito de boa qualidade. Veja Cuba, que, depois de trinta e poucos anos, é vítima de um bloqueio escandaloso dos Estados Unidos. Este pequeno país é o único de toda a América Latina onde ninguém morre de fome, onde a taxa de analfabetismo é inferior à da maior parte das nações industrializadas, onde a saúde é gratuita. Apesar das numerosas dificuldades, devido em grande parte ao fim da ajuda soviética e do antigo campo socialista, ela consegue manter a cabeça erguida. Há uma vontade política de fazer as coisas.

Aqui no Brasil, não cabe ao arquiteto desenhar os projetos das escolas, dos postos médicos, dos jardins de infância, dos apartamentos baratos, se o Estado e as comunidades locais não desempenharem sua tarefa. Ele pode no máximo trazer sua experiência, recomendar esta ou aquela solução, participar, mesmo que gratuitamente, da construção de prédios que servirão à coletividade. Eu o fiz no caso dos Cieps no Rio de Janeiro.

Mas o arquiteto não pode ir muito além a ponto de permitir que a lei do mercado forme a base de nossa sociedade, relegando a segundo plano os problemas sociais. Entrei para o Partido Comunista na idade de 38 anos porque, revoltado desde minha juventude contra a injustiça e a miséria, calculei que devia enfim pôr em acordo minha ação com meu pensamento. Sempre dei mais importância a meu engajamento ideológico que à minha profissão de arquiteto. Não fiz muitas coisas, com certeza, mas ajudei meus camaradas em dificuldade, participei de grandes campanhas populares, como a feita em todo o Brasil para defender a Petrobrás, a estatal nacional do petróleo, contra a voracidade das multinacionais. Em suma, não cessei jamais de ser solidário. Isto me valeu alguns abor-



Ministério das
Relações Exteriores:
quase uma
unanimidade

*“Sempre
dei mais
importância a
meu engajamento
ideológico
que à minha
profissão de
arquiteto”*

recimentos com os militares e a polícia, e algumas humilhações também. Tentaram, sobretudo, me tornar objeto de desdém, tornar minha arquitetura pouco confiável porque eu era comunista. Em vão.

Não vejo por que um arquiteto como eu deva obrigatoriamente fazer habitações sociais sob o pretexto de que vai mudar a sociedade. Qual a relação? Quando construímos Brasília, milhares de operários vindos de todas as regiões do país, os famosos candangos, empregaram um entusiasmo extraordinário para construir os prédios e os monumentos da nova capital.

Eu me lembro emocionado destes anos. Nós estávamos alojados em barracos de madeira, sem conforto. Mas havia um convívio caloroso entre nós, o mundo nos parecia fraternal. Era o tempo das ilusões. No dia da inauguração de Brasília, em abril de 1960, com o presidente da República, os generais em seus uniformes, os deputados vestidos com esmero, os corpos constituintes do Estado, as damas da alta sociedade com suas mais belas jóias, tudo mudou. O encantamento teve fim com um só golpe. Os candangos retornaram a suas regiões miseráveis; os que ficaram não tiveram outra escolha a não ser viver em favelas, na periferia da cidade, ainda que eles a tivessem construído. Brasília não é a cidade do futuro, porque nossa sociedade ainda é aquela do passado.

Funk: cultural e marginal

Fotos: André Louzeiro



Galeras do Rio de Janeiro se organizam e ganham apoio do meio acadêmico para mudar imagem, quase sempre distorcida pelos meios de comunicação

Paulo Marinho

Até pouco tempo restrito aos salões de baile da periferia, o movimento funk já contabiliza um público estimado em 1,5 milhão de jovens no Rio de Janeiro. Olhado com certa desconfiança pela mídia, o gênero, que começa a ser difundido na Zona Sul da cidade, ainda é discriminado por ter entre seus adeptos um grande contingente de marginalizados em busca de identidade.

Convivendo com as mesmas dificuldades que o samba, a capoeira e o rock enfrentaram em seus primórdios, as chamadas galeras funk começam a se organizar para mudar uma imagem quase sempre distorcida pelos meios de comunicação. Carentes de um discurso uniformizado, os funkeiros, socorridos por seus principais disc-jóqueis e por notáveis do samba carioca, contam ainda com a ajuda de representantes da comunidade acadêmica.

Idealizador e coordenador do seminário "Galeras, uma manifestação cultural? Uma ameaça? Um problema da cidade?", o arquiteto e urbanista Ma-

noel Ribeiro transformou o assunto em tema de um fórum realizado em dezembro do ano passado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

"A opinião pública ainda estava impressionada com as cenas que a televisão mostrou, do embate de outubro entre galeras de funkeiros na praia de Ipanema", diz Ribeiro. "Durante o encontro, no entanto, as lideranças do movimento mostraram que a estrutura organizacional dos grupos do subúrbio, ao contrário de induzir à desordem, promove a convivência de vizinhos que, em busca de lazer e identidade, andam juntos para se proteger de uma violência inerente às grandes metrópoles."

Espécie de porta-voz das galeras funk, Manoel Ribeiro estuda o fenômeno no âmbito do movimento Viva Rio, e levou à prefeitura as sugestões formuladas na UFRJ para evitar o confronto entre grupos rivais. A mais importante delas já está em andamento e prevê a utilização de 12 localidades onde são realizados bailes, com o aproveitamento do espaço para a instalação de oficinas profissionalizantes.

"Nestes locais, os jovens, orientados por disc-jóqueis, vão aprender as técnicas de mixagem de som e operação de aparelhos eletrônicos usados em bailes. Além disso, os funkeiros oriundos das áreas mais carentes aprenderão a construir refletores e outros utensílios a partir de latas e outros materiais recicláveis", explica.

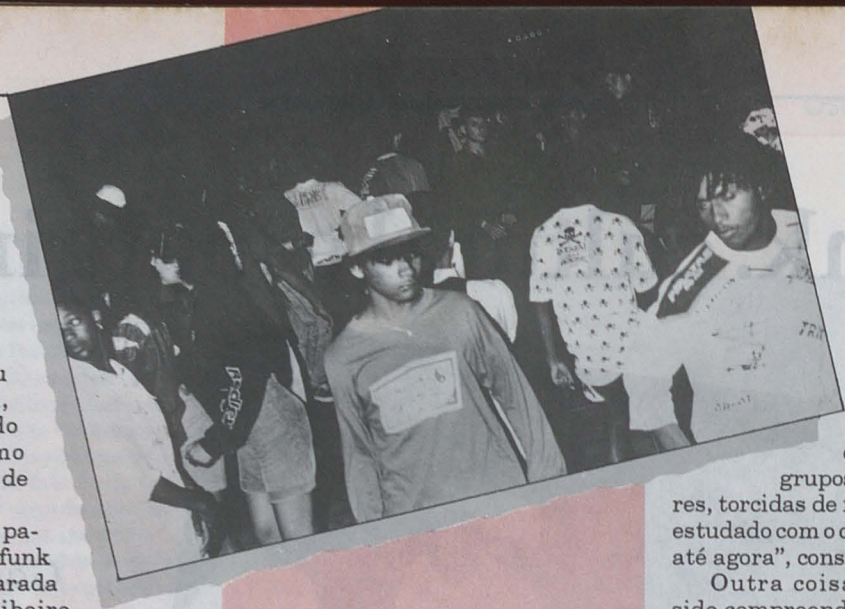
Reflexão – Além de racionalizar a realização dos bailes na Zona Norte, evitando o encontro de galeras rivais, as 12 localidades, que abrangem 22 comunidades com 36 oficinas de trabalho, vão promover a primeira introspecção do movimento funk. "Todo o potencial artístico do gênero funk será explorado, com o aproveitamento daqueles que se destacarem no canto e na dança", conta o arquiteto. "Levando para o palco seu lazer e reconhecendo nele uma manifestação cultural importante, o funkeiro vai refletir sobre sua própria realidade, interiorizando seus direitos e deveres", conta o arquiteto, acrescentando que a iniciativa vai contar com a participação dos

maiores ídolos do universo funk, como os disc-jóqueis Marlboro, Black Star, You Can Dance e Abdula, além de notáveis do samba carioca como Leci Brandão, Sandra de Sá e Albino Pinheiro.

Responsável pela pacificação das galeras funk de Vigário Geral e Parada de Lucas, Manoel Ribeiro promoveu, em janeiro último, um baile com os dois grupos, adeptos do samba e do pagode, e as duas comunidades. O acontecimento deixou claro que o entendimento não é só possível como imprescindível a um movimento novo que não pode se deixar levar pela desinformação da mídia e da sociedade: "É preciso reverter a paranóia generalizada que se criou a partir dos choques entre galeras nas praias da Zona Sul do Rio. Desde então, passou-se a responsabilizar as galeras funk por qualquer ilícito ocorrido na cidade, envolvendo guerra de tóxicos, conflitos de torcidas de futebol, brigas de academias de judô e outras."

Preconceito – Negócio rentável que já propiciou oito discos de ouro à indústria fonográfica e detém altas audiências nas rádios FM, o funk transcendeu a periferia e chegou à Zona Sul do Rio de Janeiro. Na opinião do arquiteto e urbanista, o fenômeno gera reações semelhantes às que envolveram a ascensão de ritmos e danças procedentes das camadas pobres: "Manifestações artísticas como o samba e a capoeira enfrentaram a polícia no início do século e percorreram um longo caminho até chegar aos saraus e reuniões familiares. Na mesma época, a compositora Chiquinha Gonzaga foi estigmatizada porque ousou executar música popular; mais recentemente, nos anos 50, o rock and roll também foi precedido de uma expectativa muito difundida pela mídia, segundo a qual seus acordes levavam a juventude à loucura. Todos eles, no entanto, acabaram assimilados pela sociedade."

Considerando o movimento funk como um recurso capaz de mobilizar a juventude das favelas e da periferia na busca de sua inserção no cenário cultu-



Negócio rentável para a indústria fonográfica, o funk transcendeu a periferia e chegou à Zona Sul do Rio de Janeiro

ral da cidade, Ribeiro reconhece que os próprios meios de comunicação já estão abandonando a postura simplista de explicar um fenômeno que não conhecem, atribuindo-lhe contornos malignos: "A televisão, que é o grande formador de opinião, já está procurando humanizar o funkeiro, afastando de vez a visão distorcida de que todo frequentador de baile é arruaceiro e violento. A TV Bandeirantes mostrou uma matéria isenta em seu noticiário, acompanhando o cotidiano de um rapaz normal que sai de casa bem cedo, trabalha como engraxate no Largo da Carioca, no Centro da cidade, e nos finais de semana integra um grupo do movimento."

Ritual – Manoel Ribeiro, que usa uma visão multidisciplinar para entender a cidade e suas manifestações, adverte ainda que o movimento funk é relativamente novo na própria periferia, onde floresceu no início dos anos 80, e só agora está entrando na cidade: "Enquanto no subúrbio a organização das tribos leva a uma visão de mundo onde quem não é vizinho/amigo é alemão/inimigo, na Zona Sul esta categorização binária se quebra, já que os novos adeptos

não estão unidos simplesmente pela vizinhança e busca de identidade; os funkeiros da classe média são encontrados entre membros de grupos de luta livre, pichadores, torcidas de futebol, e nada disso foi estudado com o devido aprofundamento até agora", considera.

Outra coisa que parece não ter sido compreendida pela mídia é o significado do embate – quando dois grupos se enfrentam nos salões de baile com empurrões: "Esta característica dos encontros dos funkeiros, na verdade, é a ritualização da violência que estes jovens enfrentam no dia-a-dia das favelas e bairros periféricos onde moram. Aquilo que a sociedade vê como ato de violência é a representação de um cotidiano que surge como uma contracultura; como a celebração que saiu dos salões e aconteceu em território proibido, as normas tradicionalmente obedecidas não foram observadas", diz Ribeiro.

Ao contrário do que possa sugerir, o estigma hoje dedicado ao movimento funk deixa entrever a possibilidade desta manifestação ingressar no restrito universo do *big business*. A atração pelo proibido, o sensacionalismo da mídia e um mercado consumidor potencial induzem à inevitável transformação do fenômeno em um rico filão de ouro para a indústria cultural.

A trajetória do gênero funk é recente – com a lenta caminhada de seu ritmo e adeptos para a cidade formal. São antigos, no entanto, os mecanismos que tanto podem excluir como cooptar pessoas, grupos ou movimentos, de acordo com os interesses dos grupos dominantes.

Na Grécia antiga, os indivíduos destituídos de cidadania – as mulheres, escravos e estrangeiros – praticavam uma religião chamada Orfismo. Um dia, essa prática religiosa foi levada para o interior da cidade de Atenas e acabou dando origem ao que hoje se conhece por teatro.

Levando seu canto e sua dança para o espaço cênico das oficinas profissionalizantes do subúrbio carioca, os funkeiros parecem ser os novos protagonistas de um velho enredo.

A vez do autor

Compositores brasileiros se mobilizam para recuperar no tribunal o direito sobre suas obras

Márcia Cezimbra

As conquistas judiciais do compositor Chico Buarque de Hollanda, que venceu uma longa batalha autoral contra a gravadora multinacional PolyGram, começam a mudar o panorama do direito autoral em toda a MPB. O autor de *Apesar de você* foi um guerreiro solitário. Sob a orientação da advogada Eny Moreira, ex-defensora de presos políticos e ex-assistente do jurista Sobral Pinto, Chico Buarque começou a lutar na Justiça em 1989 para retirar da gravadora as autorizações de comercialização das suas mais de 300 músicas. A vitória, oficializada, inaugurou um novo caminho de independência para todos os compositores brasileiros.

O compositor agora é o dono de suas músicas. Apenas a editora de sua propriedade, a Marola Edições Musicais, pode autorizar ou não a comercialização da obra. Este foi o acordo que ele assinou com a gravadora PolyGram após derrotá-la nos tribunais. Foi assim que Chico Buarque pôde voltar às lojas de discos, já que a briga com a gravadora impedia há quase cinco anos que ela vendesse qualquer canção do artista.

A voz do dono - Foi um exemplo de coragem que já contagiou Gilberto Gil, Caetano Veloso, Antonio Cícero, Suely Costa e muitos outros. Todo mundo quer ser dono de sua própria criação. É um sinal de que o tempo em que os autores reclamavam passivamente da exploração das editoras e gravadoras, e ficavam somente com as migalhas do lucro fabuloso da indústria fonográfica, começa a chegar ao fim.

O panorama de lesões absurdas e ilegais ao criador de uma obra de arte foi instaurado impunemente no país pelas multi-

nacionais do disco a partir do golpe militar de 1964.

Gilberto Gil, um autor de quase mil músicas negociadas por cinco poderosas editoras, já derrotou em primeira instância, na 4ª Vara Cível de São Paulo, a editora Arlequim. A empresa, de Waldemar Marchetti, conhecido no meio musical como Corisco, detém os direitos de comercialização de músicas de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, entre outros patrimônios culturais brasileiros.

Atrás de Gilberto Gil está novamente a advogada Eny Moreira, em cuja porta foram bater a maioria dos artistas depois da vitória de Chico Buarque. Todos interessados na sua assessoria jurídica para rever contratos draconianos com editores e gravadoras. "Gil criou a Gilberto Gil Edições Musicais para administrar a sua obra. Ele já tem ajuizado ações contra as outras quatro

editoras por onde se espalham as suas canções", comenta Eny Moreira.

A próxima batalha judicial está marcada para o dia 29 de abril, e tem bastidores dignos de um folhetim. De um lado, Gilberto Gil e a tentativa de recuperar quase a metade das autorizações para comercializar a sua obra. De outro, o ex-amigo do tropicalismo, Guilherme Araújo, dono da Gapa Edições, uma empresa que autoriza multinacionais como a Warner a comercializar as canções dos baianos Gil e Caetano Veloso, justamente a dupla que Guilherme Araújo sempre se vangloriou de ter ajudado a decolar no *show biz*.

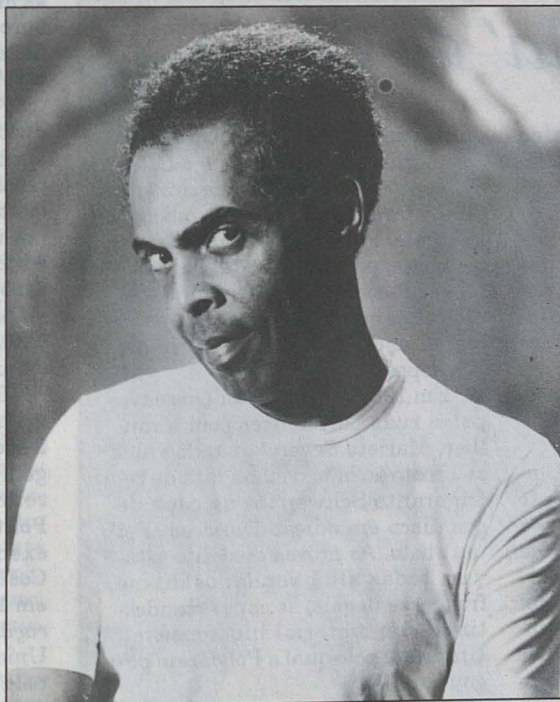
Com a ação judicial de Gil contra a Gapa, sabe-se agora que Guilherme Araújo cobrou caríssimo por esta "força amiga" que deu às produções e ao exílio dos dois baianos nos idos de 1968. O "pagamento" da "ajuda" - em forma de lucro fantástico com os direitos da obra tropica-

lista - rendeu ao empresário dividendos ao longo dos últimos 25 anos. Gilberto Gil deu um basta a esta situação extorsiva, apesar do choro do empresário, que mora em Nova Iorque, com esta "ingratidão". Já Caetano, com o processo pronto para ser distribuído na Justiça carioca, ainda reluta em acionar Araújo.

Gilberto Gil também tem canções cedidas para as editoras Musiclave (esta também de Waldemar Marchetti), assim como para a editora das gravadoras Warner e BMG-Ariola. "O fato de o contrato ser lesivo ao autor é apenas mais uma razão para que ele seja rescindido. O mais importante é que a Justiça começa a reconhecer o direito exclusivo do autor de utilização de sua obra", explica Eny Moreira.

Virando a mesa - O caso de Chico Buarque não foi assim tão fácil. Ele precisou provar que a PolyGram desrespeitava acintosamente os contratos, já por si

Foto: divulgação



Gil: ação judicial contra o empresário Guilherme Araújo

Foto: divulgação



A vitória de Chico Buarque já contagiou inúmeros outros compositores

A 'novela' de Chico

Foi por puro acaso que Chico Buarque de Hollanda descobriu e conseguiu provas concretas de que a gravadora PolyGram fraudava os contratos que ainda mantinha com ele. Chico não era mais compositor da PolyGram há quase dez anos, por desavenças que renderam até canções como *O dono da voz*. Por força dos tais contratos ultrapassados, a PolyGram tinha direitos de comercializar toda a obra dele no Brasil e na América Latina.

O crime aconteceu em 1988. Chico Buarque assinou um contrato com os refrigerantes Schweppes para a exploração de sua música *Essa moça tá diferente* num comercial para a TV francesa. A canção foi um estouro em Paris. No ano seguinte, a PolyGram, sem qualquer amparo legal e com toda a fé na im-

punidade habitual, exportou o LP *Chico Buarque n.º 4*, o LP e o CD *O melhor de Chico Buarque* e um mix publicitário, todos com *Essa moça tá diferente*. Para agravar a situação, além da exportação ilegal e clandestina, os LPs saíram em Paris com capas e encartes que traziam montagens fotográficas de Chico com o refrigerante Schweppes.

Em 1989, o compositor passeava pelas ruas parisienses com a mulher, Marieta Severo, quando viu o seu rosto ao lado de uma lata de refrigerante Schweppes na capa de um disco em edição francesa. Foi um susto. As provas do delito estavam todas ali à venda: os discos franceses ilegais, as capas clandestinas, um material indefensável. Um crime pelo qual a PolyGram pagou caro.

excessivamente rigoroso contra o autor, para obter a rescisão de todos eles (*leia quadro*). A derrota da gravadora possibilitou ao artista uma indenização que chegou a ser calculada pela imprensa em US\$ 1 milhão. O acordo foi proposto em setembro do ano passado pela gravadora, uma semana antes do julgamento final, em segunda instância, pelo Tribunal de Justiça do Rio.

A advogada Eny Moreira considera, no entanto, o alcance político desta decisão muito mais valioso do que a quantia em dólares que Chico poderá ter recebido. "Num país onde se desrespeita sistematicamente a legislação autoral, é fundamental uma sentença judicial, como a do caso de Chico Buarque, que determina claramente às empresas que parem de roubar", afirma.

A idéia dos autores é a de reduzir o papel das editoras, deformado nos anos de ditadura. Os editores de antigamente eram simples difusores da música e de seus intérpretes. Eles se encarregavam de escrever as músicas e distribuíam as cópias das partituras em programas de rádios e casas de espetáculos. Ficavam assim com 10% do lucro pela comercialização destas canções. O problema é que as multinacionais perceberam a mina de ouro, criaram as suas próprias editoras e deitaram as leis de um mercado insuportável para o autor.

A situação virou então pelo avesso. Justamente o criador passou a receber apenas os 10% que eram do editor. "Ainda assim ele fica com essa parte apenas em tese, porque esses 10% ficam retidos por um ou dois anos pelas gravadoras e editores. Esse dinheiro é aplicado no mercado financeiro e vira capital de giro das empresas. Quando elas pagam aqueles 10%, desatualizados, eles valem 0,01%", denuncia Eny Moreira.

O caso de Suely Costa é dos mais gritantes. Ela está na Justiça contra o Sistema Globo de Edições Musicais (Sigem), empresa que lhe reembolsa os direitos autorais de maneira acintosa. Por ter a sua música *Cobras e Lagartos* executada em 1982 no Japão, Suely Costa recebeu CR\$ 17,46, mas apenas em 1992, e sem correção. A célebre *Coração ateu* tocou em 1988 nos Estados Unidos, mas a compositora só recebeu pela execução CR\$ 314.832,78 em 1992. A Sigem ainda manda os recibos, que Suely faz questão de colecionar.

De volta às aulas

Acompanhando a iniciativa de universidades de outros estados, a Uerj criou cursos para idosos, com uma proposta inovadora de integrá-los ao convívio social

Aura Pinheiro

Ganhar um diploma não é mesmo a preocupação de quem procura a Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Diplomas, históricos escolares e outros itens burocráticos das universidades tradicionais não fazem parte do programa desta universidade.

Para ingressar na UnATI, o aluno deve ter idade superior a 60 anos, sendo dispensável o segundo grau ou outro pré-requisito escolar. Cursos, seminários e *work shops* oferecidos têm período de duração variada e transcendem a função didática: a maior preocupação é integrar o idoso ao convívio social.

O coordenador da UnATI e professor do Instituto de Medicina Social, Renato Veras, 44 anos, diz que com o sucesso do programa foi possível aumentar para 60 o número de cursos (até o último semestre eram 23) e ainda obter recursos de dez empresas do porte da IBM, Xerox e Petrobrás, que hoje financiam parte dos US\$ 15 mil gastos por mês pelo projeto.

A universidade foi inaugurada há oito meses com cerca de dois mil alunos, no campus da Uerj, no bairro do Maracanã. Para o primeiro semestre deste ano já existe uma previsão de pelo menos três mil alunos. "A principal diferença entre a proposta da UnATI e de outras universidades da terceira idade do país é que realmente estamos conseguindo trabalhar de forma integrada, envolvendo as áreas de saúde, assistência social, atividades culturais e até atendimento jurídico aos idosos", explica Renato Veras. Projeto deste gênero, como acrescenta o coordenador, só existe no Japão e na Alemanha.

Este mês deverão ser inaugurados oito consultórios no prédio do Instituto de Medicina Social, o bloco F, onde fun-

ciona a UnATI, além dos dois ambulatórios já existentes no Hospital Universitário Pedro Ernesto para atendimento a idosos. Quanto aos cursos oferecidos, todos gratuitos, há desde opções para os que gostam de literatura, línguas e até atividades alternativas como biodança e yoga. A sexualidade na terceira idade e aulas de teatro também fazem parte da extensa lista do programa.

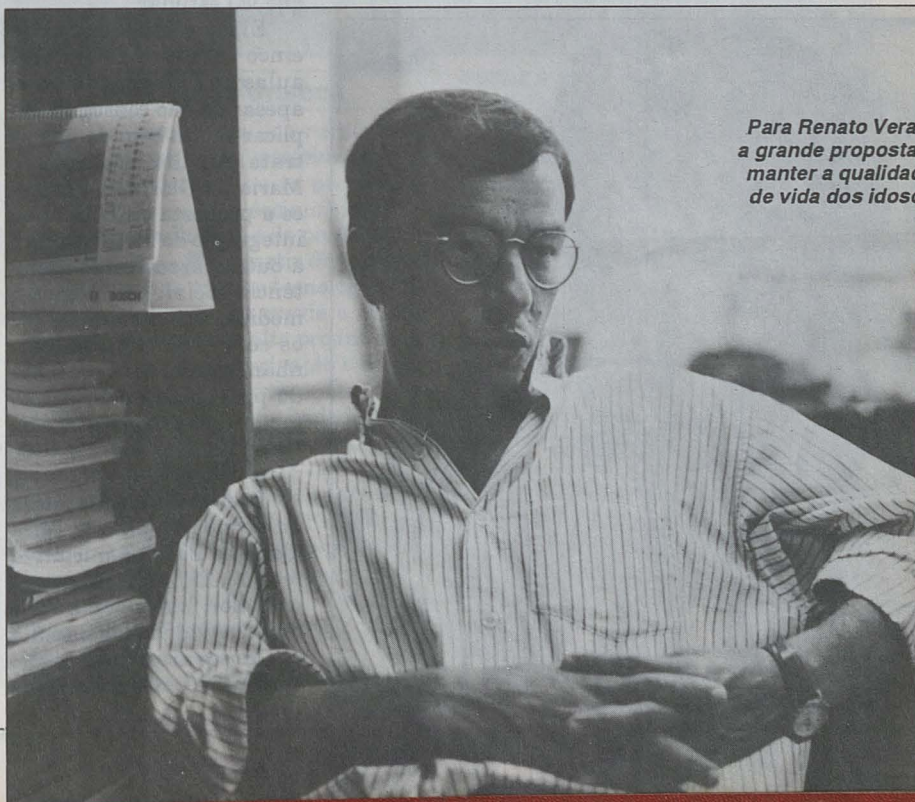
São mais de 30 faculdades da Uerj e cerca de 100 pessoas envolvidas no projeto, que tem também atuação na área de pesquisa junto aos idosos, em especial sobre o acompanhamento do crescimento da população idosa no país. Com doutorado na Universidade de Londres sobre o assunto, o coordenador Renato Veras diz que, enquanto em 1950 a população idosa era de dois milhões no país, no ano 2025 este número será de 33 milhões. Atualmente, as pessoas

com mais de 60 anos representam 9% de toda a população brasileira. Esta faixa etária cresce três ou quatro vezes mais do que qualquer outra. No país há um grande aumento populacional de duas faixas etárias economicamente não-ativas: a dos jovens e a dos idosos.

"A grande proposta da UnATI é manter a qualidade de vida dos idosos, que integram uma faixa populacional já em destaque no Brasil", observa o coordenador. E para fortalecer o projeto, Renato Veras conta que a UnATI poderá deixar de ser apenas um programa. "O Conselho Universitário da Uerj fará, no decorrer deste ano, uma avaliação do nosso trabalho. Caso seja positivo, passaremos a adquirir o *status* de instituição universitária", explica ele.

Experiência de vida - Procurar os cursos oferecidos pela Universidade

Fotos: A.C. Júnior



Para Renato Veras, a grande proposta é manter a qualidade de vida dos idosos

Aberta da Terceira Idade foi inevitável para Maria da Glória Rodrigues Janot, 63 anos. Viúva, sem netos, morando sozinha na Zona Sul do Rio de Janeiro e formada em Pedagogia, ela sempre procurou dedicar-se às atividades intelectuais e sociais. E não seria agora, quando a solidão fica ainda mais forte, com a chegada da terceira idade, que Maria da Glória deixaria de continuar estudando. Pelo contrário, diz ela, "o contato com os livros me desperta para a vida e é uma forma de manter minha boa memória".

Mas o convívio social é o que há de mais atraente na UnATI? Não, diz Maria da Glória, com uma resposta bem diferente da maioria dos frequentadores dos cursos. Certamente uma exceção nas salas de aula do programa, ela não dá o braço a torcer e afirma, com convicção, que é "muito difícil encontrar alguém para fazer amizade. Muitos só querem mesmo arranjar uma ocupação e não se preocupam com o conteúdo de cursos e palestras". Matriculada em "O Contador de Histórias - a Vida e a Obra de Machado de Assis", ela se orgulha de dominar espanhol, francês e inglês e de ter sido secretária-executiva da presidência da Cruz Vermelha.

"O nosso passado é a nossa memória de vida. O idoso que tem a consciência

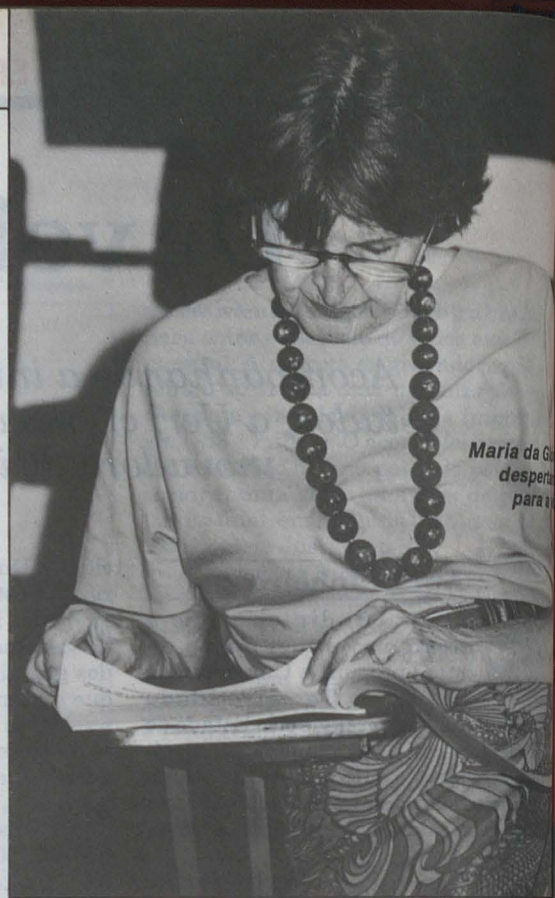
disso e continua em busca do conhecimento é mais vivo do que muito jovem por aí. Diplomas tenho muitos. O bom da UnATI é dar a chance para que os idosos descubram que podem aperfeiçoar suas experiências de vida."

Mas o coordenador da UnATI, Renato Veras, confirma que a maioria dos alunos pensa diferente de Maria da Glória. Muitos, por exemplo, tentam se matricular em um curso de computador, mas quando não há mais vagas são capazes de mudar completamente de idéia só pelo prazer de sentar de novo em uma sala de aula.

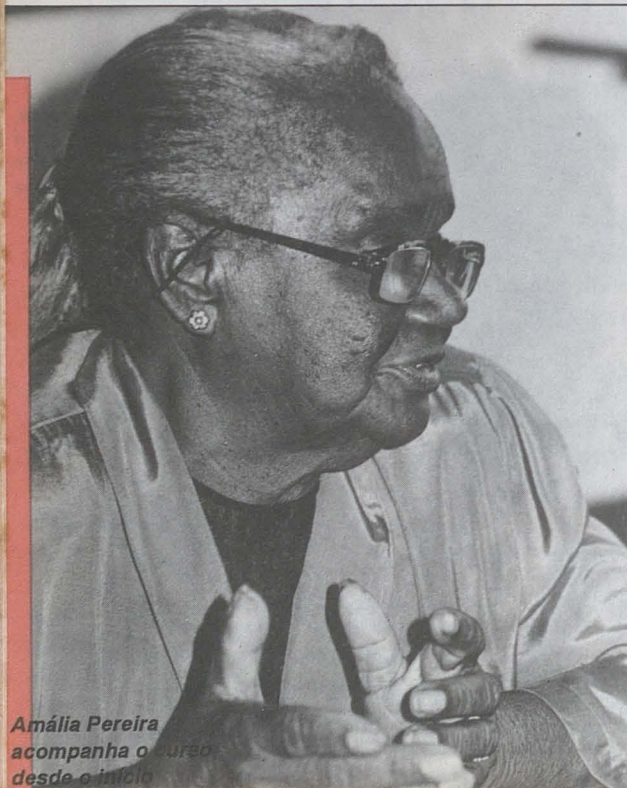
Este é o caso, por exemplo, de Amália Siqueira Pereira, 81 anos, também viúva, e que mora sozinha em Madureira. Ela leu nos jornais, ano passado, sobre o início do curso. Assim como a colega Maria da Glória, tem acompanhado a UnATI desde o início do curso. Mas, ao contrário da colega, ela costuma se inscrever em vários cursos em um mesmo semestre. Não importa muito o assunto que vai estudar.

Ela fez uma média de cinco cursos até hoje. Até aulas de biodança já teve, apesar de não conseguir explicar muito bem de que se trata. Amália, assim como Maria da Glória, desconhece a proposta da UnATI de integração do idoso também a outras áreas como assistência social, psicológica e médica, mas diz que talvez os coordenadores não tenham explicado a proposta do programa "pelo pouco tempo de funcionamento da UnATI".

Inovação - A criação de universidades para terceira idade no Brasil é iniciativa recente. Em 1990, no governo Collor, falava-se em abrir as universidades de Brasília aos idosos até o final do ano seguinte, com o objetivo de



Maria da Glória Rodrigues Janot desperta para a vida



Amália Pereira acompanha o curso desde o início

reintegrá-los à sociedade. As Pontifícias Universidades Católica (PUC) de Santos, Campinas e São Paulo foram, no entanto, as primeiras no país, juntamente com o estado do Rio Grande do Sul, a promover cursos abertos para idosos.

No Rio de Janeiro, a Uerj foi a pioneira de um trabalho mais complexo, visando a uma integração do idoso também a serviços extra-escolares na universidade. Em atividades culturais, há alguns grupos que se destacam na cidade. O principal deles é o que tem à frente Cristina Pereira, atriz responsável pelo desempenho teatral de atores da terceira idade (com idade média de 65 anos). É um trabalho desenvolvido desde 1992 na Fundação Cultural Casa da Gávea. E o grupo, intitulado "Revivendo", vem apresentando nos teatros e praças da cidade *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Mello Neto. A peça é produto final do curso "Idade Mínima 50 Anos", um aprendizado de teatro, expressão corporal, música e técnica vocal voltado para a terceira idade.

Em Niterói, a Universidade Federal Fluminense (UFF) também tem seu grupo de teatro voltado para idosos, dentro do projeto de curso básico de formação de atores, com direção de Alice Carvalho. Criado há sete anos, seus participantes, entre 47 a 76 anos, ganham até registro profissional de ator ao concluírem o curso.

Parceria contra a pobreza

A associação entre agricultores e técnicos agrícolas recupera a produtividade das plantações de milho na Zona da Mata mineira

Foto: Oswaldo Santana



Marinês Fonseca

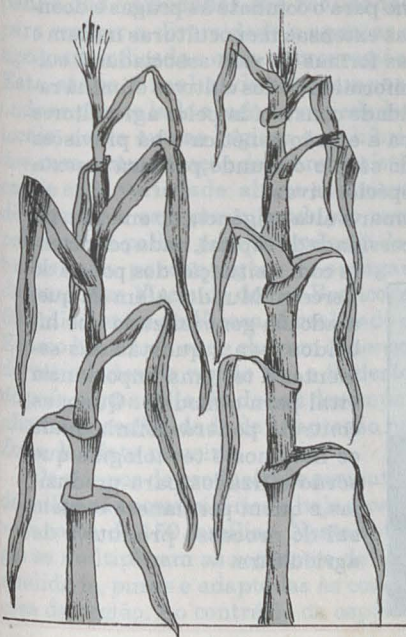
As 72 mil famílias rurais residentes nos municípios da Zona da Mata mineira presenciaram um decréscimo significativo da área cultivada e da produção de milho nos anos 80, a partir da introdução do chamado "pacote tecnológico" do Governo Federal, que previa a combinação de sementes de alta produtividade com o controle da irrigação e do uso de fertilizantes e agrotóxicos. De 1980 a 1988, a redução da produtividade na região foi de 23,6%. Em 1982, era necessário produzir 6,55 kg de milho para comprar um quilo de semente. Em 1990, esta relação chegou a 10,69 kg por quilo de semente. O problema começou a ser solucionado com a parceria dos agricultores com técnicos do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM).

Esta parceria tem como objetivo

reunir o saber dos camponeses, donos do conhecimento empírico de sua realidade imediata, com o saber técnico, fruto do conhecimento científico, ainda não totalmente vinculado à realidade social do campo. Dentro dessa ótica, camponeses e agrônomos realizam "pesquisas participativas", eliminando o velho sistema de imposição de tecnologias.

Os agricultores têm acesso a procedimentos científicos e colaboram na criação de tecnologias alternativas, que rompem com os entraves de seus sistemas produtivos e resgatam a sua cultura. Mais de 90% dos agricultores na Zona da Mata são pequenos proprietários de terra, com áreas de até 100 hectares. O milho domina a economia regional, sendo cultivado por 60% dos camponeses. A espécie híbrida é usada por 80% dos agricultores.

O milho é uma planta com alta taxa de cruzamento (espécie alógama) e com grande dispersão de pólen. A revolução



verde, introdutora do híbrido no país, contaminou e extinguiu as variedades tradicionais do local – as crioulas – provocando o fenômeno da erosão genética e a dependência dos insumos químicos.

O CTA-ZM é uma organização não-governamental fundada em 1987, que desenvolve tecnologias agroecológicas e sócio-econômicas apropriadas ao pequeno produtor. Seus técnicos apontam o Programa Milho desenvolvido em Igrejinha, na Zona da Mata mineira, como uma “porta de entrada estratégi-

ca” para se trabalhar os fatores de melhoria da rentabilidade das plantações, como manejo e conservação dos solos, relação com o sistema de produção animal, comercialização, custo de produção e o fortalecimento das organizações de pequenos produtores.

O CTA desenvolve estratégias para resgatar o uso da semente tradicional de milho da região. Os passos principais são a identificação da semente, conservação, avaliação, campo de produção de sementes, melhoramento e

cruzamento. “Todas as etapas do programa visam à multiplicação das melhores variedades, como o cuidado de serem adaptadas ao clima e ao solo de microrregiões em que foi dividida a Zona da Mata”, explica o coordenador do programa, o agrônomo Breno Mello Silva.

A primeira etapa é a identificação das variedades crioulas. Esta tarefa é de difícil execução, devido ao alto grau de contaminação das sementes. Apesar disso, os agricultores já conseguiram

Revolução verde

A agricultura mundial depende da diversidade genética. É ela que se adapta a diferentes ambientes e condições de crescimento, através de características transmitidas naturalmente pelos genes. A sua alteração definirá, por exemplo, a quantidade de proteína no fruto, o tamanho do seu porte, a resistência à seca e ao inseto. Sem essa diversidade, a evolução das culturas poderia ser paralisada, o que provocaria problemas econômicos e a redução da oferta de alimentos. Conseqüentemente, o risco do aumento da fome no mundo.

A diversidade das culturas é essencial para a humanidade e foi criada, até a primeira metade deste século, por pessoas que gostavam da diferença. Elas contribuíram enormemente no processo de cultivo e ecologia. Por isso, os recursos genéticos do Terceiro Mundo são importantes para os seus povos: uma variedade é adaptada durante séculos ao clima local, inserida na cultura e na economia nativa.

Entretanto, essa diversidade se vê ameaçada pelo holocausto botânico dos últimos 30 anos. Hoje, o número de “melhoristas” reduziu-se de milhões a poucos cientistas que, nos laboratórios das transnacionais agroindustriais, criam variedades uniformes e vulneráveis.

A partir dos anos 60, no Brasil, como nos outros países do Terceiro Mundo, os governos foram influenciados e pressionados pelos Estados Unidos para a adoção da revolução genético-química. Conhecida como revolução verde, ela se propagou de modo imediato e extensivo, através da mão-de-obra barata e de um

pacote tecnológico composto de sementes de alta produtividade e dependentes do controle rígido da irrigação, de fertilizantes e de agrotóxicos.

O crédito agrícola era, até os anos 80, amarrado a este pacote: o produtor de milho recebia das empresas estatais de extensão rural o valor do empréstimo em sementes híbridas e insumos, o que restringia as possibilidades de diversificar a sua cultura. O pacote contribuiu ainda mais para oprimir e subjugar os países da África, América Latina e Ásia, aumentando a dependência em relação às potências ocidentais.

As conseqüências da revolução verde são hoje uma das ameaças ao desequilíbrio ecológico e social do planeta. O uso do veneno para o combate às pragas e doenças ocasionadas pelas extensas monoculturas matam e contaminam todas as formas de vida associadas à cultura. A crescente uniformidade dos cultivos elimina rapidamente a diversidade construída pelos agricultores do passado e provoca a erosão genética – há previsões de que até o final do século o mundo perderá a sexta parte de todas as espécies vivas.

Ainda pode se somar a alta exigência de energia, intensificadora da necessidade do capital, nada condizen-

te com a situação dos países do Terceiro Mundo. Além do que, a adoção generalizada dos híbridos leva a questão das sementes a ter uma importância vital para o modelo. Quem as controla poderá definir quais os insumos e tecnologias que serão utilizados para produzi-las e quem permanece e quem sai do processo produtivo da agricultura.

Foto: Oswaldo Santana



identificar 24 variedades tradicionais, das quais 12 foram resgatadas. O processo de conservação ocorre de duas formas: *in-situ*, sob responsabilidade dos agricultores, que anualmente plantam pelo menos uma variedade, com o objetivo de dinamizar e incorporar as variáveis do meio; e *ex-situ*, em uma câmara fria, sem umidade, para que não ocorra o risco de perda ou mistura.

Existem hoje, nos bancos de germoplasma do mundo, cerca de 6 mil variedades de milho. O CTA tem um banco com capacidade de conservação para alguns anos. Mas os técnicos da equipe têm muitas restrições ao sistema e não consideram esta a melhor maneira de conservar sementes. Eles acreditam que somente com o uso a semente evoluirá e se diversificará.

A avaliação e comparação do desempenho das variedades são realizadas para realçar a diversidade e apontar o tipo mais indicado a cada microrregião. Esta etapa é realizada nos campos, onde se planta lado a lado as variedades locais, as de outras regiões e os híbridos, com a comparação das características de cada variedade: altura e número de plantas e espigas, a produção com palha e sem palha, peso dos grãos já debulhados e percentagem de espigas doentes. Em Visconde do Rio Branco, a 50 quilômetros de Viçosa, é realizado o Ensaio Nacional, onde chegam dezenas de variedades da região Sul e Sudeste do país para avaliação do seu desempenho e da possibilidade de adaptação na Zona da Mata mineira.

Os campos de produção de sementes de milho são comunitários e hoje envolvem cerca de 150 famílias. Neste estágio se multiplicam as sementes de boa qualidade, puras e adaptadas às condições da região. Ao contrário da espécie



Foto: Breno Mello Silva

híbrida, elas podem ser replantadas a cada ano sem perder seu potencial produtivo. Os técnicos citam a organização através do trabalho comunitário como o principal fator do sucesso do programa.

Na etapa de melhoramento utiliza-se o próprio campo de produção de sementes para fazer o que se chama "seleção massal extratificada" – a seleção das melhores plantas, cerca de 20%, em áreas escolhidas previamente pelo grupo, conforme os aspectos topográficos e de fertilidade do solo. Ao final, 30 mil sementes são selecionadas e voltarão a ser plantadas no ano seguinte, no mesmo campo.

O restante do campo é distribuído para os agricultores envolvidos na experiência e o excedente vendido a um custo 50% inferior ao mercado. Hoje, o coordenador do programa se preocupa também em capacitar os agricultores que compram as sementes, "porque um plantio desordenado levará a produção a cair em dois ou três anos".

Vinte e três grupos de agricultores estão fazendo seleção e melhoramento de variedades. Breno estima que em 1994 sejam selecionados 5 mil quilos de sementes crioulas e que a experiência seja estendida para comunidades de

todos os 12 municípios da Zona da Mata.

Outro tipo de melhoramento é o cruzamento genético. Ele acontece com a interferência do agricultor, que planta duas ou mais variedades de sementes, da mesma raça ou diferentes geneticamente. Os cruzamentos objetivam o aumento da variabilidade genética dos milhos nativos e o rebaixamento do porte, mantendo a mesma raça. No processo de recombinação genética das variedades, os grupos de agricultores decidem as características que desejam introduzir nas plantas, de acordo com as suas necessidades. Em Visconde de Rio Branco, o milho é importante para a comercialização. O cruzamento criou novas raças de maior produtividade. Já em São João do Glória, onde o produto é destinado ao consumo, importa desenvolver uma variedade resistente a pragas.

Devido à sua importância para a região, o CTA foi declarado entidade de utilidade pública, em 1991, pelo governo mineiro. ■

O trabalho comunitário é a razão do sucesso do Programa Milho

Desquisadora defende a renovação da linguagem jornalística e a afirmação do profissional de imprensa sensível às demandas sociais e voltado para a grande massa de incomunicados

Foto: A. C. Júnior



'A informação é a arma da

Elias Fajardo

Cremilda Medina é jornalista, pesquisadora e professora na graduação e na pós-graduação em Comunicação Social da Universidade de São Paulo (USP). Começou a trabalhar em jornal no início dos anos 60, em Porto Alegre. Atuou na imprensa escrita e eletrônica. Mudou-se para São Paulo em 1970 e trabalhou no *Jornal da Tarde*, TV Bandeirantes e TV Cultura; entre 1975 e 1985, no *O Estado de S. Paulo*.

De 1970 a 1975, lecionou na USP. Em 1985 retomou a vida acadêmica. Publicou *Notícias, um produto à venda*, da editora Summus, *Entrevista, o diálogo possível*, da Ática, *Profissão jornalista: responsabilidade social* pela Forense, além de uma trilogia de autores de literatura em língua portuguesa. Ela coordena o projeto São Paulo de Perfil, com experiências de livros-reportagens escritos por seus alunos, que está no terceiro ano e já produziu 14 volumes.

Com seu espírito inquieto e raciocínio agressivo, Cremilda está entre os

pesquisadores que propõem uma renovação da linguagem e do papel do jornalista na sociedade, como mostrou em entrevista exclusiva a **cadernos do terceiro mundo**.

Atualmente discute-se muito sobre a falência do socialismo real, que tentou socializar os meios de produção e acabou privatizando o sonho, restrito aos dirigentes. Enquanto isto, o capitalismo privatizou a riqueza e socializou o sonho, através da mídia eletrônica.

Segundo Cremilda, a prisão do sonho na estrutura socialista não é um fato consumado, pois o ato de sonhar permaneceu no desejo de superação das condições objetivas, sejam elas dirigidas pelo Estado ou pela iniciativa privada. "O sonho, essa subjetividade produtiva do ser humano, permanece existindo, contido ou reprimido. Tanto o horizonte de sonho do socialismo quanto o da liberdade nas sociedades que optaram pelo capitalismo são o mesmo. Não me parece que ele tenha sido explorado plenamente no capitalismo, pelo contrário. O capitalismo dá margem ao sonho individual, mas na realidade ele

não chega a se realizar, porque o sonhar não é apenas a oferta de um produto de consumo."

Partindo deste raciocínio, a professora considera que nem o capitalismo nem o socialismo estão historicamente esgotados. Ambos encontram-se em crise profunda, mas ainda têm muitos quilômetros a rodar. Ela não partilha do pessimismo quanto à utopia socialista, que considera tão viva quanto antes.

No entanto, ninguém duvida de que é preciso superar a crise atual. Em que direção viria essa superação?

Cremilda responde enfaticamente: "Temos que reciclar nossa visão de mundo. Em todos os momentos da história existe o conflito não-resolvido, seja expresso através das estruturas econômicas, políticas ou até de idéias. O que parece estar aumentando é a possibilidade de construção democrática, de inter-regulagens do poder, de negociações possíveis. Isso acontece à medida que os grupos humanos vão assumindo sua possibilidade ativa de fazer história, o que se chama de cidadania. As estruturas de poder estão presentes em

Cremilda Medina:
"Temos que reciclar
nossa visão de mundo"

COMUNICAÇÃO

ramente um ser humano sensível e solidário. Para resgatar este lado, precisamos chegar à fonte íntima de sua identidade cultural, que é a solidariedade. Alguém só se sente parceiro do outro quando aceita internamente a sua própria identidade e não a rejeita em favor da couraça de competência técnica e avanços tecnológicos."

Na aula que deu no segundo curso de jornalismo científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro, a pesquisadora afirmou que "o repórter não investiga mais a verdade, mas sim a luta entre as verdades. Já se foi o tempo em que se achava que existia uma só verdade e ela era o retrato fiel do lado correto do mundo. O mundo está em permanente conflito e mutação. Não podemos mais explicá-lo através de uma só verdade. O que existe é uma pluralidade indiscutível de entendimentos do mundo, de diagnósticos e idéias sobre ele. Portanto existe de fato a luta das múltiplas concepções das coisas. Então, nessa bagunça, ou, como dizem os contemporâneos, nesse caos dinâmico, somos investigadores, pesquisadores e garimpeiros".

A professora considera que o jornalista garimpa a partir das diversas concepções atuais sobre o mundo. E por isso tem que aprender a trabalhar com a luta, o conflito das múltiplas verdades, das situações e comportamentos que causam espanto pela sua diferença e particularidade. "Ao mesmo tempo",

"Se a notícia fosse um sabonete não teríamos contradições. Mas ela tem uma complexidade que ultrapassa o sabonete"

continua ela, "ao lado dessa particularidade há uma busca universal. E nesse ponto, a concepção marxista, com seu universalismo, também não está superada".

Seria possível chegar a uma harmonização através do conflito ou pode-se consegui-la de outra maneira? Nessa questão, Cremilda é taxativa: "Não acredito em harmonização. O universo, o cosmos, a matéria (incluindo nós mesmos) não apresentam indicadores de harmonia mas sim de caos dinâmico. Até Newton, o cientista que descobriu a lei da gravidade, entendia o caos como algo estático, regido por leis e com a perspectiva da entropia. A passagem do caos estático para o dinâmico tem para nós, na questão social e humana, uma mensagem muito rica. Quando os físicos atuais trabalham com estruturas dissipativas da matéria, descobrem, através de células, da química e da física, que há sempre a possibilidade aleatória do princípio de reorganização do caos."

Mas essa reorganização não seria ela própria uma harmonia?

Cremilda retoma o tom didático afirmando que a reorganização não é definitiva. "Ela é um ato emancipatório dentro do caos. Transportando isso para o plano social, temos uma esperança visível. Mas não é uma esperança que faça parte de um planejamento, de uma proposta filosófica. É uma possibilidade que sai da própria sociedade."

A professora exemplifica com o atual processo político brasileiro. Desde o *impeachment* do presidente Fernando Collor, há uma reorganização dinâmica das forças sociais que escapa à proposta da esquerda ou aos controles da direita.

Ela afirma ainda que o jornalismo tem um papel revolucionário na medida em que desencadeia perturbação no patrimônio dos valores particulares. Mas já que a notícia é também uma mercadoria e é tratada como tal, como seria possível realçar o caráter revolucionário do jornalismo?

"Se a notícia fosse um sabonete", compara, "não teríamos contradições. Mas ela, além de produto que se vende, tem uma complexidade que ultrapassa o sabonete. Nela atuam forças econômicas e políticas, do poder, que pretendem conformar a notícia dentro do estado de coisas, do *establishment*. A notícia seria assim um reforço do poder. Mas no caos

cidadania'

toda parte, o conflito está presente sempre e não houve até hoje, em nenhum momento, uma solução resolvida ou uma utopia concretizada."

Mas a professora considera também que, ao fim de um século de batalha de vários setores por um modelo econômico e político mais igualitário, dois terços da humanidade continuam à margem do desenvolvimento e, dentro da proposta do capitalismo central, não vão chegar lá. Ao contrário, estarão cada vez mais à margem. E, por causa do desastre da concentração de poder nos estados do chamado socialismo real, também não chegaram. Então, estamos quase na estaca zero.

As várias verdades - A pergunta que se coloca neste caso é a seguinte: a solidariedade não seria a alavanca para ajudar a sair dessa estaca zero? Ou ela é apenas uma palavra inventada para acalmar nossa consciência?

Segundo Cremilda Medina, há muitas maneiras de se entender a solidariedade. "O jornalista, por exemplo, tem sido um técnico da informação, mas ra-

dinâmico que é uma sala de redação, intervêm fatores não tão fáceis de controlar. Um deles é o trânsito do jornalista junto às camadas sociais. Por mais que seja insensível, se ele transita no mundo vai ser, de alguma forma, contaminado pelas demandas sociais." Neste ponto, entraria em cena o esforço do produtor de informação. Se o jornalista tiver vivo dentro dele o conflito solidário com relação à sociedade ou a seu povo, vai sentir necessidade de explodir os diques da notícia manipulada. "Não se trata, por exemplo, de cobrir a corrupção exclusivamente pelo enfoque sensacionalista, que é um produto que vende, mas sim de expandir a revolta que está não só dentro do jornalista mas de toda a sociedade brasileira. Então, ele vai trabalhar com o esforço e a esperança de solidariamente emprestar a sua pena e o seu computador à grande causa coletiva, porque todos estão sendo espoliados de maneira trágica e perversa por essa corrupção."

Direito à informação – A liberdade de imprensa virou liberdade de empresa, mas a sociedade pode e deve exigir o direito à informação, faz parte da cidadania. Como os anseios das comunidades se expressam no jornalismo?

No entender de Cremilda, as formas de expressão de tais anseios são múltiplas. "Na grande imprensa tem havido crescente pressão para abrir espaços para o consumidor. Quem consome precisa discutir o que lhe é oferecido, mas, principalmente, construir aquilo que está sendo oferecido. As experiências de TV e sobretudo de rádio são as mais ricas. Não tenho muitas ilusões com o jornalismo impresso, mesmo quando se oferecem mercadologicamente 'maravilhas' como o *ombudsman*. Raras vezes o *ombudsman* abre democraticamente o seu espaço. Na verdade ele o aproveita para fazer seu discurso de autor, que é muito mais autoritário do que democrático. Mas nas rádios AM já há uma pressão crescente de participação no processo de construir a informação."

A professora destaca sobretudo, em matéria de comunicação, a presença dos grupos da sociedade organizada. "A sociedade se organiza e os grupos estruturados estão criando uma malha informativa significativa em relação ao centro do poder e à grande imprensa. Os

grupos de direitos humanos, anistia, meio ambiente, pacifistas, se valem de maneira inteligente das novas tecnologias para estabelecer uma rede de informação. As primeiras grandes redes de informação foram dos mundos financeiro e de segurança, que, por motivos óbvios, se apropriaram das novas tecnologias. Mas imediatamente depois, os grupos civis, insatisfeitos por não serem atendidos pela grande imprensa, se organizaram em bancos de dados e em redes. Mesmo assim, ainda existe uma massa crescente de incomunicados, despossuídos de tudo, principalmente de informação, porque a informação é a arma da cidadania. Por isso, quem assume hoje essa profissão deve se voltar sobretudo para os incomunicados."

Uma outra vertente do pensamento de Cremilda Medina é a necessidade de mudar a relação sujeito-objeto para

"Continuamos com uma massa crescente de incomunicados, de despossuídos de tudo, principalmente de informação"

uma relação sujeito-sujeito, tanto com respeito à natureza quanto entre os seres humanos. Como o jornalista pode praticar isso?

Ela responde: "Só há possibilidade de crescimento quando o repórter se torna digno de ser jornalista e este trabalho o modifica. Para tal, é preciso que ele vá a um sujeito com algo a lhe oferecer em troca de uma oferta do jornalista como sujeito. Não é com a racionalidade técnica que ocorre uma interação sujeito-sujeito. Ela só ocorrerá quando há emoção no meio. O jornalismo sensacionalista sabe disso, só que toma a

emoção como objeto de consumo e não como um sujeito que emocione."

Finalmente, a professora afirma que é preciso acender o farol do afeto e da sensibilidade e despoluir a emoção. "É no íntimo da emoção que pontuamos nossa atitude profissional. Não acredito muito em definição de códigos éticos mas creio na despoluição interna e na possibilidade de, diante de cada pauta, ouvirmos a voz profunda do humano dentro de nós. Mas não estamos acostumados a nos ouvir: preferimos negar nossa voz íntima em função da competência técnica. Aachamos que, com a informática e certos macetes, podemos ser competentes."

Mas até que ponto o instrumental técnico, feito para ajudar a trabalhar, se choca com um dos principais defeitos dos jornalistas, que é a arrogância de quem acha que sabe tudo, em vez de se colocar humildemente como um artesão que constrói uma rede de possibilidades de entendimento?

"A tecnologia pode ser domada para chegar a uma realidade humana. Mas o que se fez foi inverter. A finalidade virou a máquina e não quem mexe com ela. Essa inversão faz parte da ideologia de progresso, da necessidade de sermos modernos, competentes. O que está em jogo é o controle do outro, da matéria, da natureza. E enquanto mantivermos essa ingenuidade e essa perversidade não somos dignos de sermos jornalistas."

Mas a perversidade e a sabedoria são inerentes ao ser humano. O homem tentou ser senhor da natureza e acabou descobrindo que é apenas um elo de uma ordem maior. Os paradigmas se esfacelaram e hoje estamos revendo tudo. Como fazer para juntar os cacos da nossa concepção de vida e começar tudo de novo?

Cremilda Medina sorri e afirma: "É preciso diminuir o grau de ambição. Em vez de juntar os cacos no país todo, temos que trabalhar primeiro conosco. Nós também somos internamente esses cacos. A ambição da mega-estratégia planetária, aldeia global toda sob controle, não está resultando. Os Estados Unidos, que desde a Guerra do Golfo tentam assumir este papel de árbitro megaplanetário, não estão conseguindo isso. O século XX não deixou de ser tribal e a realidade está mostrando que é preciso pensar também em escala micro."

A nova guerra dos maias

A irrupção do Exército Zapatista deixa em escombros o mito da paz social e obriga o governo de Salinas de Gortari a fazer concessões às populações indígenas

José Steinleger
(De San Cristobal de las Casas, Chiapas)

Ameados de 1993, um grupo de moradores da capital chegou, encapuzado, à residência presidencial de Los Pinos e solicitou audiência com Carlos Salinas de Gortari.

Acompanhados de milhares de pessoas, os encapuzados eram *Superanimal* (defensor dos cachorros e gatos de rua), *Superecológico Universal* (defensor do meio ambiente), *Supervizinha* (defensora das empregadas domésticas), *Superbairro* (defensor dos menores de rua) e *Supervoto* (defensor do voto secreto). Todos vestidos e maquiados como Superman, Batman e A Mulher Maravilha.

A resposta do governo foi categórica: "O presidente do México não negocia com mascarados."

Seis meses depois, Carlos Salinas de Gortari pedia a renúncia do chanceler Manuel Camacho Solís, outorgando-lhe plenos poderes para atender às reivindicações dos encapuzados do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena (CCRI), que reúne a direção política do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

O presidente do México, ardoroso admirador de Zapata (seu filho se chama Carlos Emiliano e seu avião Emiliano I), havia acusado os guerrilheiros do EZLN de "profissionais da violência", "transgressores da lei", "desempregados das guerras centro-americanas" e "estrangeiros", além de negar a condição indígena dos rebeldes.

O insólito processo de guerra, tréguas e diálogo durou exatamente "67

dias que abalaram o mundo". Nesse período, foram demitidos o chefe da Casa Civil, o responsável pela Procuradoria Geral da República, o governador interino de Chiapas e o secretário das Relações Exteriores.

Por outro lado, o relançamento de Manuel Camacho Solís como um político forte fez desaparecer o sorriso de vitória do candidato presidencial do PRI, Luis Donaldo Colosio.

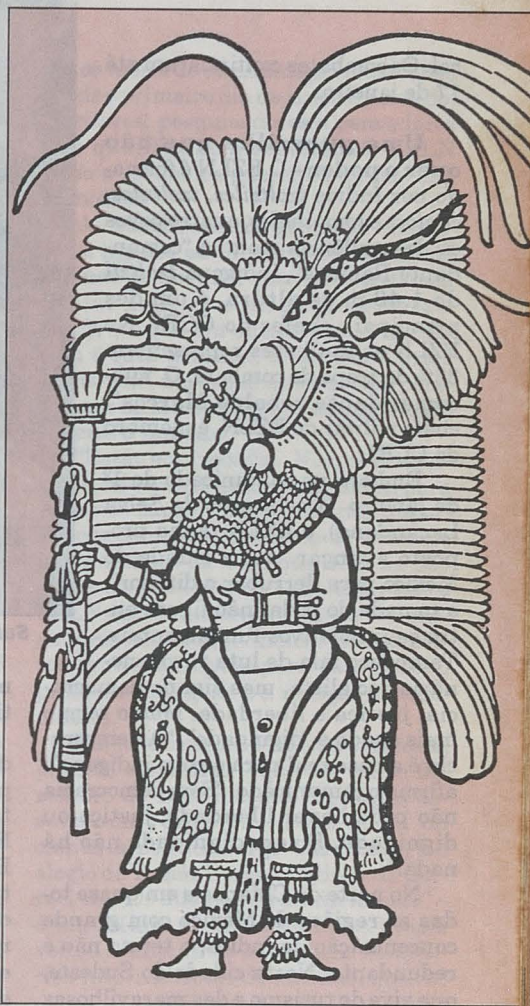
O mito da paz social ficou reduzido a escombros e, durante dois meses ininterruptos, todos os olhos se voltaram para Chiapas.

"Tudo está sob controle" - Nas primeiras horas de 1º de janeiro passado, depois das comemorações de fim de ano e sem muito ânimo de trabalhar, o chefe da Polícia Judiciária de Tuxtla Gutiérrez, capital do estado de Chiapas, se comunicou com a prefeitura de San Cristobal de las Casas para confirmar a presença de guerrilheiros nesta cidade de 90 mil habitantes.

O subcomandante rebelde "Marcos" respondeu do outro lado com parcimônia: "Não se preocupe. Tudo está sob controle."

Durante dez dias, dois mil zapatistas combateram em cinco pontos estratégicos do município. Incendiaram vários edifícios da prefeitura e com golpes de martelo, picareta e pá demoliram a sede da prefeitura de Altamirano.

A guerra contra os papéis burocráticos foi total. Os arquivos da época da colônia que estavam guardados no município de San Cristobal conseguiram ser salvos porque, no meio do tiroteio, um historiador desesperado decidiu, heroi-



camente, fazer uma palestra de cinco minutos para os guerrilheiros indígenas a fim de conscientizá-los da importância dos documentos.

O quartel de Rancho Novo (com 600 efetivos) sofreu um total de nove ataques. De suas instalações, o EZLN conseguiu se apoderar de 180 metralhadoras e outros equipamentos militares. Coordenados através de transmissores, fax e radiocomunicação, os guerrilheiros do EZLN sofreram fortes baixas.

Mas o aniquilamento de suas forças e os incipientes bombardeios à população civil de San Cristobal e outras localidades foram evitados pela sociedade civil, que em 12 de janeiro mobilizou cem mil pessoas na Cidade do México. No mesmo dia, o presidente Salinas ordenou, contra a vontade das Forças Armadas, o cessar-fogo unilate-

ral. Os combates continuaram até 17 de janeiro.

Uma guerrilha que não quer o poder – O EZLN é formado por índios *tzoltziles*, *tzeltales*, *cholocs* e *tojolabales*, quatro povos de descendência maia. A “comandante Ramona”, indígena *tzoltzil* de 1,48 m de altura, é um dos principais chefes do CCRI. No EZLN as mulheres representam 33% da tropa de combate. O “subcomandante rebelde Marcos”, chefe militar do EZLN, é membro do CCRI.

Embora no comunicado de 1º de janeiro (Declaração da Selva Lacandona), o EZLN tenha proposto avançar “até a cidade do México para derrubar o ditador”, a tomada do poder não figura entre seus objetivos fundamentais. Tampouco fala de luta revolucionária socialista, mas sim de democracia, justiça e liberdade. Mas o termo mais usado é “dignidade”. “A democracia é a base real para o povo indígena”, afirma o comunicado. “Sem democracia não pode haver liberdade, justiça ou dignidade. E sem dignidade não há nada.”

No norte de Chiapas e em quase todas as regiões do México com grande concentração de índios, o termo não é redundante. Nesta cidade do Sudeste, que vive do turismo e das maravilhosas peças têxteis indígenas, a mentalidade dos *coletos* (habitantes da cidade) é a mesma do escritor Ginés de Sepúlveda que, no século XVI, garantia que “índio não é gente”.

Roteiro para Buñuel – O ex-prefeito da Cidade do México, ex-candidato a presidente e quadro fundamental do chamado “grupo compacto”, que traçou o modelo político do *salinismo*, Manuel Camacho Solís, aceitou o cargo de “Mediador para a Paz e a Reconciliação” no estado de Chiapas.

O apelo ao diálogo provocou espanto não só entre os guerrilheiros. Com quem ia dialogar o enviado especial do governo? Um diálogo com as armas sobre a mesa e com encapuzados armados na Catedral de uma diocese dirigida por um “bispo seguidor da Teologia da Libertação” e criticado até poucas sema-



Subcomandante Marcos: “Tudo está sob controle”

nas atrás pelo Núncio Apostólico e o Vaticano?

A cerimônia inaugural das Jornadas de Paz esteve precedida de atos que pareciam ter sido feitos por um roteirista alucinado para algum filme sobre a Revolução Mexicana dirigido por Luis Buñuel. Assim, 145 músicos da Orquestra Sinfônica do Estado do México percorreram 1.200 quilômetros e chegaram até a Igreja de Santo Domingo para executar “O canto dos vulcões, hino da esperança”, no exato lugar onde frei Bartolomé de las Casas condenava no século XVI as injustiças e crimes contra os índios.

Dois dias depois, em 20 de fevereiro, os guerrilheiros do EZLN voltaram a San Cristobal para participar da mesa de negociações, aclamados pela população como se se tratasse da vitória da revolução ou da tomada do poder.

Grupos de turistas europeus, canadenses e norte-americanos devem ter pensado que assim é na realidade a América Latina (como nos filmes!) e, em meio à algazarra, as índias *tzoltziles* vendiam, diante dos militares postados junto ao cordão de segurança, bonequinhos artesanais de casais encapuzados com bebês também mascarados, gritando “compre Marcos e Ramona!”, “compre Marcos e Ramona!”.

Sob o foco da imprensa – Na se-

gunda-feira, dia 21 de fevereiro, cercado por indígenas encapuzados do CCRI e acompanhado do bispo Samuel Ruiz e de Camacho Solís, a figura mítica do subcomandante Marcos, igual à sua vertiginosa projeção, chegou as suas últimas conseqüências.

Enrolado num grosso *chuj* (poncho) preto dos Altos de Chiapas e com o corpo coberto por carreiras de cartuchos vermelhos de escopeta, o subcomandante rebelde Marcos abriu a enorme bandeira lentamente e a exibiu diante de centenas de câmeras que não paravam de disparar seus flashes.

Depois foi a vez da apresentação individual e, em dialeto *tzoltzil*, *tzeltal*, *tojolabal* e *chol* de todos e cada um dos chefes do CCRI-EZLN. A única frase em espanhol que disseram foi: “Sou cem por cento chiapanense e mexicano até a raiz do cabelo”.

Mas o diálogo ficou preso entre a concepção cartesiana de tempo do Estado nacional e o tempo indígena dos maias, inventores do zero.

Durante dez dias, Camacho Solís ouviu as reivindicações do CCRI através de seu tradutor e porta-voz, o já mítico comandante “Marcos”, enquanto a área externa da catedral era cercada por três cordões de isolamento: de policiais militares desarmados, da Cruz Vermelha e de membros de organizações não-governamentais (ONGs) vindos de todos os estados mexicanos em resposta ao pedido explícito feito pelo EZLN.

O guerrilheiro que em menos de uma semana monopolizou todas as atenções, deixando em segundo plano os candidatos da campanha presidencial, e cativou o imaginário romântico e popular da sociedade mexicana admitiu, não obstante, o inconveniente político implícito no diálogo. Não era para menos: o EZLN havia se preparado durante dez anos para travar a guerra contra o Estado mexicano.

Mais de 350 meios de comunicação internacionais e nacionais foram aceitos em San Cristobal de las Casas pelos guerrilheiros e pelo governo mexicano para cobrir as conversações, totalizan-

AMÉRICA LATINA

MÉXICO

do 650 profissionais. E lá, diante dos representantes da "aldeia global", os índios do CCRI-EZLN se deram ao luxo de negar à *Televisa*, o poderoso monopólio do multimilionário Azcárraga, as credenciais para assistir ao histórico diálogo. "*Televisa* não precisa de notícias porque as inventa", disse o subcomandante rebelde "Marcos".

"Marcos" e os membros da CCRI concederam entrevistas para todo o mundo: jornalistas, políticos, dirigentes sindicais. Um jornalista italiano, inquieto com o singular estilo literário de "Marcos" lhe perguntou se havia lido Eduardo Galeano. "Tudo", disse o subcomandante rebelde. E acrescentou: "Gostaria que Galeano estivesse aqui. E também Júlio Cortázar, se fosse vivo."

Paz armada – No território chiapanense sob controle zapatista vivem 373 mil pessoas, das quais 333 mil são indígenas. De qualquer forma, as reivindicações dos zapatistas esperam ter alcance nacional. Reconhecem o Estado mexicano, mas reclamam, acima de tudo, a autonomia política dos povos indígenas.

"Se as bases do CCRI-EZLN entenderem que o governo do México oferece uma resposta satisfatória às 34 demandas apresentadas em San Cristobal, haverá paz. Caso contrário, a guerra continuará", disseram os porta-vozes da organização rebelde. O ponto mais exten-

so das reivindicações é o que trata da situação da mulher indígena.

No entanto, duas das principais exigências do CCRI-EZLN foram descartadas por Manuel Camacho: a renúncia do presidente Salinas e a reforma da lei eleitoral nos pontos relativos à autonomia regional das comunidades indígenas.

Como nas legendárias revoltas de Cananea e Río Blanco (1906), que antecederam a revolução de Francisco Madero em 1910 e estabeleceu novas bases constitucionais para o desenvolvimento político e social do país em 1917, Chiapas é o presságio hoje do novo México do século XXI. "A granada mais certa do EZLN acertou o próprio coração do Estado mexicano", comentou o bispo de San Cristobal, d. Samuel Ruiz García, mediador do diálogo entre o CCRI-EZLN e Manuel Camacho Solís.

Futuro imprevisível – O México é um país que deverá equacionar a aliança cultural do telefone celular e a incorporação ao mercado de livre comércio com a irrupção política organizada (pacífica, violenta mas irresistível) de nove milhões de índios que falam sua língua nativa e de outros 20 milhões que assumem a identidade indígena dos 56 grupos étnicos que habitam todas as regiões do país.

Nos milhares de editoriais, ensaios e artigos de pesquisa publicados em to-

dos os meios de comunicação mexicanos desde o primeiro dia de janeiro passado, escritores, pesquisadores e pensadores têm qualificado a rebelião do EZLN como a "primeira guerrilha da pós-modernidade".

Ao questionar um grupo de intelectuais ligados ao "liberalismo social" de Salinas de Gortari, que recomendaram "isolar política e ideologicamente o EZLN", e que em outras épocas apoiaram a luta armada, o escritor Carlos Monsivais, um dos analistas mais perspicazes do México, disse a **cadernos do terceiro mundo**:

"Estão equivocados. Nós, os intelectuais, não temos autoridade moral para julgar os zapatistas. Nunca nos importou o problema indígena ou da violência institucional de Chiapas. Não se dão conta (os intelectuais *salinistas*) que o EZLN entrou em contato com a sociedade mexicana ao reivindicar dois aspectos muito sensíveis para este povo: o problema indígena e a rejeição à impunidade."

Em todo o caso, o México acadêmico, político e cultural – que até 31 de dezembro de 1993 discutia "A utopia desarmada", superficial *best-seller* do cientista político Jorge Castañeda, e o elogio de Tomás Borge a Salinas de Gortari em "Os dilemas da modernidade" – é um México muito distante. A utopia voltou a empunhar as armas e as agências internacionais de notícias, que até então falavam do "país asteca", a partir de 1º de janeiro foram obrigadas a começar a falar do "país maia".

As perspectivas do incrível processo que manteve o país em xeque durante os dois primeiros meses de 1994 são imprevisíveis. Talvez para entender totalmente esse processo seja imprescindível dar importância à subjetividade espiritual dos índios mexicanos. Porque, perto daqui, em meio à selva lacandona, foi descoberta uma lápide maia que simboliza a figura de Tzots Choj. É "o senhor da dualidade e dos quatro rumos". Se a olharmos atentamente, saímos com a impressão de que ela está piscando o olho para nós. ■



O bispo Samuel Ruiz (esq.) e o mediador do governo, Manuel Camacho Solís, em San Cristobal de las Casas: muito diálogo para se chegar a um acordo em torno das reivindicações do EZLN

ÁFRICA DO SUL A HORA DE



Foto CNA

Depois de quase um século de luta contra a segregação racial, o povo sul-africano conquista o direito de construir uma nação democrática e confia ao líder do CNA, Nelson Mandela, a responsabilidade de conduzir este momento histórico

As voltas da história costumam ser curiosas. Em fins do século passado, exatamente em 1893, um jovem advogado nascido na Índia e com cursos em Londres, viajou à África do Sul na esperança de abrir um novo caminho em sua vida profissional. O que ele encontrou não era o que tinha sonhado: o que seria uma curta temporada acabou transformando-se em uma estada de mais de 20 anos e a promissora carreira profissional foi frustrada pela discriminação racial, que naquele país tinha estatuto legal.

A indignação com o racismo leva o jovem advogado a fundar o *Satiagraha*, movimento de resistência não-violenta que anos mais tarde implantaria também em sua terra natal. Venerado por seu povo como *Mahatma* – magnânimo – o jovem era Gandhi e seu destino foi traçado naqueles anos decisivos na África do Sul, onde iniciou sua pregação não-violenta, com a qual fez o império

Beatriz Bissio
(enviada especial)

MANDELA



britânico se curvar, conquistando a independência da Índia.

Talvez, se não tivesse vivido na África do Sul e sentido na própria pele o ódio racista, Gandhi não tivesse organizado o Congresso Indiano de Natal (uma das províncias sul-africanas), mediante o qual lutou pelos direitos de seus compatriotas residentes naquele país e que depois recriou na Índia, com uma perspectiva mais ampla, com o nome de Congresso Nacional Indiano (CNI). Esse partido, que incorporou a filosofia de ação através da resistência civil, foi o grande instrumento de Gandhi para conduzir a luta pela independência e, rebatizado como Partido do Congresso, governou o país quase sem interrupção até os dias de hoje.

A política que Mahatma enfrentou na África do Sul, baseada na ideologia de segregação racial – o *apartheid* –, começou a ser imposta em fins do século passado e passou a ser amparada pela Constituição de 1910, quando os ne-

gros e os asiáticos (em sua maioria vindos da Índia) foram privados do direito de votar e possuir terras.

Mas a sua face mais perversa foi delineada nos anos 40 e está intimamente associada à figura de H. F. Verwoerd – considerado o arquiteto do *apartheid* –, que morreu assassinado em pleno Parlamento por um branco anti-racista. Foi sob sua inspiração que foram criados os bantustões, territórios reservados aos negros aos quais o regime de minoria branca da África do Sul concedeu a “independência”, confinando a maioria dos habitantes do país nas piores terras (menos de 13% do total) e tirando-lhes a cidadania sul-africana.

Uma nova era – Os anos que passaram desde as lutas de Gandhi e os delírios nazistas de Verwoerd foram dolorosos para os sul-africanos. Mas esse sofrimento não foi em vão; em meio ao ódio de raças semeado pela minoria que controla o poder foi surgindo na África do Sul uma resistência – em parte inspirada na figura inesquecível de Gandhi –, que tornou possível o que parecia inviável e que hoje está sintetizado em uma reveladora constatação: Melanie Verwoerd, neta do criador do *apartheid*, e Ela Gandhi, neta de Mahatma, juntas disputam a eleição para deputadas na lista do Congresso Nacional Africano (African National Congress-ANC, em inglês) de Nelson Mandela.

Depois de décadas de lutas, de anos em que a violência parecia não ter fim, hoje a África do Sul vive um momento de esperança. Essa confiança em que o pior já passou a encontro em Patricia, Lebo, Reginah e Nompumelelo. Estudantes na Orlando West High School, uma escola de segundo grau em Soweto – cidade dormitório para os negros que trabalham em Joanesburgo – as quatro adolescentes, com idades variando entre 16 e 20 anos, estão muito bem-informadas sobre o período histórico que o país está vivendo. Todas têm admiração e ilimitada confiança em Mandela e a mesma aspiração: uma educação melhor. Para elas, a perspectiva de uma África do Sul democrática se resume em uma simples reivindicação: “igualdade de direitos para todos os sul-africanos”. Elas não ficam alimentando rancores e ódios – “é preciso superar o passado” –, mas tampouco têm grandes ilusões de uma mudança radical em suas vidas “a curto prazo, o que Mandela tem que fazer é criar empregos”.

Jobs (emprego em inglês) é a principal bandeira do CNA. Na sua propaganda eleitoral, *peace* (paz), vem em segundo lugar como compromisso de governo, mostrando que a contenção da violência é importante, mas em parte se conquistará como consequência de uma reati-

vação da economia. *Freedom* (liberdade) vem em terceiro lugar. Sem dúvida, uma postura pragmática: depois de tantos anos de segregação racial, a maioria negra não aspira à liberdade de morrer de fome. A possibilidade de sobreviver com dignidade através de um trabalho é a única forma concreta de liberdade que vislumbram os sul-africanos que lutaram durante todo este século contra o *apartheid*.

Mas se hoje o CNA está discutindo seu programa de governo, certo da vitória eleitoral de 27 de abril, é porque um longo caminho foi percorrido. Fundado há 82 anos – em 8 de janeiro de 1912 –, o CNA conquistou em dezembro de 1993, quando se proclamou a nova Constituição e se estabeleceu o Conselho Executivo de Transição¹, o maior objetivo de sua luta: o direito ao voto para todos os sul-africanos, sem restrições, ou como dizia o princípio defendido por Mandela: *uma pessoa, um voto*.

Por ironia do destino, nesse mesmo ano o CNA perdeu dois de seus mais importantes dirigentes, Oliver Tambo, que dirigiu o movimento do exílio durante os 27 anos em que Mandela esteve preso, e Chris Hani, considerado sucessor do líder do ANC e que teve uma participação ativa nas negociações com o governo para pôr fim ao *apartheid*.

A transição política, na verdade, havia começado antes, com a libertação de Mandela em 1989 e o início das conversações entre o CNA e o governo liderado por Frederick de Klerk.

Poucas vezes o Prêmio Nobel da Paz foi tão justo quanto em 1993, quando foi concedido a Mandela e De Klerk. Quando se sente de perto as marcas que o *apartheid* deixou em todos os sul-africanos – brancos, negros, índios e mulatos (os chamados *coloured*) –, se admira ainda mais a coragem e determinação de ambos. No caso de Mandela, o reconhecimento à sua visão de estadista, sua incrível habilidade política e sua infinita paciência fizeram com que se começasse a vê-lo como uma das grandes personalidades deste século.

A eleição – Diferentemente da maioria dos países africanos, a África do Sul não está escrevendo esta nova página da sua história a partir da vitória militar de uma facção sobre outra, nem como consequência de uma luta anticolonial. A mudança surgiu das entranhas da própria sociedade e se consolidará através do voto. Os partidos políticos do passado continuam existindo, com a diferença de que agora não há proscritos e, em igualdade de condições, todos disputarão o apoio da população.

Ao submeter-se às regras de jogo democráticas, os partidos de minoria branca – que antes controlavam o poder porque os sul-africa-



Foto CNA

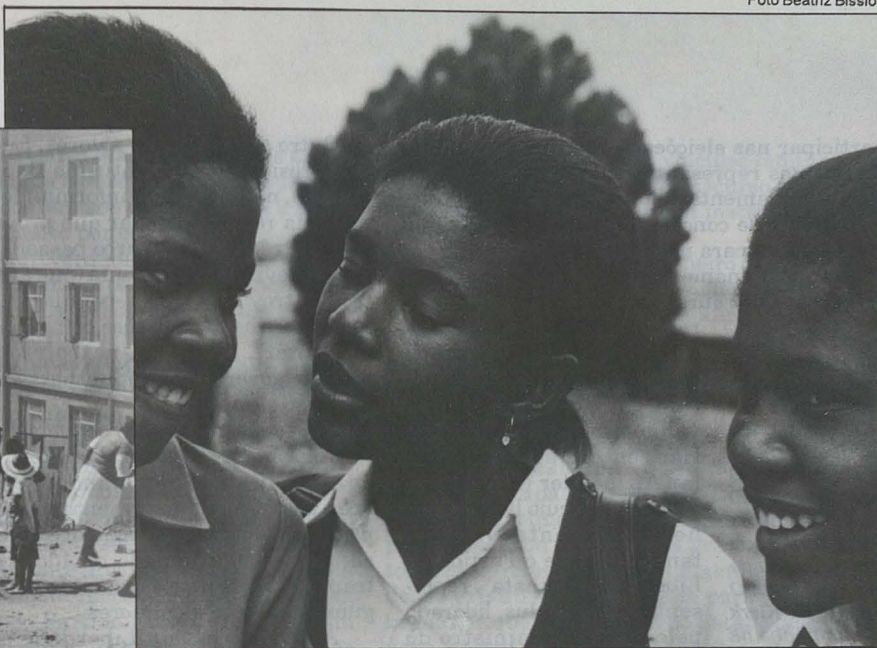
nos negros não podiam votar – aceitaram de forma implícita entregar o governo à maioria negra. Por sua parte, a maioria negra concorda em assegurar todos os direitos democráticos aos partidos que representam os interesses das minorias e que agora, como em qualquer lugar do mundo, passarão a ter uma representação no Parlamento de acordo com seu peso eleitoral.

A Constituição de transição sul-africana – que vigorará até que o Parlamento Constituinte que surgirá das eleições de 27 de abril redija a Carta Magna definitiva – é uma peça única de sofisticação política. Ela reflete a árdua negociação que permitiu a sua redação, dentro do Conselho de Negociação Multipartidário, órgão constituído para definir o caminho que conduziria à superação do *apartheid*. Prevê a existência de um presidente (o primeiro da lista do partido mais votado²) e dois vice-presidentes (os primeiros das listas dos partidos que obtenham o segundo e o terceiro lugares, respectivamente, sempre que tenham recebido mais de 15% dos votos). No caso de não atingir essa votação mínima, o vice-presidente será indicado pelo presidente³).

As pesquisas de opinião pré-eleitorais – que no caso da África do Sul são uma referência, mas podem cometer grandes erros pelo fato de ser a primeira experiência de uma eleição multirracial – dão ao CNA a preferência de 65% do

Os confrontos entre os seguidores do Inkhata, do líder zulu Buthelezi, e do CNA de Nelson Mandela são violentos

Foto Beatriz Bissio



Lebo, Reginah e Nompumelelo: admiração por Mandela e vontade de ter acesso a uma educação melhor

votada em cada estado e o Poder Legislativo provincial ficará constituído de acordo com a votação obtida por cada partido (de forma proporcional).

As dificuldades -

Para poder abrir uma nova página na história sul-africana, a eleição de 27 de abril tem que contar com um amplo respaldo político. Poucos duvidam da vitória de Mandela, mas essa vitória tem nuances. A estabilidade do futuro governo depende não só do apoio do eleitorado (há uma importante campanha contra a abstenção), como da representatividade do pleito em função da participação das diferentes forças do leque político.

Por exemplo: se se confirmarem as previsões de uma vitória com 65% dos votos, o CNA teria maioria

absoluta do Parlamento e poderia, de fato, "ditar" a nova Constituição. Mas essa vitória terá um significado diferente se se der em um cenário de um alto índice de afluência do eleitorado e de participação de todas as forças políticas ou se for fruto de um pleito com elevado índice de abstenção e boicotado por partidos importantes.

A sabedoria do líder do CNA esteve em deixar de lado as pesquisas e atuar como se seu destino dependesse da consciência de cada um dos eleitores e da atitude de cada partido, por mais insignificante que possa ser seu peso político. Mandela fez uma campanha cuja intensidade parecia desmentir seus 76 anos de idade e não perdeu uma única oportunidade para insistir em que todas as forças políticas sul-africanas deveriam participar do pleito. Estávamos em Joanesburgo quando, em visita ao norte da província de Transvaal, afirmou que se ajoelharia, se fosse necessário, para exortar os radicais da extrema-direita branca e os negros que se deixam usar por ela a registrar seus candidatos na Comissão Eleitoral Independente (CEI) e submeter-se ao teste das urnas.

Conseguir essa participação não é fácil. A explicação do diretor da Comissão de Direitos Humanos em Joanesburgo, John Tsalamandris, é convincente: "Os partidos ou grupos sociais que estão criando mais problemas para

eleitorado. Ao Partido Nacional, do presidente De Klerk, pouco mais de 15% e índices inferiores a 5% aos demais partidos inscritos. Se se confirmarem, Mandela será o presidente e De Klerk um dos vice-presidentes. Ou seja, os homens que lideraram o processo de transição vão continuar dividindo a responsabilidade de remover os obstáculos à superação do *apartheid*, mas com papéis invertidos: agora será Mandela o chefe de Estado.

O mesmo cuidado que se observa ao prever uma cota de poder para o Partido Nacional (ou melhor, para o partido colocado em segundo lugar) também esteve presente na definição da forma em que estará constituído o gabinete: os ministros serão indicados pelo presidente de forma proporcional aos sufrágios obtidos por todos os partidos cuja votação supere 5% dos votos.

A Constituição de transição também cria um Parlamento bicameral, com um Senado de 90 cadeiras (dez para cada uma das nove províncias (estados) que passarão a existir depois das eleições) e uma Assembléia de Representantes (composta por 400 deputados, a metade eleita a partir de listas nacionais e a outra metade a partir de listas estaduais). Simultaneamente o eleitor elegerá as autoridades estaduais, seguindo o mesmo esquema: o governador será o primeiro candidato da lista mais

absoluta do Parlamento e poderia, de fato, "ditar" a nova Constituição. Mas essa vitória terá um significado diferente se se der em um cenário de um alto índice de afluência do eleitorado e de participação de todas as forças políticas ou se for fruto de um pleito com elevado índice de abstenção e boicotado por partidos importantes.

Conseguir essa participação não é fácil. A explicação do diretor da Comissão de Direitos Humanos em Joanesburgo, John Tsalamandris, é convincente: "Os partidos ou grupos sociais que estão criando mais problemas para

participar nas eleições são os que sabem que têm menos representatividade política. Para eles, é fundamental obter agora o maior número possível de concessões, porque depois não vão ter força para negociar nada".

Os questionamentos mais graves ao processo de transição surgiram justamente dos setores reunidos na Aliança para a Liberdade, uma estranha coalizão de interesse conjuntural entre o Partido Conservador presidido por Ferdi Hartzenberg, a Frente Popular Africânder (Africaaner Volksfront), cujo líder é o general (aposentado) Constant Viljœen, e o Partido da Liberdade "Inkhata", representante dos zulus, liderado pelo primeiro-ministro do território autônomo de Kwa-zulu, Mangosuthu Buthele-

zi. Outro aliado desses setores, Lucas Mangope, "presidente" do bantustão Bophuthatswana (*Bop*, na linguagem informal) foi destituído por uma revolta popular que provocou a divisão do Exército, em março passado.

A televisão sul-africana (que é estatal) mostrou entrevistas com a população que estava nas ruas e as declarações coincidiam: "Queremos votar". A rebelião acabou com as manobras do "governo" de Bophuthatswana contra o processo eleitoral.

Nessa mesma época *rachou* a Frente Popular Africânder. O general Viljœen, que apesar de estar afastado tem grande ascendência sobre a tropa, decidiu apresentar candidaturas próprias nas eleições e acabou dividindo a organização que havia fundado, devido às atitudes intransigentes contra a transição por parte de alguns de seus ex-seguidores.

A Aliança para a Liberdade questiona o processo eleitoral porque discorda da concepção do novo Estado que figura na Constituição

Os principais partidos que disputam a eleição usaram importantes espaços na imprensa escrita, na rádio e na TV para sua propaganda eleitoral. O CNA (esq.) deu prioridade à propaganda destinada ao eleitorado feminino, que é majoritário. O partido da Liberdade Inkhata enfatizou seu empenho em conseguir "uma Constituição que possa garantir a paz duradoura", que para ele significa obter um alto grau de autodeterminação para a nação zulu. O Partido Nacional, do presidente De Klerk (dir.), preferiu centralizar sua campanha na violência e no medo que ela produz na população, comprometendo-se a usar sua disciplina e experiência para erradicá-la.

04:00 Wake up and do washing
04:30 Do sewing and darning
05:00 Prepare breakfast
05:30 Wake husband and children
06:00 Get children ready for school
06:30 Get ready for work
07:30 Walk 1 kilometre to bus
08:00 Start work in the city
13:00 Do household shopping
14:00 Back to work
17:30 Get bus home
18:30 Prepare dinner
19:30 Help children with homework
20:30 Bath children and put them to bed
21:00 Clean house
22:00 Do ironing
23:00 Study
12:30 Go to bed
04:00 Wake up and do washing

"AND YOU HAVE THE CHEEK TO CALL ME THE WEAKER SEX?"

Women have been the glue that has kept this country together. And we believe it is time that this strength was recognized. In our homes, in the workplace, in the streets, we are not permitted to making all decisions, against women in the workplace. Through training, education, action, equal pay for equal work and by providing maternity and child-care rights.

We will stand the small business women by changing existing banking laws and by providing maternity and loans.

We will guarantee women the right to breast and lactate normally. And the right to be second fairly before the law.

Equality and respect for every woman in South Africa is our top priority. Because your future is...

ANC

A better life for all Working together for jobs, peace and freedom.

'We will not rest until we deliver a constitution that will ensure lasting peace for all'

...ous in the ...rice of a nation,

Mangosuthu Buthelezi
President

IFP

A Peace for GOOD

Will I be safe on the train today?
Will my children ever be safe on the streets again?
Will our home be damaged today?
Will I sleep with one eye open again tonight?
When will we be protected from criminals and thugs?
When will our community live without fear again?
What has happened to law and order?

BE SURE OF A BETTER LIFE
Vote for FW de Klerk and the new National Party

NP
National Party

X
We've made the change

de transição. A Carta Magna define que a África do Sul será uma federação, mas o grau de autonomia que confere aos governadores é considerado insuficiente por essas forças, que aspiram a constituir verdadeiros "Estados dentro do Estado", em uma espécie de nova *bantustanização* do país. Essa federação levada às suas últimas conseqüências poderia ser um passo prévio ao que, na avaliação de muitos, é o objetivo final desses extremistas brancos e negros: a proclamação de Estados independentes.

No caso da extrema-direita boer⁴, o Estado independente tem sido defendido abertamente, levando Nelson Mandela a afirmar que "só passando por cima do seu cadáver" a África do Sul será novamente dividida a partir de considerações de origem racial. Sem perder tempo, os dirigentes do Partido Conservador fizeram um cartaz, amplamente distribuído, no qual se lê: "Acabem com a confusão: aceitem o fato de que um Estado popular independente, segundo as palavras de Nelson Mandela, só será alcançado passando por cima do seu próprio cadáver." O CNA denunciou "as implicações desse panfleto, que é um claro incentivo ao uso da violência". O episódio é um exemplo das tensões que dominaram a campanha eleitoral.

Do lado negro, o argumento da necessidade de repensar a federação é usado pelos seguidores do Inkhata. Neste caso, a reivindicação territorial tem implicações históricas e culturais, e nem todos consideram que se trata de uma postura meramente oportunista. Os zulus — que formam a base política do Inkhata — foram um dos povos africanos que mais resistiram à penetração dos colonos europeus e têm muito orgulho de seu passado guerreiro e rebelde.

A postura histórica do CNA, de lutar pela igualdade de direitos para todos os sul-africanos, sem discriminação de raça, religião ou sexo, não permitiu nenhum tipo de abertura para a discussão de reivindicações como a do Inkhata, que defende a base territorial para o que chamam de "Nação Zulu". As eleições podem ajudar a desfazer esse nó, ao mostrar o apoio real que o Partido da Liberdade Inkhata tem entre os zulus.

Quando visitamos Soweto, um dos nossos intérpretes foi Philippe, um jovem militante do CNA, com um bom inglês e estudante de jornalismo. Ao mostrar-nos o bairro de Soweto onde vivem os assalariados que o governo contrata para desempenhar as tarefas mais ingratas — uma área cercada de arame farpado, sem dúvida uma das mais terríveis visões do *apartheid* — Philippe explicou que essa mão-de-obra barata é quase toda zulu. Por ocupar o último escalão na pirâmide social do país e por haver

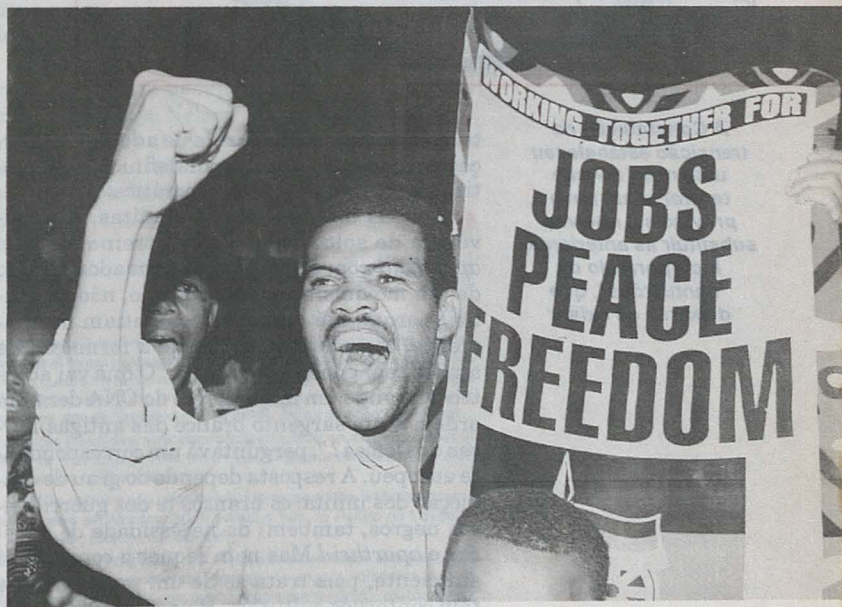
perdido suas raízes e seus vínculos familiares, essas pessoas encontram no discurso e na prática agressiva do Inkhata um instrumento de autodefesa.

Costumam matar por dinheiro e os confrontos são diários — de extrema violência — com os seguidores do CNA. Philippe afirmou com orgulho que também era zulu, mas, na sua opinião, Mangosuthu Buthelezi não representa o sentimento majoritário dos membros do que chamou "sua nacionalidade".

Outros desafios — Para dismantelar o *apartheid*, o aparelho de Estado teve que ser repensado, já que o desenvolvimento separado por raças levou a distorções graves em quase todos os terrenos. (Desenvolvimento, na verdade, só existiu de forma plena para a minoria branca, já que o orçamento do Estado discriminava, também, os recursos destinados à promoção das comunidades negra e mestiça.)

Mas um dos aspectos que representa maiores desafios é a criação de Forças Armadas multirraciais. A Constituição de transição criou a Força Nacional de Manutenção da Paz (FNMP), para a qual convergiram as Forças de Defesa do *apartheid*, os guerrilheiros do braço armado do CNA e do Congresso Panafricanista (PAC, uma dissidência do CNA, mais radical) e as forças militares dos estados. A FNMP vai ter uma vida efêmera, até a implantação do novo governo e a criação das novas Forças de Defesa. O treinamento ficou a cargo da Ingla-

"Vote por emprego, paz e liberdade": Mandela defende uma plataforma realista, na qual a criação de frentes de trabalho é o principal compromisso



YOUR VOTE IS YOUR SECRET



You will be alone when you vote.

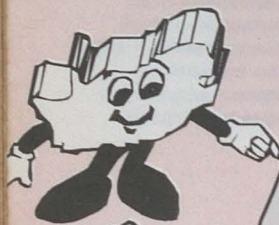


The ballot paper does not have your name, address, or even a number on it.



No one can tell that this is your paper.

NO ONE WILL KNOW WHO YOU VOTED FOR



As nove regiões da nova África do Sul



A Constituição de transição estabeleceu uma nova divisão territorial em nove províncias, que vão substituir as anteriores, incorporando os "bantustões", que deixarão de existir

terra, que assumiu a tarefa de adaptar as Forças Armadas ao novo perfil definido na Constituição de uma nação democrática.

Mas as dificuldades são muitas. A convivência de soldados e oficiais treinados pelo *apartheid* com guerrilheiros formados no seio de um movimento revolucionário, não só é difícil porque até ontem se combatiam mutuamente, como também porque a formação de ambos tem pouco em comum. "O que vai acontecer quando um major negro do CNA der uma ordem a um sargento branco das antigas Forças de Defesa?", perguntava um correspondente europeu. A resposta depende do grau de convicção dos militares brancos (e dos guerrilheiros negros, também) da necessidade de superar o *apartheid*. Mas nem sequer a convicção é suficiente, pois trata-se de um problema que tem contornos culturais. Hoje, a população ne-

gra não necessita de passes para permanecer à noite nas cidades habitadas por brancos, nem existe a tortura física ou as humilhações às quais era submetida se desobedecesse à ordem de ir embora às cinco da tarde. Mas é ainda muito rara a convivência inter-racial. As escolas, os restaurantes e os hospitais estão abertos para todos, mas existem barreiras geográficas e econômicas que continuam quase intransponíveis.

Nesse contexto, se torna ainda mais valiosa a experiência do CNA, que tem entre seus quadros dirigentes e entre seus milhares de militantes um grande número de brancos anti-racistas e sul-africanos de origem indiana. Um bom começo para mostrar, na prática, a coexistência construtiva em uma sociedade multirracial.

Mas, seguindo o caminho aberto de forma

IMPORTANT ELECTION INFORMATION

IEC TOLLFREE 0800-11-8000



South Africa's first democratic election will be held on April 27-28. You, the voter, may have many questions about:

- How the IEC serves you.
- Whether you can vote and what ID documents you can use.
- What to do if you can vote but do not have the proper ID.
- How you can get a Temporary Voter Card.
- Arrangements for special voting on April 26 - if you are disabled - if you are out of the country on April 27-28
- How the IEC ensures your vote is secret.

If you are looking for answers about voting and your rights, call IEC Tollfree. If we don't have the answers immediately, we'll get back to you.

Note: The IEC is impartial. IEC Tollfree will therefore not deal with party political issues and policies.



INDEPENDENT ELECTORAL COMMISSION

A Comissão Eleitoral Independente (CEI) está desenvolvendo um importante trabalho de educação da população para o voto. Desde as áreas urbanas até as mais remotas comunidades recebem "cursos" de como votar e sobre o significado de uma eleição democrática. Uma linha de telefone especial foi criada para tirar dúvidas dos eleitores

Foto CNA



pioneira pelo CNA, agora é preciso estender a convivência a todas as estruturas do país. "Desde criança éramos doutrinados para não nos aproximarmos de um branco, a não manter com ele outro tipo de relação que não fosse a de patrão-empregado", comenta Charles, chofer de táxi que nos levou a Pretória. Em sua opinião, só as gerações jovens vão poder encarar a convivência multirracial com naturalidade.

Charles pertence a uma família protestante que nunca teve militância anti-apartheid, embora simpatize com o CNA. Nenhum membro de sua família foi preso, nem torturado, mas o sistema de segregação racial, de qualquer forma, os afetou no essencial: frustrando suas aspirações. "Eu queria ser médico, mas acabei como chofer de táxi. Os pouco negros que conseguiram chegar à universidade e se formar, hoje estão desempregados. A economia está nas mãos dos brancos, que não querem pagar-lhes um salário igual ao de um branco."

A conversa com Charles deveria prosseguir durante o almoço, mas foi impossível convencê-lo a nos acompanhar ao restaurante. "O apartheid terminou. Estamos no período de transição para a democracia", alegamos, inutilmente. "É verdade, mas para muitos, está ainda muito vivo", nos respondeu.

Abdias do Nascimento – o primeiro senador negro brasileiro – nos fez uma observação importante: "O mesmo apartheid que segregou a maioria negra permitiu forjar na luta sua própria identidade. Ao mostrar sem subterfúgios à população negra que nunca poderia ser igual aos brancos, ajudou a ver-se a si mesma e a lutar por mudar seu destino."

O futuro – A luta continua depois de 27 de abril, mas com outras características. As expectativas são grandes, mas no geral existe a consciência de que mudanças profundas só serão possíveis a médio e longo prazos. Mandela não promete o impossível, mas o CNA em seu programa de governo estabelece a meta de criar um milhão e meio de empregos em um ano. Com cerca de 80% de desemprego entre a população negra, essa chega a ser um meta conservadora.

O futuro presidente conta, a seu favor, com a enorme confiança de seu povo e com o compromisso da comunidade internacional de ajudar a reconstruir a economia para tornar menos traumática a passagem para uma sociedade democrática.

"Durante os 27 anos em que estive preso – afirmou o líder do CNA em uma convocação ao povo para participar das eleições – me mantive vivo a esperança de ver a África do Sul transformada em um país no qual seu povo vivesse

em paz, com oportunidades iguais para todos. Por este ideal estava preparado para dar a minha vida. Agora podemos tornar esse sonho realidade em 27 de abril. Confio em que os anos de sacrifício de todos os meus compatriotas não tenham sido em vão. Confio que nos próximos anos trabalharemos juntos para construir uma nação unida, democrática, sem discriminação racial, nem de sexo. Nossos filhos e netos nunca mais conhecerão a violência, o sofrimento, a vergonha, a dor, que muitos de nós sofremos. Por isso os convoco a unir nossos esforços para reconstruir nosso país, reconciliando-nos, em nome de uma vida melhor para todos."



Foto CNA

Poucas vezes na história moderna um homem teve mais ascendência sobre seu povo como a que hoje Nelson Mandela exerce sobre a maioria dos sul-africanos. Sua eleição para a presidência o transforma, aos 76 anos, no símbolo da nova África do Sul, a mais jovem democracia do planeta.

A Constituição de transição foi fruto de uma dura negociação na Conferência Multipartidária (foto acima). Mas nem todos os setores políticos aceitaram o resultado; os grupos de extrema-direita branca e negra reivindicam maior autonomia

1 O Conselho Executivo de Transição está constituído por representantes de todas as forças políticas que participaram das negociações para definir o novo quadro institucional. Seu objetivo básico é viabilizar a realização das eleições, assegurando que sejam livres e justas. Tem poder para fiscalizar os atos do Executivo e pode propor linhas de ação alternativas

2 A eleição sul-africana estabelece o voto vinculado: se vota nos partidos. O eleitor, no entanto, pode votar em um partido para os cargos federais e em outro para os de nível estadual

3 Especula-se que o segundo vice-presidente, se couber a Mandela designá-lo, poderá ser Mangosuthu Buthelezi, o líder do Partido da Liberdade "Inkhata", caso participe das eleições

4 Boer significa "fazendeiro" em língua africãner e, por extensão, hoje designa todos os brancos sul-africanos de origem holandesa que se identificam politicamente com posições de extrema-direita, muito impregnadas de conceitos absorvidos da ideologia nazista

O Estado-nação em xeque



A queda do Muro de Berlim é considerada um divisor de águas na história recente

Claudia Guimarães

Novembro de 1989. Anoitece em Berlim e, apesar do frio, milhares de pessoas se lançam às ruas, com o propósito de se aproximar de um dos mais odiados monumentos da história moderna alemã: o Muro de Berlim. Munidos de pás, picaretas, ou simplesmente com as mãos, todos querem participar da aniquilação do símbolo por excelência da Guerra Fria.

Em questão de horas, o Muro era desfigurado e, com ele, a ordem internacional implantada em 1945 pelos países vencedores da II Guerra Mundial.

Na nova etapa histórica que se inaugurou a partir de então, o mundo assistiu, perplexo, à desintegração da poderosa União Soviética e observa, impotente, à sangrenta guerra travada entre as etnias da ex-Iugoslávia, no próprio coração da Europa.

As conseqüências dos dois fatos foram tão graves e extensas que, provavelmente, poucos perceberam quem talvez tenha sido a maior vítima desses dois processos: o outrora inabalável conceito do Estado-nação.

Este fenômeno tem atraído a atenção de acadêmicos e analistas políticos de todo o mundo. O diplomata equato-

riano Horacio Sevilla Borja, atual embaixador na República Dominicana, é um dos que têm se debruçado sobre esta questão.

Dirigente do Partido Esquerda Democrática, Sevilla foi fundador e primeiro-secretário executivo da Associação Latino-Americana para os Direitos Humanos (ALDHU) e secretário geral adjunto da Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina (Coppal).

Na sua avaliação, é evidente que hoje se assiste a um momento de superação do Estado-nação. A afirmação, em tom categórico, vem imediatamente acompanhada de uma retrospectiva histórica. "Ao longo da evolução da Humanidade, existiram diferentes formas de organização da sociedade. Começamos da maneira mais primitiva: a união do homem com a mulher para formar a família. Da família, passamos ao clã, do clã à horda e à união de hordas, e assim por diante. Até que um dia chegamos ao período interessantíssimo da formação das cidades-Estado, cujo melhor exemplo é a Itália."

O diplomata lembra que, naquele momento, se acreditava que essa forma de organização da sociedade era insuperável. "Mas não, as cidades depois se integraram e nasceram os Estados. Ob-

A desintegração da União Soviética e da Iugoslávia e a tendência à formação de blocos supranacionais, como a Comunidade Européia, põem em xeque o tradicional conceito do Estado-nação

viamente, não foi um processo fácil. Hoje, a existência do Estado-nação parece natural, porque existem mais de 180 países no mundo, mas para chegar a esse ponto houve muitas guerras e muitos conflitos", enfatiza.

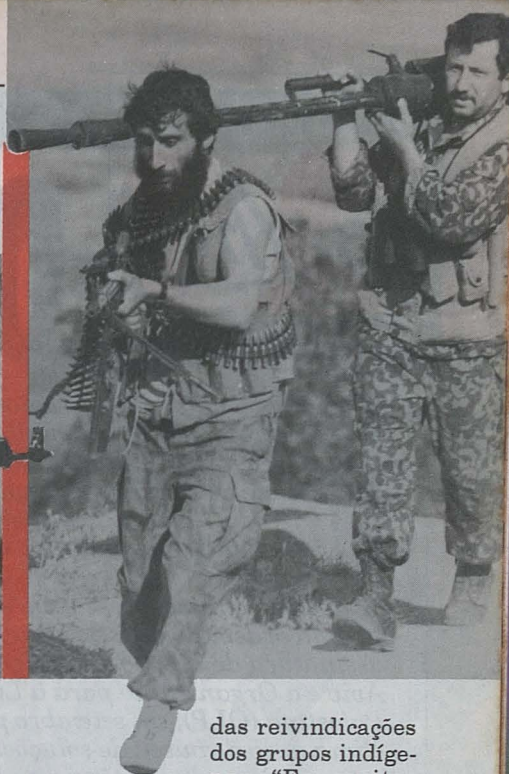
No entanto, segundo ele, esse modelo já começa a mostrar suas limitações, já que, dificilmente, se pode pensar hoje em solucionar problemas locais, sem levar em conta o contexto internacional.

A comunidade-Estado—Essa realidade está obrigando, na sua opinião, a se buscar outra forma de organização do Estado. "Estamos chegando à comunidade-Estado, à formação dos grandes blocos. O exemplo mais claro é a Comunidade Européia. São países que estiveram em guerra diversas vezes, que não têm uma grande afinidade nem pelo idioma, nem pela religião, nem pela origem étnica ou histórica. Mas eles sabiam que, para competir no mercado internacional, já não podiam fazê-lo unicamente do ponto de vista do Estado-nação."

O exemplo da Europa não é, porém, o único. Sevilla Borja aponta também o acordo de integração econômica da América do Norte (Nafta) e as iniciativas nesse sentido do Japão e dos chamados "tigres asiáticos".

ANÁLISE

Os violentos choques entre os diferentes grupos étnicos na ex-Iugoslávia (abaixo) e na ex-União Soviética (ao lado) colocaram em xeque a concepção moderna de Estado



Na América Latina, os passos rumo à integração têm sido mais lentos e partem, segundo ele, de uma premissa superada. "Fala-se muito de integração no nosso continente, mas antes a encarávamos como uma alternativa ao desenvolvimento. Dizíamos: 'Temos que nos integrar porque isso nos dará mais facilidades, poderemos ampliar nossos mercados'. Era um caminho, uma ferramenta rumo ao desenvolvimento econômico."

Hoje, porém, deve ficar claro que a integração não é um meio, e sim um fim em si mesma, assinala Sevilla Borja. Preocupado, ele adverte que "se não criarmos a comunidade latino-americana de Estados, estaremos fora de todo o esquema que está nascendo com o século XXI".

Em 1945, quando se criaram as Nações Unidas, recorda, a América Latina tinha um grande peso, já que quase 50% das nações pertenciam ao continente. Com a posterior independência de dezenas de países na África e Ásia, e o próprio desenvolvimento da correlação de forças mundial, essa situação mudou completamente.

Com tristeza, ele lamenta que hoje em dia "não contemos para nada. Somos um continente empobrecido, mergulhado em utopias empobrecedoras,

inibido em disputas provincianas com nossos vizinhos".

As demandas étnicas – Na opinião do diplomata, a irrupção das rivalidades étnicas, com uma violência que já se pensava historicamente superada, também faz parte desse período de transição que a Humanidade está atravessando.

No mundo atual já não se pode mais, enfatiza Sevilla Borja, ignorar o poder que reivindicam as comunidades locais, as minorias étnicas.

"Embora estejamos caminhando rumo à comunidade-Estado, ela deve se apoiar mais nas pequenas comunidades nacionais e dar-lhes mais autonomia, recursos e maior autodeterminação. A comunidade-Estado não pode ser imposta de cima para baixo", ressalta.

No caso da América Latina, o problema das minorias se revela através

das reivindicações dos grupos indígenas. "Em muitos países do nosso continente, eles constituem 50% ou mais da população. São importantíssimos e estão tomando consciência sobre seus direitos. Não podemos mais ignorá-los."

Nova agenda – No contexto internacional que começa a se esboçar, questões até há pouco ignoradas ou pouco valorizadas ganham um enorme peso. Este é o caso, opina o embaixador, do meio ambiente.

"Em 1992, o Rio de Janeiro foi a capital internacional da ecologia. Para nós é grave, porque temos que alcançar nosso desenvolvimento respeitando o meio ambiente. Isso significa que teremos que enfrentar mais dificuldades, que para nós o desenvolvimento vai sair muito mais caro."

Segundo ele, outra questão a ser repensada é a da tecnologia. "Não podemos mais continuar divorciados da ciência. Infelizmente, a brecha entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento se deve, entre outras razões, pela maior capacidade científica do Norte. Hoje, tudo se soluciona através da ciência e tecnologia."

Sevilla Borja não hesita em apontar o caminho para superar essa defasagem. "Nossa grande desvantagem é a limitação em matéria de educação. Temos que capacitar o material humano para a ciência e a tecnologia. A robotização e a cibernética têm que ser nossas aliadas. Sem dominá-las, nosso desenvolvimento não será possível", finaliza. ■

Privatizações, tema polêmico

Entre as questões mais polêmicas desse fim de século está o tamanho que deve ter o Estado. Para Sevilla Borja, as vertiginosas mudanças pelas quais passa o mundo obrigam a abandonar antigos dogmas, inclusive nesse campo.

"No século XXI, vamos entrar em outra etapa histórica. Os partidos políticos, as empresas privadas e o Estado devem ter nova função. Não podemos nos prender a dogmas."

Na sua opinião, deve-se privati-

zar o que for conveniente para a população. Por isso, ele não hesita em afirmar que "se uma empresa é ineficiente e, para mantê-la, o Estado deixa de investir em obras sociais, ela deve ser privatizada".

O embaixador ressalta, porém, que isso não significa um apoio irrestrito às teses privatizantes. "A privatização não é o remédio universal, como querem fazer acreditar os neoliberais, mas tampouco é um bichopapão, como pensam alguns de nossos companheiros."

OS PALESTINOS

A luta por um Estado

Um povo milenar, com valores culturais historicamente reconhecidos, apto ao exercício do direito à autodeterminação, resiste às derrotas, à dispersão e às guerras, na decisão de defender a identidade nacional e de conquistar o futuro.

Mais do que nunca, esse povo – o palestino – está na ordem do dia. Desde a histórica assinatura do acordo entre o governo de Tel-Aviv e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em setembro passado, há um clima novo de busca de soluções negociadas que, partindo da existência de Israel, vem paulatinamente abrindo espaço à futura implantação de um Estado palestino. O caminho, porém, é longo e complexo, como têm demonstrado os últimos acontecimentos na Cisjordânia.

Nesse momento, em que as incipientes vitórias pela paz se mostram ameaçadas pela intolerância de alguns setores de ambos os lados, vale mergulhar um pouco na história e cotidiano do povo palestino, objetos de uma extensa reportagem dos editores Neiva Moreira e Beatriz Bissio, publicada em **cadernos**, nº 27, em agosto de 1980.

Nos limites do tempo e do espaço de uma informação jornalística, essa reportagem, cujo resumo apresentamos a seguir, procurava situar as origens desse povo, sua história milenar, suas lutas, os pontos mais determinantes de sua cultura. Procurava analisar, também, o que são os palestinos, onde estão e como constroem (através da Organização para a Libertação da Palestina – OLP, do seu Congresso Nacional e dos seus partidos) as bases do novo Estado pelo qual lutam.



As origens da OLP

Fundada em 1964, a Organização para a Libertação da Palestina transformou-se em uma imensa e poderosa estrutura política. A OLP considera que as gerações futuras de palestinos e judeus construirão um Estado baseado em outros valores



Reunião do Conselho Nacional Palestino (ao centro, o líder Yasser Arafat)

Quando a OLP começou, partimos do zero, ou melhor, abaixo do zero. Existiam vários desafios pela frente; o primeiro, a credibilidade entre os próprios palestinos que se perguntavam o que era OLP...”

Em seu escritório de Beirute, Shafik El-Hout, membro do Conselho Nacional Palestino e representante da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) no Líbano, nos contava os primeiros passos no caminho percorrido para organizar uma entidade que hoje – 16 anos depois – é internacionalmente reconhecida como a única e legítima representante do povo palestino.

Como consequência da criação do Estado de Israel, mais de 50% de seu povo tiveram que deixar o território em que moravam para viverem como refugiados em países árabes vizinhos, entre os anos 1948-1949.

“Nosso país foi destruído”, resume El-Hout, lembrando o fato de que os palestinos foram deixados sem nenhuma representação política, sem lideranças, sem perspectivas; enfim, “no ar”.

Espalhados, diluíram-se na grande nação árabe, derrotada diplomaticamente na ONU, quando as condições criadas durante décadas pelo colonialismo britânico e consolidadas pela conjuntura do pós-guerra tornaram possível a votação a favor da divisão da Palestina.

Aparentemente, restava um único vestígio daquele país milenar, o Informe Anual que o responsável das Nações Unidas para o problema dos refugiados apresentava sobre a situação dos palestinos expatriados. A questão palestina estava, pois, totalmente reduzida ao âmbito interno das Nações Unidas e os únicos que, de vez em quando, lembravam ao mundo os problemas do povo palestino eram os representantes dos países árabes.

Militância em diferentes partidos

A Margem Ocidental do Jordão (Cisjordânia) foi anexada à Jordânia e a Faixa de Gaza estava sob administração egípcia. Esses dois foram os únicos territórios da antiga Palestina que ficaram nas mãos dos árabes. O resto tinha passado a ser território do Estado de Israel. “Naquela época os palestinos da Cisjordânia tinham que se dizer jordanianos; não tinham autorização para se autodefinirem como palestinos”, afirma El-Hout.

Mas isso não significava falta de atividade política. Nesse período, os palestinos militavam em diferentes partidos e organizações políticas do Mundo Árabe, sendo, em geral, conhecidos por sua dedicação ao trabalho e pela sua formação teórica, que os projetava como verdadeiros quadros políticos.

“Os elementos mais ativos, quase sem exceções, eram os palestinos.” Eles pensavam que quanto mais forte se tornasse um ou outro partido, a causa palestina acabaria mais fortalecida.

O resgate de sua identidade

A situação continuou a mesma até o começo da década de 60, particularmente até 1961. “Com o fracasso da experiência da República Árabe Unida (RAU, formada por Egito e Síria), os palestinos começaram a sentir que deviam reorganizar sua vida política sobre bases diferentes”, explicou El-Hout.

Ele conta que foi nessa época que “reconhecemos a necessidade de recuperar nossa identidade nacional

AS GRANDES REPORTAGENS

como palestinos, entre a nação árabe. Não significa que tenhamos renunciado a nosso *arabismo*, mas a partir desse momento o entendemos, antes de mais nada, como uma conseqüência de nossa condição de palestinos.”

Nesse processo de reavaliação influiu também a vitoriosa luta de libertação da Argélia. Ela mostrou que um país árabe poderia desenvolver uma luta nacional com suas próprias forças, mesmo antes de conquistada a unidade árabe. A libertação argelina reforçou, assim, a convicção de que a nacionalidade palestina não devia ficar diluída num Mundo Árabe ainda não preparado para o grande desafio unitário.

Era precisamente este o aspecto utilizado por Israel em suas campanhas antipalestinas. Assim o definia El-Hout: “O objetivo do sionismo e de Israel era convencer a opinião pública mundial de que não havia palestinos. Segundo eles, de um lado estavam os árabes e do outro, os judeus.” Ainda na sua forma de apresentar o problema, os árabes são “uma nação poderosa de 150 milhões de pessoas, enquanto Israel é um pequeno país, rodeado de inimigos”.

Seguindo este raciocínio, os palestinos rapidamente compreenderam a necessidade de recordar para o mundo que eles eram um povo pacífico, que habitava um pequeno país chamado Palestina e que reivindicava os direitos que lhes foram usurpados.

A visão de Nasser

“O primeiro líder árabe que compreendeu a importância do movimento palestino para reconstruir sua identidade nacional foi Gamal Abdel Nasser”, afirma El-Hout. “Foi por isso que, em 1964, Nasser convocou os países árabes a uma conferência de cúpula. Nela exortou os dirigentes árabes a apoiar os palestinos na criação de uma organização política para todos os palestinos, em qualquer lugar que eles estivessem.”

Assim, em 1964, a Conferência Árabe solicitou ao



Shafick El-Hout, da OLP: luta pelo resgate da identidade palestina

representante palestino na Liga Árabe, Ahmed Shuqairy¹, que fizesse uma viagem para contatar os palestinos dispersos, consultando-os sobre a possibilidade de se criar uma organização política unificada sob uma única liderança.

Shuqairy fez a viagem e a terminou em Jerusalém, no dia 27 de maio de 1964. Nessa ocasião, reuniu-se pela primeira vez o Conselho Nacional Palestino. No encontro foi proclamada a criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

O Conselho Nacional reuniu-se com 422 membros que incluíam algumas personalidades palestinas, profissionais, homens de negócios, industriais, assim como representantes dos campos de refugiados, das organizações estudantis, sindicais e de mulheres. “Mesmo que a representação por classes sociais não fosse equitativa, como acontece em quase todos os parlamentos, ela refletia bastante adequadamente a distribuição geográfica dos palestinos”, é a opinião de Rashid Hamid, no seu ensaio “O que é a OLP”.

As instituições palestinas

“O problema que Shuqairy enfrentou – cita por sua vez El-Hout – é o mesmo que hoje enfrentamos: ante a impossibilidade de eleger nossas autoridades palestinas, usam-se critérios considerados os mais adequados para dar representatividade aos eleitos. E a razão pela qual não podemos realizar eleições é simples: nossos compatriotas nos territórios ocupados não podem votar e os que estão nos países árabes geralmente não têm autorização para desenvolver campanhas eleitorais. Resta-nos uma única opção: selecionar os representantes.”

El-Hout lembra que no primeiro Conselho Nacional, realizado em Jerusalém, os palestinos definiram seus objetivos nacionais, leis e regulamentos internos e aprovaram sua primeira Carta Nacional. “Elegemos nosso primeiro Comitê Executivo. Para facilitar a compreensão do significado dessas instituições, pode-se dizer que o Conselho Nacional é o Parlamento e o Comitê Executivo, o governo. Cada membro do Executivo tem a seu cargo um departamento que equivaleria a um ministério. Todos os departamentos são responsáveis ante o presidente do Conselho Executivo e todo o Executivo é responsável ante o Conselho Nacional, órgão máximo da OLP”, frisou El-Hout.

Os desafios

“Quando começamos, tínhamos vários desafios pela frente. O primeiro, era diante dos próprios palestinos, que se perguntavam o que é a OLP. Alguns temiam que se tratasse de alguma artimanha de certos países árabes para liquidar a questão palestina. Esse era o desafio número um.”

El-Hout lembrou, porém, que havia outros. “O segundo em importância era o de sermos reconhecidos,

AS GRANDES REPORTAGENS

tanto pelos países árabes, como pela comunidade internacional. O terceiro era o de como começar a formar nosso exército de libertação nacional. Isto porque, desde o início, nós tínhamos certeza de que a luta para a libertação de nossa pátria não podia encaminhar-se exclusivamente por vias diplomáticas. Tínhamos que possuir combatentes, um exército de libertação nacional da Palestina.”

Quando, em novembro de 1964, realizou-se outra conferência árabe de cúpula, dessa vez em Alexandria, a idéia da criação da OLP foi aceita. “Mas, para falar francamente, cada país aceitou a idéia diante de uma perspectiva diferente”, afirmou El-Hout.

O aspecto militar

Pôr em prática esse reconhecimento não era fácil. O tema tinha sido motivo de declarações em ocasiões anteriores, como uma reunião da Liga Árabe em 1959, onde se previa a necessidade de se criar um exército palestino nos países árabes. Mas nada de concreto aconteceu.

Era a questão da criação de um exército a que parecia mais difícil. Com a Cisjordânia anexada à Jordânia e sem poder pensar em dar treinamento militar aos palestinos nos diversos países árabes pela negativa dos respectivos governos, as possibilidades de começar eram poucas.

“Concretamente, só em dois lugares podíamos iniciar o trabalho nesse sentido: na Faixa de Gaza, sob a administração de Nasser, e na Síria. Foram nestes dois lugares que o nosso exército de libertação começou a ser formado”, revelou El-Hout. “Mas, se é certo que em ambos os lugares poderia se desenvolver o treinamento, também é verdade que a partir da Síria não podíamos preparar ataques ao território israelense. Eramos hóspedes do exército sírio e, em última instância, só ele poderia decidir a respeito.”

El-Hout diz ser esta uma das razões pelas quais grupos palestinos combatentes que já estavam operando na clandestinidade, como era o caso da Al-Fatah (que naquele momento não pertencia à OLP) hesitavam em apoiar a organização. “Eles queriam começar a luta de libertação sem ter que consultar ninguém”, contou El-Hout. “Esse foi outro importante problema que a OLP teve que enfrentar no começo.”

Esses grupos palestinos decidiram manter-se independentes e em 1º de janeiro de 1965 – menos de cinco meses depois de criada a OLP – fizeram a primeira operação armada em território ocupado². Isso colocou os dirigentes da OLP em uma situação embaraçosa. A OLP, e Shuqairy em particular, queriam manter boas relações com os países árabes, enquanto os grupos armados queriam intensificar a luta. De fato, as operações armadas aumentaram nos anos de 1965-1966.

A situação se manteve difícil até 1967, ano em que aconteceu a guerra de junho, na qual os países árabes foram derrotados por Israel, toda a Palestina foi ocupada, assim como o Sinai e as Colinas de Golá, na Síria.

A luta contra a ocupação da Palestina envolve muitas gerações: ao lado, Salim Hassan Alreai, o mais antigo prisioneiro palestino, ao ser libertado após 23 anos na prisão; abaixo, um menino da Faixa de Gaza usa seu estilingue contra os bem armados soldados isarelenses



A nova situação criada pelo expansionismo israelense fortaleceu as posições defendidas pelos grupos palestinos clandestinos armados. A última guerra indicava que só operações militares poderiam viabilizar a derrota de Israel e a reconquista dos territórios ocupados. Além disso, a derrota dos exércitos regulares árabes parecia demonstrar que uma alternativa viável a ser usada seriam as táticas guerrilheiras desenvolvidas pelos comandos palestinos.

Entre 1968 e 1969 se processa o entrosamento entre as posições defendidas pela OLP e os grupos armados, alguns dos quais já se haviam integrado à organização depois da guerra de 1967.

Assim, em fevereiro de 1967, quando se realizou uma nova sessão do Conselho Nacional Palestino, foi eleito presidente do Executivo, Yasser Arafat, o líder da Al-Fatah. Nesse ano, a OLP se estrutura basicamente, consolidando-se a liderança dos grupos armados, particularmente da Al-Fatah, dentro da organização, na sua condição de movimento palestino armado mais poderoso. “Todos os outros grupos guerrilheiros estavam representados, além de personalidades independentes”, faz questão de lembrar El-Hout. ■

¹Naquela época, os representantes palestinos nos órgãos árabes não eram nomeados pelos palestinos, e sim pelos países árabes. Shuqairy foi designado por eles para assistir, em nome dos palestinos, às reuniões da Liga Árabe

²Essa data é hoje conhecida como o Dia da Revolução Palestina

Quem são e onde estão os palestinos

Dispersos no Mundo Árabe e reprimidos nos territórios ocupados, eles se esforçam para formar seus técnicos e cientistas, preparando-se para administrar seu Estado

A imagem do *fedayin* (combatente) ou a do palestino confinado no trágico recinto dos campos de refugiados só nos dá uma visão parcial da realidade que vive este povo.

A primeira questão que surge é: *onde vivem os palestinos?*

Pode-se afirmar que a maioria deles vive no Oriente Médio, assim distribuídos: um milhão na Jordânia (onde constituem 65% da população); 450 mil no Líbano¹; 650 mil em Israel; 1,2 milhão na Cisjordânia e na Faixa de Gaza; 160 mil na Síria; 150 mil no Kuwait (aproximadamente 20% da população)² e em importantes comunidades no Egito, Líbia, Iraque, Arábia Saudita e nos países do Golfo, além de pequenas comunidades na América Latina, Estados Unidos e Alemanha Ocidental.

Desses quase quatro milhões de palestinos, apenas 1 milhão e 800 mil têm legalmente o *status* de refugiado dado pelas Nações Unidas. E deles, só aproximadamen-

te 650 mil vivem em campos de refugiados (ao todo 61), distribuídos no Líbano, Jordânia, Síria e nos territórios ocupados da Cisjordânia e Gaza.

O que fazem os palestinos é outra pergunta fundamental. Em sua maioria, eles são camponeses e operários. Mas há um número muito significativo de profissionais liberais, homens de negócios, escritores, poetas, administradores de empresa e até banqueiros.

Profissionais de alto nível

Os estudos mais recentes mostram que cerca de 62% da população palestina nos territórios ocupados está composta por assalariados, enquanto a burguesia nacional se encontra em sua maioria no Kuwait, Líbano e países do Golfo. A burguesia dos territórios ocupados sofreu um processo de proletarização, como consequência da ocupação e perdeu força como classe.

Um elevado número de palestinos estuda em universidades dentro e fora do Mundo Árabe, aproximadamente uns 800 mil. Alguns palestinos alcançaram posições muito influentes no Mundo Árabe, inclusive com cargos no governo.

Segundo um estudo promovido pelo dr. Nabel Shaath, professor-adjunto de Administração de Empresas na Universidade Americana de Beirute – feito em conjunto com os doutores Eugene Makhoulf, Antoine Zahlan e Elie Eid e com a colaboração do Instituto de Estudos Palestinos – haveria no Mundo Árabe 27 embaixadores palestinos, 7 ministros de Estado, 16 funcionários governamentais de alto nível, 30 juizes, além de 100 professores universitários catedráticos, 30 professores assistentes, 154 professores universitários encarregados de pesquisas e diretores de projetos e 327 ajudantes de pesquisa.

Na área da administração, encontram-se

Em cada cem mil palestinos dos territórios ocupados ou vivendo em Israel, somente 88 conseguem chegar à Universidade, enquanto que entre os israelenses a taxa é de 1.500 para cada cem mil



AS GRANDES REPORTAGENS

Entre os palestinos, há médicos, cientistas e especialistas em diferentes áreas com doutorado



nos países árabes 100 diretores-executivos palestinos em empresas de grande porte, 369 gerentes, 376 vice-presidentes, gerentes assistentes e chefes de departamento e 1.084 gerentes em instituições consultivas.

A opção pelas Ciências Humanas

Ainda segundo esse estudo, entre os palestinos graduados há um certo desequilíbrio a favor das ciências humanas, em detrimento das carreiras científicas (61% para Ciências Humanas e 39% para carreiras científicas).

Tal fato é explicado de uma maneira simples: só as carreiras humanas têm um sistema que permite ao aluno só comparecer à universidade para fazer as provas.

Milhares de palestinos que trabalham nos países do Golfo, na Arábia Saudita e no norte da África só têm condição de terminar seus estudos universitários dessa forma.

Porém, segundo a mesma fonte, a porcentagem de diplomados em cursos de pós-graduação aumenta significativamente na área de Ciências, em detrimento das carreiras humanas. Assim, 93,4% dos que conseguem o grau de PhD pertencem à área científica.

A maior parte de estudantes palestinos concentra-se na Universidade Árabe de Beirute (fundada por Gamal Abdel Nasser): de um total de 18 mil estudantes, ela teria 10 mil palestinos e jordanianos em 1970 (essa universidade oferece cursos de ciências humanas, administrativas e o curso de Direito, com apenas um pequeno departamento de Engenharia).

O dr. Shaath estima que esse desequilíbrio se manterá devido às crescentes dificuldades dos palestinos em frequentar os cursos regulares de Engenharia, Medicina e de áreas técnicas de um modo geral, que exigem uma disponibilidade de tempo muito grande.

Obstáculos ao estudo em Israel

Um número significativo frequentava a Universidade Egípcia, que atualmente reduziu muito a sua cota de estudantes estrangeiros por motivos políticos e pelas dificuldades de satisfazer à demanda de sua própria classe estudantil.

Para os estudantes dos territórios ocupados ou para os jovens palestinos residentes em Israel, é extrema-

mente difícil ter acesso a um título universitário. Em cada cem mil palestinos, somente 88 conseguem fazer curso superior em Israel, enquanto que de cada cem mil israelenses 1.500 conseguem vagas na universidade, segundo o *Israel Government Yearbook*, citados

no ensaio do dr. Shaath. De mil palestinos com PhD, só 50 pertencem às áreas humanas. O restante pertence ao campo científico, em ramos tão variados como Química, Matemática, Engenharia Aeronáutica, Petroquímica, Estudos Nucleares e Física.

Oitenta por cento dos graduados estudaram em universidades árabes, 7,6% em universidades norte-americanas e 6,5% em universidades européias. Dos que têm cursos de pós-graduação, 45,5% formaram-se em universidades ocidentais.

Um grande número desses estudantes está atualmente dando aulas no Mundo Árabe. Além disso, muitos engenheiros palestinos especializados em petróleo trabalham nos campos dos países do Golfo e na Arábia Saudita.

Os reflexos políticos

Como não podia deixar de ser, essa estruturação da sociedade palestina (que existe, ainda que dispersa) se reflete no plano político. "Existem classes sociais palestinas; e pensar que todos estamos de acordo cem por cento é um erro. A partir do momento em que existem classes, haverá interesses diferentes e isso leva a opções políticas que nem sempre são coincidentes."

Quem assim nos descreveu a realidade palestina foi Yasser Abdo Rabbo, da Frente Democrática, um grupo que tem origens comuns com a Frente Popular de George Habbash e que logo optou por um caminho independente. De definição marxista, a Frente Democrática integra a OLP, sendo responsável, no Comitê Executivo, por uma das Secretarias.

Mas há um aspecto que une todos os palestinos, sejam eles refugiados nos campos ou banqueiros radicados no Golfo: o retorno à Pátria perdida, com a proclamação de um Estado independente. Variam as táticas e as concepções de como conquistar essa meta, podem ser diferentes também os projetos para essa Pátria depois de ser proclamada independente. Mas atualmente todos estão na OLP, apoiando a direção de Yasser Arafat. ■

¹Essa situação mudou significativamente depois da invasão israelense ao Líbano, em 1982, que obrigou milhares de palestinos a abandonar o país

²Após a Guerra do Golfo, praticamente toda a população palestina foi expulsa do Kuwait, devido ao apoio da OLP a Saddam Hussein

A História desde os cananeus

A Palestina (27.000 km²), situada na Ásia Menor, onde se cruzam três continentes – Europa, Ásia e África – sofreu numerosas invasões. No ano 2500 a.C. aproximadamente, foi fundado o primeiro Estado em solo palestino: o Estado dos cananeus.

No ano de 1200 a.C., os hebreus fugiram do Egito liderados por Moisés e, depois de passarem 60 anos no deserto do Sinai, invadiram o Estado dos cananeus liderados por Josué, conquistando parte da Palestina e da Jordânia, onde estabeleceram o primeiro reino hebraico.

Segundo os historiadores, este reino se dividiu em dois no ano de 933 a.C.: a Judéia, ao Sul e o reino de Israel, ao Norte. Ambos foram destruídos: Israel, por volta do ano 713 a.C. pelos assírios e a Judéia pelos babilônios, no ano 386 a.C. A partir de então, os judeus conviveram com o resto da população da Palestina – na maioria descendentes dos cananeus – sofrendo com eles novas invasões: gregas, persas, romanas.

Sob a invasão romana, os judeus foram dispersados da Palestina (a diáspora judaica), dirigindo-se a todas as partes do mundo então conhecido e fundando importantes e prósperas comunidades no Egito, Iraque, Iêmen e Síria. Fizeram muitas conversões ao judaísmo, particularmente nas tribos *khazaras*, das quais procede grande parte dos judeus russos.

No ano 630 d.C., a Palestina é invadida pelos exércitos árabes. Destacam os historiadores que, ao contrário dos demais invasores, os árabes misturaram-se com a população nativa (composta então por descendentes dos cananeus, hebreus e filisteus), islamizando-a intensamente.

As Cruzadas – guerras de conquista dos senhores feudais europeus, sob o pretexto de dominar os lugares santos – foram um episódio sangrento, ainda que passageiro, da

história palestina. Os palestinos muçulmanos, judeus e cristãos caíram juntos na luta contra os cruzados. Estes são expulsos pelo chefe árabe Saladin, depois de terem permanecido cem anos em Jerusalém.

A liberdade da Palestina foi curta. Em 1517, o país é invadido pelos turcos, assim como parte da Europa e o resto do Mundo Árabe. Só com a vitória dos aliados na Primeira Guerra Mundial – na qual os palestinos lutaram contra os turcos – a libertação se torna realidade.

Em 1917, o governo britânico,



As mulheres sempre participaram da luta pela independência

que ainda não tinha conseguido o mandato sobre a Palestina, emite o comunicado conhecido como *Declaração Balfour*, nome do ministro das Relações Exteriores britânico.

“O governo de sua Majestade considera favoravelmente o estabelecimento de um lar na Palestina para o povo judeu e empenhará todos os seus esforços para a realização deste objetivo, devendo ser claramente entendido que nada poderá prejudicar os direitos civis e religiosos das coletividades não-judaicas existentes na Palestina, nem os direitos nem o *status* político de que gozam os judeus em outros países.”

Nesse ano de 1917, os palestinos representavam 92% da população do território e possuíam 97,5% das terras.

Desde o primeiro dia da queda da Palestina sob o domínio britânico, o

povo palestino enfrentou essa nova ocupação. Durante todo o mandato, os britânicos ajudaram a migração maciça de judeus de todo o mundo, facilitando-lhes a colonização das terras. De oito por cento em 1917, a porcentagem de judeus aumentou para 33% em 1948, dominando naquele ano 55% das terras.

Segundo os historiadores árabes, é uma realidade incontestável que, no início, o povo palestino acolheu de braços abertos os imigrantes judeus, dos quais sentia-se solidário. Mas quando os grupos armados sionistas *Haganah*, *Stern*, *Irgun* (treinados e ajudados pelos britânicos) começaram com os atos terroristas e os massacres contra os palestinos a fim de intimidá-los e obrigá-los a abandonar o país, a população palestina, na maioria composta por camponeses, reagiu energeticamente. Apesar da desigualdade entre os camponeses e os bem-treinados e armados grupos sionistas, houve múltiplas rebeliões.

Em 1948, a Inglaterra abandona a Palestina, não sem antes ter tentado remediar uma situação que ela mesma tinha ajudado a criar. Ainda segundo os historiadores, os sionistas apoderaram-se então não só das terras que lhes tinham sido presenteadas na partilha da ONU em 1947, como de muitas outras mais. Em maio de 1948, proclamam o Estado de Israel, ocupando 78% da Palestina.

Já então tinham sido expulsos do território mais de um milhão de palestinos. O restante da Palestina (Cisjordânia e Gaza – que tinham ficado a primeira, sob controle do reino da Jordânia e a segunda, sob a administração do Egito) foi ocupado por Israel em 1967.

*Resumo da história da Palestina, segundo historiadores palestinos

Uma visita aos campos de refugiados

As crianças e os jovens são educados e recebem treinamento militar, enquanto os mais velhos vivem com a ilusão de, um dia, voltarem à pátria

Quando tentávamos imaginar como seriam os campos de refugiados palestinos, não conseguíamos: a palavra "campo" nos dava a idéia de precariedade, falta do elementar, marginalização. Pensávamos nisso à medida que nos aproximávamos de Tiro, na nossa viagem ao Sul do Líbano. Os mais importantes campos da região estão nos arredores dessa milenar cidade, patrimônio histórico das civilizações mediterrâneas, submetida a sistemáticos bombardeios da artilharia israelense.

Percorremos vários campos, mas permanecemos mais no de Rashidieh. Lá os habitantes haviam preparado uma recepção especial para os visitantes: pão árabe recém-saído do forno, coalhada, peixe frito, quibe e chá. Bastava olhar em volta para constatar que aquela refeição, apesar de sua simplicidade, era um verdadeiro luxo só explicado pela tradicional hospitalidade árabe.

Favelas

A vida é, efetivamente, dura nos campos. Imperam as construções precárias, a falta de esgoto. Poucas casas dispõem de energia elétrica. As ruas são de terra batida e os móveis, quase todos de fabricação caseira, são escassos.

Conversamos com uma família escolhida ao acaso: a avó não parava de nos perguntar se algum dia teria a alegria de retornar à sua aldeia, próxima a Belém. A mãe organizava seus pequenos e numerosos filhos para que nos cantassem antigas canções palestinas. Ao se despedir, nos disse: "Esperamos que vocês nos visitem algum dia na nossa casa na Palestina. Até a vitória!"



Do treinamento militar, participam crianças e adolescentes

Os comentários que circulavam eram sobre os últimos bombardeios israelenses. Os sinais de destruição eram visíveis. Muitos haviam morrido nos arredores. A vigilância era feita 24 horas por dia.

Treinamento militar

Com as últimas luzes do entardecer, assistimos a uma cena cotidiana em todos os campos de refugiados: o treinamento militar das crianças maiores de seis anos e dos adolescentes.

Os instrutores eram também jovens, alguns deles com experiência em operações reais. Hoje estão ali, amanhã podem estar na frente de combate ou ingressando em alguma universidade, segundo as necessidades da luta e as capacidades individuais.

O treinamento é duro. Não são balas de festim ou armas de madeira. Mas, como poderia ser de outra forma, se para eles a guerra é tão real, quando a morte e a destruição são esperadas a qualquer momento? E, particularmente no campo de Rashidieh, que tem sido alvo de ataques sistemáticos?

Ginástica e tiros, saltos e provas de resistência. Quando o instrutor considera que já é suficiente, todos entram em forma próximo à bandeira palestina. Cantam hinos revolucionários e com extremo formalismo e dentro de uma atmosfera de respeito, a bandeira é retirada do seu mastro e cuidadosamente dobrada. Mais um dia passou. Os jovens têm também aulas durante o dia (no nível primário e secundário) e os adultos analfabetos freqüentam cursos especiais.

Mohamed Iraki tem 20 anos. Nasceu num campo e perdeu o irmão (de quem adotou o nome) na luta de Taal-al-Zatar. Prepara-se agora para ingressar na universidade e vai estudar Engenharia Civil. Já treinou jovens mais novos que eles, seguindo o mesmo roteiro que outros utilizaram no seu treinamento. E afirma que a disciplina e a solidariedade dos campos forjaram o seu temperamento de revolucionário.

Há muitos jovens como ele, que nascem nos campos e que aí compreendem o sentido da luta pela Palestina. É possível que, mais do que os palestinos que se incorporam às sociedades de outros países árabes, os que vivem nos campos de refugiados sejam os que atuam como "correia de transmissão" da mística pela recuperação da terra perdida. ■

Na contramão dos interesses do país

Fernando Siqueira*

Os brasileiros estão presenciando um momento crítico para o país: a revisão constitucional. O espetáculo patético de um Congresso em fim de mandato, sem legitimidade ou autoridade moral, com uma rejeição de 75% da opinião pública, tentando, de forma apressada, destruir uma Constituição votada democraticamente por um Congresso eleito com essa função e que levou dois anos para ser concluída.

Os lobbies dos grandes grupos econômicos – capitaneados pelas multinacionais do setor petrolífero – formam a “santa aliança” contra o patrimônio que o povo brasileiro construiu com tenacidade, esperança e fé na sua própria capacidade.

Os ladrões do orçamento, que abocanharam os recursos destinados às melhorias sociais, continuam votando. Não será difícil que grandes conquistas sociais e econômicas da população sejam suprimidas da Constituição por um voto decisivo de um Fiúza, de um Ibsen, daqueles que ficaram para ser investigados futuramente ou dos apontados pela imprensa como envolvidos em diversas falcatruas.

Nas 17 mil emendas apresentadas, parlamentares tentam revogar tudo, até mesmo o exercício da cidadania. Enquanto isso, deputados e senadores corajosos, defensores do patrimônio público, são ameaçados pela própria mesa do Congresso – de credibilidade duvidosa – e injuriados pela grande mídia.

Um dos principais objetivos da minoria mafiosa de deputados é se apossar das estatais, especialmente da Petrobrás. Para justificar a quebra dos monopólios estatais e as posteriores privatizações da Petrobrás, Telebrás e Vale, muitas inverdades sobre essas empresas têm sido divulgadas para a opinião pública.

Ao contrário do que se diz, o Estado brasileiro não é inchado. A estatização brasileira é menor do que a dos principais países europeus e até dos Estados Unidos. Lá, o percentual de estatização chega a 28% do PIB, contra 21,4% do Brasil. Considerando que o PIB norte-americano é muitas vezes maior que o brasileiro, a diferença em valor absoluto se torna ainda mais significativa.

Quanto à alegação de que as estatais impedem o

desenvolvimento do país, podemos citar o caso da Coreia do Sul, onde o crescimento econômico foi baseado no modelo estatal. Em contrapartida, o modelo neoliberal está levando o mundo à recessão, ao desemprego e à fome na América Latina, África e até na Europa. Existem um bilhão de pessoas passando fome no mundo, não por escassez de alimentos, mas por falta de dinheiro para comprá-los. Esta é a face cruel de um sistema concentrador de renda, egoísta, desumano e perverso.

As críticas à Petrobrás procuram destruí-la, transferindo as reservas brasileiras de petróleo para as maiores empresas multinacionais do setor (as chamadas “seis irmãs”). Estas detêm hoje apenas 4,5% das reservas mundiais, contra 93% das companhias estatais. Até cinco anos atrás isto não preocupava as multinacionais: as estatais produziam, correndo todos os riscos, enquanto as “seis irmãs” enriqueciam com o refino e a comercialização. Agora, as empresas públicas resolveram entrar no segmento lucrativo, adquirindo refinarias e distribuidoras.

Com essa mudança, as multinacionais do setor decidiram obter reservas a qualquer custo. A América Latina, com sua economia debilitada, constituiu uma presa fácil. Isso explica a violenta pressão para a quebra do monopólio estatal do petróleo e, seguindo o exemplo argentino, implantar na América Latina o efeito dominó: Brasil, México, Venezuela, Peru, Equador iriam cair, um a um, sofrendo o mesmo processo.

Em 40 anos, a Petrobrás economizou cerca de US\$ 200 bilhões em divisas para o Brasil; elevou nossas reservas para 10 bilhões de barris e 140 milhões de metros cúbicos de gás, além de investir cerca de US\$ 80 bilhões no Brasil contra US\$ 72,5 bilhões de todas as multinacionais de todos os segmentos juntas.

Devido a esses resultados, é fundamental defender o país dos grupos que são contrários aos interesses da população brasileira e continuar a combater a revisão constitucional, que quer extinguir muitos dos direitos obtidos com grande esforço durante vários anos pelos brasileiros.

No processo de revisão constitucional, o lobby dos grandes grupos econômicos investe contra o patrimônio que o povo brasileiro construiu

*Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet)

IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

*Ocupar espaços.
Consolidar parcerias.
perseguir qualidade e
produtividade.
Evoluir. Solidamente.
Conquistar novos mercados.
Valorizar, mais que tudo, o cliente.
Ser um banco contemporâneo.*

MERCANTIL 

Banco Mercantil S.A.

O Banco que dá valor a você.

Administração - Sul:

Alameda Santos, 880, Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

Administração - Sede:

Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/8801

PRESENTE NA VIDA DA GENTE

O Amanhã é nosso

Acreditar num futuro melhor é importante sim. Aliás, é muito mais que importante. É fundamental. O bem-estar de cada um depende da força e participação de todos.

The logo for BANERJ consists of two horizontal bars, one light green and one darker green, stacked vertically. The word "BANERJ" is printed in a bold, black, sans-serif font between the two bars.

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

PRESENTE NA VIDA DA GENTE